

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)**

ANDRÉA ZÍNGARA MIRANDA

**“GUERRA DOS SEXOS”: EFEITOS DE VERDADE CONCERNENTES À
SEXUALIDADE E À SUBJETIVIDADE DO HOMEM E DA MULHER EM
DISCURSOS MIDIÁTICOS**

**MARINGÁ – PR
2016**

ANDRÉA ZÍNGARA MIRANDA

**“GUERRA DOS SEXOS”: EFEITOS DE VERDADE CONCERNENTES À
SEXUALIDADE E À SUBJETIVIDADE DO HOMEM E DA MULHER EM
DISCURSOS MIDIÁTICOS**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

**MARINGÁ – PR
2016**

ANDRÉA ZÍNGARA MIRANDA

**“GUERRA DOS SEXOS”: EFEITOS DE VERDADE CONCERNENTES À
SEXUALIDADE E À SUBJETIVIDADE DO HOMEM E DA MULHER EM
DISCURSOS MIDIÁTICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras
(Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em
Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá- UEM
– Presidente –

Prof.^a Dr.^a Eliane Rose Maio
Universidade Estadual de Maringá- UEM

Prof.^a Dr.^a Renata Marcelle Lara
Universidade Estadual de Maringá- UEM

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Baracuhy
Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Prof. Dr. Sandro Braga
Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

Dedico este trabalho à Espiritualidade amiga, pois sua companhia e amparo constantes foram fundamentais para que este corpo material, de que me revisto, não viesse a sucumbir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua incondicional presença em minha(s) existências(s).

À tia-mãe Celina por ter dedicado sua vida à minha criação e à minha educação pessoal e acadêmica.

Aos meus pais biológicos, Geni e Rubens, pela oportunidade, pois graças a esses instrumentos utilizados por Deus, pude vir ao mundo.

Fujo ao rigor científico com intuito de “quebrar” o protocolo para agradecer ao orientador desta pesquisa que, por acompanhar-me desde 2010, quando entrei para o Mestrado, já não posso chamá-lo de professor. Muito do seu modo de escrever, de pensar e de “ler”, perpassa, com certeza, a escrita deste trabalho. Obrigada pela confiança, pela paciência e, sobretudo, pelo tempo que tem dedicado a mim. Encerro esta fase acadêmica, mas não se encerra aqui o laço de amizade que levarei para a vida. Ao Professor Doutor, Pedro Navarro, digo apenas: **Amigo**, obrigada por tudo!

À Eliane Maio, referência quando o assunto é sexualidade. Uma fala sua chamou-me à atenção em um evento: “Gosto de gente que gosta de gente”. A partir disso tive coragem de fazer o convite para a leitura deste trabalho. Muito obrigada, Eliane, pela sua gentileza, pelo seu sorriso sempre aberto e, principalmente, por ser uma pessoa que, de fato, gosta de gente. Simples assim!

À Maria Regina Baracuhy. Primeiramente por ter aceitado o convite para compartilhar deste momento tão importante para um pesquisador. Depois, obrigada pelo carinho, gentileza e atenção a mim dispensados quando nos vimos pela primeira vez em João Pessoa (ô terra boa... saudades)! Obrigada pela calorosa acolhida! Um exemplo de educação!

À Renata Marcelle Lara. Primeiramente por aceitar fazer, tão prontamente, a leitura deste trabalho no exame de qualificação e, depois, por permanecer comigo até a defesa. Obrigada pela leitura “rigorosa”, graças à qual se pode enriquecer esta pesquisa. Obrigada, ainda, pelas reflexões minuciosas e pelos questionamentos que me fizeram rever minha própria posição sujeito e “voltar” à ordem do discurso. Muito obrigada!

Ao Sandro Braga por, gentilmente, aceitar participar do exame de qualificação e também da banca de defesa. Sua leitura acurada, ainda na primeira fase da escrita deste trabalho, foi fundamental para a mudança dos rumos “equivocados” a que minhas reflexões estavam me levando. Obrigada pelas sugestões de leitura e, principalmente, por apresentar-me Jean Baudrillard.

À Ismara Tasso pelas preciosas sugestões no momento em que este trabalho ainda era um projeto e cujos contornos ainda estavam sendo delineados.

Ao João Kogawa por aceitar fazer a leitura deste trabalho.

Aos companheiros de “luta” do GEF, especialmente aos que estiveram mais próximos: Adéli, Aline, Cássio, Daniela, Ednaldo, Hoster, Juliana, Luciano e Rafael, por sempre me ouvirem e me “socorrerem” nos momentos de angústias.

Ao Adelino Marques, secretário do PLE, por sua inquestionável competência e paciência.

A todos os professores do PLE, sobretudo aqueles com os quais mantive contato no período entre 2013 e 2015: Ana Cristina Hintze, Juliano Desiderato, Maria Regina Pante e Rosa Olher. Obrigada por compartilharem seu precioso conhecimento.

À amiga Cristina Cerezuela. Obrigada pela ajuda, sem a qual a realização (técnica) deste trabalho estaria comprometida.

Ao amigo Paul Cabannes pela gentileza de revisar a tradução do resumo desta pesquisa. *Merci de ton amitié!*

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1	Artes de governar	40
Quadro 2	Quadro teórico-metodológico para a análise arqueogenealógica	116
Quadro 3	Elementos da função enunciativa	119
Quadro 4	Perfil das personagens de <i>50 tons de cinza</i>	121
Figura 1	Questão do ENEM	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise de Discurso
CIDADI	Círculo de Discussões em Análise do Discurso
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GA	Guarda Alternada
GC	Guarda Compartilhada
GEADA	Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara
GEDUEM	Grupo de Estudos em Análise do discurso da UEM.
GEF-UEM	Grupo de Estudos Foucaultianos da Universidade Estadual de Maringá
GEPOMI	Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos
GPDISCMÍDIA	Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LABEDISCO- UESB	Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
MEC	Ministério da Educação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a tríade sexualidade-subjetividade-verdade relacionada ao que se convencionou nomear “guerra dos sexos”. A leitura de discursos postos em circulação por meios de comunicação entre os anos de 2012 e 2015 permite vislumbrar uma incessante busca pela igualdade entre os sexos a ponto de travar, entre o homem e a mulher, uma “guerra”. No entanto, ao se compreender a denominação “guerra dos sexos” como uma construção sócio-histórica da qual a mídia participa ao disseminá-la e até mesmo naturalizá-la na sociedade brasileira, justifica-se, social e academicamente, o interesse por uma investigação dos efeitos de verdade advindos de discursos que produzem saberes sobre o homem e a mulher. Entende-se que o efeito de evidência acerca da temática “guerra dos sexos” pode ser problematizado a partir dos acontecimentos históricos que se repetem ou que se rompem, que atravessam a atualidade e engendram discursos e, por conseguinte, práticas e comportamentos que constituem a subjetividade de ambos os sexos nessa trama histórica. Parte-se da consideração de que a dificuldade em lidar com as diferenças entre os sexos é oriunda da não compreensão e, por conseguinte, do não respeito das singularidades que lhes são inerentes. As diferenças, nesse embate, nunca são tratadas como algo positivo e mesmo quando se fala em igualdade de gênero, essa igualdade passa pelo crivo de um discurso o qual implica ganhos a um e perdas a outro. Considerando o exposto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o funcionamento do dispositivo da sexualidade na instituição de saberes que possibilitam o estabelecimento e a naturalização de verdades concernentes à sexualidade do homem e da mulher. Frente a esse objetivo mais abrangente, desdobraram-se três objetivos específicos: i) entender como o dispositivo da sexualidade institui saberes com relação ao sexo e à sexualidade dos sujeitos, tendo a mídia como agenciadora desses saberes; ii) compreender os acontecimentos históricos que atravessam a prática discursiva midiática e instauram uma hierarquia entre os sexos; e iii) analisar, a partir dos saberes e hierarquia instituídos, as práticas discursivas sociais que ora docilizam e ora virilizam a mulher e o homem. Pautou-se em Foucault (1982, 1984a, 1984b, 1985, 1988, 2005, 2009), cujos contributos possibilitaram uma análise arqueogenealógica, isto é, uma análise que prioriza o imbricamento entre a descrição dos enunciados e a análise das estratégias de poder neles circunscritas, portanto, arqueológica e genealógica respectivamente. A série enunciativa analisada foi composta de enunciados extraídos de edições impressas das revistas *Época*, *Veja e Caras*, do referido período, do romance pornoerótico *Cinquenta tons de cinza* (2012), da obra *A ilusão dos cinquenta tons* (2012), da atração intitulada *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, exibida pelo programa de entretenimento *Amor e Sexo* da Rede Globo de Televisão, em 2014, e do Plano Municipal de Educação (PME) de Maringá/Pr (2015). A análise apontou que os efeitos de verdade, construídos graças à articulação, à apropriação ou mesmo à concorrência de diferentes discursos, mostram apenas um recorte na dispersão e na multiplicidade de acontecimentos para, com isso, afirmar algo sobre a sexualidade dos sujeitos. A mudança de estatuto, em dado momento histórico, não reflete a vitória de um em detrimento da derrota do outro ou vice-versa. Trata-se, antes, de uma nova objetivação/subjetivação tanto do homem quanto da mulher, que nunca serão iguais.

Palavras-chave: “Guerra dos sexos”. Subjetividade. Verdade. Mídia.

RÉSUMÉ

Cette recherche discute de la triade sexualité-subjectivité-vérité liée à ce qu'on appelle convenablement la «guerre des sexes». La lecture de discours mis en circulation par les moyens de communication entre les années 2012 et 2015 permet d'entrevoir une incessante recherche d'égalité entre les sexes au point de livrer, entre l'homme et la femme, une «guerre». Cependant, en comprenant la dénomination «guerre des sexes» en tant que construction sociohistorique dont les médias participent en la diffusant voire en la naturalisant dans la société brésilienne, on justifie, socialement et académiquement, l'intérêt envers une enquête sur les effets de vérité issus de discours produisant des savoirs sur l'homme et la femme. On comprend que l'effet d'évidence au sujet de la thématique «guerre des sexes» peut être discuté à partir des événements historiques qui se répètent ou qui se rompent, qui traversent l'actualité et suscitent des discours et, par conséquent, des pratiques et des comportements qui constituent la subjectivité des deux sexes dans cette trame historique. On remarque que la difficulté d'avoir affaire aux différences entre les sexes est issue du manque de compréhension et, par conséquent, du manque de respect des singularités qui leur sont inhérentes. Les différences, dans ce combat, ne sont jamais traitées comme quelque chose de positif, et même quand on parle d'égalité de genre cette égalité passe au crible d'un discours qui implique des gains à l'un et des pertes à l'autre. Face à l'exposé, cette recherche a eu comme objectif général de comprendre le fonctionnement du dispositif de la sexualité dans l'institution de savoirs qui permettent l'établissement et la naturalisation de vérités concernant la sexualité de l'homme et de la femme. Au-delà de cet objectif global, trois autres objectifs spécifiques voient le jour: i) comprendre comment le dispositif de la sexualité institue des savoirs concernant le sexe et la sexualité des sujets, ayant les médias comme support; ii) comprendre les événements historiques qui traversent la pratique discursive des médias et instaurent la hiérarchie entre les sexes; et iii) appréhender, à partir des savoirs et hiérarchie institués, les pratiques discursives sociales qui docilisent et virilisent la femme et l'homme. On est penché sur Foucault (1982, 1984a, 1984b, 1985, 1988, 2005, 2009) dont les contributions ont rendu possible une analyse archéogénéalogique, c'est-à-dire une analyse où prédomine la liaison étroite entre la description des énoncés et l'analyse des stratégies de pouvoir présentes dans ces énoncés, donc archéologique et généalogique. La série énonciative analysée est composée d'énoncés extraits des magazines *Época*, *Veja* et *Caras*, de cette période, du roman pornoérotique *50 nuances de Grey* (2012), de l'œuvre *A ilusão dos cinquenta tons* (2012), de l'épisode *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, de l'émission *Amor e Sexo* de Rede Globo de Televisão, en 2014, et du Plan Municipal d'Éducation (PME) de Maringá/Pr (2015). L'analyse a indiqué que les effets de vérité, construits grâce à l'articulation, à l'appropriation ou même à la concurrence de différents discours, ne montrent qu'un découpage dans la dispersion et dans la multiplicité d'événements pour, à partir de cela, affirmer une chose quelconque à propos de la sexualité des sujets. Le changement de statut à un certain moment de l'histoire ne reflète pas la victoire de l'un au détriment de l'autre. Il s'agit plutôt d'une nouvelle objectivation/subjectivation de l'homme et de la femme qui ne seront jamais pareils.

Mots-clé: «Guerre des sexes». Subjectivité. Vérité. Médias.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MÍDIA E SUA ARTE DE GOVERNAR	24
2.1	A CULTURA INDUSTRIAL DE MASSA	29
2.2	GOVERNAR BEM A SI PARA GOVERNAR BEM OS OUTROS	35
3	POR UMA HISTÓRIA DO PRESENTE	49
3.1	POR UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA	49
3.2	PELA BUSCA DE UMA HISTÓRIA DO PRESENTE	53
3.3	POR UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO ARQUIVO	57
3.4	POR UMA GENEALOGIA DO SUJEITO	79
4	POR UMA HISTORIOGRAFIA DA “GUERRA DOS SEXOS”	88
4.1	DO MUNDO DE DOIS SEXOS	101
4.2	DO FALOCENTRISMO E DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA	109
5	SEXUALIDADE, PODER E VERDADE NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM DISCURSOS MUDIÁTICOS	114
5.1	DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA MÍDIA	117
5.2	A “GUERRA DOS SEXOS”	134
5.3	A VIRILIZAÇÃO E A DOCILIZAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER CONTEMPORÂNEOS	145
5.4	A “GUERRA DOS SEXOS” NA E PELA LINGUAGEM	160
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	164
	ANEXOS	174

1 INTRODUÇÃO

No ensejo de problematizar a tríade sexualidade-subjetividade-verdade em discursos midiáticos, esta pesquisa analisa os efeitos de verdade concernentes à sexualidade do homem e da mulher, tentando compreender o modo de funcionamento do dispositivo¹ da sexualidade quando da instituição de saberes que possibilitam o estabelecimento e a naturalização de certos significados na cultura brasileira sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Ao tratar da construção social da subjetividade do homem e da mulher, não se reforça, entretanto, os já consagrados binarismos homem/mulher, masculino/feminino ou macho/fêmea. Ao contrário, considera-se a diversidade concernente às variadas formas de construção das masculinidades e das feminilidades pelas quais perpassam todo indivíduo ao se constituir como sujeito de sua sexualidade.

A multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher presentes em discursos midiáticos na contemporaneidade, sejam eles sustentados por especialistas como médicos, sexólogos, psiquiatras, por especialistas em estudos de gênero², por narrativas de ficção, currículos educacionais, ou, simplesmente, por pessoas comuns, confere relevância à discussão sobre essa temática em uma pesquisa. Para além dessa constatação, essa multiplicidade, aliada ao enunciado “A mulher venceu a guerra dos sexos”, estampado na capa da revista semanal *Época*, em outubro de 2012, chamou a atenção para o fato de a referida “guerra” ser naturalizada e não considerada, ou pelo menos problematizada, como um construto sócio-histórico em que os partícipes são

¹ O conceito de dispositivo e o que se entende por sexualidade, em uma perspectiva foucaultiana, será apresentado e discutido em seus pormenores na seção 3, quando da apresentação do aporte teórico e metodológico desta pesquisa. No entanto, adianta-se que dada a característica multilinear e, por conseguinte, complexa com a qual Foucault (1984b, 1988, 2006b) operou esse conceito, ele deve ser entendido neste texto como um conjunto heterogêneo de discursos, de instituições, de leis etc., tendo o dito e o não dito como seus elementos constituintes. Já a propósito da sexualidade, Foucault (1988) não a compreende como um referente biológico ou um dado da natureza. Segundo o filósofo, “[...] a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988, p. 116).

² Partindo do pressuposto de que o conceito de gênero é discutido exaustivamente desde a década de 1970 por especialistas, como atesta um grande número de trabalhos sobre a temática, não se tratará, aqui, dessa categoria em suas especificidades. No entanto, coaduna-se com seu objetivo principal, isto é, primar por uma sociedade sem hierarquia de gênero, uma vez que não se nasce mulher e não se nasce homem, pois não se é um dado biológico, natural. Assim, constroem-se social, cultural, econômico e politicamente, o homem e a mulher. Segundo o Ministério da Educação (MEC), há mais de 1.000 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem o “gênero” como objeto de estudo. (Nota Técnica n. 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/ MEC).

submetidos a um “jogo” no qual ambos estão, nessa relação binária, em constantes processos de perdas, o que motivou o interesse por uma ontologia histórica dos sujeitos, isto é, por uma análise dos discursos que promovem objetivações/subjetivações³. Todavia, empreender a ontologia histórica do ser requer uma pesquisa que perpassasse reflexões da constituição de si como sujeito, ao modo de Foucault, quando questionava: “[...] como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações” (FOUCAULT, 2005, p. 350).

Ao se deter no texto de Kant publicado em um periódico alemão em 1784 em resposta à questão “Was ist Aufklärung?” (“O que é o conhecimento?”), Foucault explica que desde então a questão do acontecimento entra para a história do pensamento. De Hegel a Horckheimer ou a Habermas, de Nietzsche a Max Weber, enfim, toda a filosofia confrontou-se, ainda que indiretamente, com a questão do acontecimento. A questão do acontecimento refere-se à atualidade que, embora imbricada ao presente, não lhe é sinônimo. Desse modo, busca-se compreender o presente não a partir de uma totalidade ou de uma definição da finalidade interna do tempo e o ponto para o qual se encaminha a história da humanidade. Reflete-se sobre a atualidade como diferença na história à qual se interroga filosoficamente e se problematiza, ao mesmo tempo em relação ao presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo. Isso culmina em uma “atitude” ou um *ethos* filosófico, isto é, em uma crítica permanente do ser histórico.

No interior dessa lógica foucaultiana, então, foram suscitadas as primeiras discussões com relação à presença de uma “guerra dos sexos” nos discursos midiáticos e seus efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher no interior do Grupo de Estudos Foucaultianos da Universidade Estadual de Maringá (GEF-UEM). O grupo, sob a coordenação do prof. Dr. Pedro Navarro, existe desde 2010 e enfoca análises dos regimes de verdade que, em diferentes temporalidades, produzem sujeitos dos discursos. Nas discussões perguntava-se se, a partir desse modo descrito anteriormente de interrogar o presente, seria possível empreender uma investigação cujo objetivo pauta-se pela busca dos começos relativos, das instaurações e das transformações dos discursos ditos e escritos através dos acontecimentos que deem conta daquilo que leva o homem e a mulher a se constituírem e a se reconhecerem como

³ Cf. Seções 2 e 3.

sujeitos do que fazem, do que pensam e do que dizem e que, no interior de disputas políticas, históricas, sociais, culturais e econômicas, apropriam-se das significações do que é ser homem e do que é ser mulher.

O questionamento foi pertinente na medida em que desencadeou a busca, na história, pelos acontecimentos que ora se repetem ora se rompem, ora se transformam ou se superpõem, para atravessarem a atualidade. Esses acontecimentos funcionam de modo a instituírem efeitos de verdade sobre a sexualidade do homem e da mulher e, assim, ajustam tais efeitos aos acontecimentos múltiplos e independentes ao descartarem sua dispersão no tempo e no espaço para instituírem o verdadeiro de uma determinada época. Tal busca levou a perceber que esses acontecimentos, quando organizados e analisados, passam a corresponder a uma nova objetivação/subjetivação tanto do homem quanto da mulher. Isso atesta que ambos não são discursivizados sempre do mesmo modo nas diferentes etapas constitutivas do saber. De fato, o(s) modo(s) como são discursivizados configura a cada vez um quadro outro em que ora há privilégios para um e opressão para o outro, ora um perde em detrimento da vitória do outro.

Visto por outro prisma, esse mesmo quadro permite entender que não há verdade(s) a ser(em) buscada(s) nas diversas etapas constitutivas do saber, mas sim discursos historicamente detectáveis que constroem, por sua vez, verdades e possibilitam, assim, o exercício do poder sobre o corpo⁴ da sociedade. Isso implica dizer que não se analisa o discurso midiático, por exemplo, mas sim discursos a partir de sua dispersão, isto é, discursos que foram calados, esquecidos, dispersados. A uns foi dada a visibilidade e a outros a invisibilidade para que determinados enunciados pudessem ser formulados e postos em circulação.

A título de exemplo, Nunes (2000) explica que na perspectiva cartesiana, durante todo o século XVII, tanto o sexo feminino quanto o masculino figuravam como sujeitos da Razão e a única diferença sexual residia nos órgãos reprodutores, embora essa diferença

⁴ Sobre esse termo vale ressaltar que Foucault não se reportava ao corpo única e simplesmente como uma realidade biológica e material. Em entrevista informal, registrada em maio de 1975 com estudantes em Los Angeles, Foucault afirmou que “o corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político [...]” (FOUCAULT, 2006a, p. 259). (Da idade clássica, como objeto e alvo do poder disciplinar (direito de matar como controle das epidemias); depois, a partir do início do século XIX, como força de trabalho com a biopolítica (direito e dever de viver com o controle das endemias) ao corpo normatizado pelo biopoder, que teve como primeira estratégia a inserção da vida biológica na política, acrescenta-se que Foucault, em *Nietzsche, a genealogia, a história* (1982), entende o corpo como uma superfície para inscrição dos acontecimentos.)

não determinasse distinções mentais e morais com relação à mulher. Nessa mesma perspectiva, a necessidade do orgasmo feminino para a reprodução era fundamental; no entanto, vê-se, ao contrário, no século XVIII, a necessidade política de construir novas realidades sociais para homens e mulheres. Há aí uma primeira tentativa, impulsionada por valores iluministas, de estabelecer a hierarquia entre os sexos, problematizando a “impossível” igualdade social e cultural entre eles, justificada por uma biologia da incomensurabilidade, isto é, a mulher não vista como inferior ao homem, mas como fundamentalmente diferente e, portanto, incompatível a ele.

Com ecos no século XIX, Nunes (2000) chama a atenção para o fato de que essa história da diferença entre os sexos eternizou a imagem da mulher como sendo frágil e sensível. Ela estaria fadada à esfera privada por ser considerada redentora da família e da sociedade, enquanto a imagem do homem foi eternizada como público e racional. Assistiu-se, nesse período, pode-se dizer, a uma exacerbação da disciplina e da norma nas práticas do sujeito, o que se pode qualificar como “heteronormatividade”⁵. É por tal viés que se pode ler ou ouvir discursos inflamados em apologia à virilização do homem, do “macho”. Pensa-se, aí, nas tentativas de inclusão de temas que tratam da diversidade sexual nos Planos Nacionais e Municipais de Ensino, sempre interditados pelos debates de cunho religioso, justificados pelo determinismo biológico. A mãe, considerada a “mulher nervosa”, saturada de sexualidade, tem a fecundidade regulada pelo corpo social que, segundo constatações de Foucault (1988), constitui a forma mais visível da histerização do corpo da mulher, processo pelo qual ela teve o corpo analisado.

Por outro lado, nos séculos seguintes, assiste-se à supremacia feminina, desde o uso da pílula ao uso da internet, por exemplo. Diz-se que a chegada do contraceptivo feminino teria colocado fim ao patriarcado, o que restituiu à mulher o controle sobre seu corpo. Dissociou-se, nesse cenário, o sexo da procriação e aliou-o ao prazer. Se isso se confirma, indaga-se, então, sobre o porquê da necessidade de uma “marcha” mundial das mulheres pela legalização do aborto. Há indícios de um processo inverso ao anterior protagonizado nos séculos XVIII e XIX. O homem rude e “macho” já não serviria mais a uma sociedade na qual a submissão feminina é assunto do passado.

⁵ A heteronormatividade é um regime no qual as pessoas devem se identificar com a heterossexualidade como modelo a ser seguido: devem manter a linearidade entre sexo e gênero. Pessoas com genitália masculina se comportam como machos e as com genitália feminina, comportam-se como pessoas delicadas. (Professor Leandro Colling, em entrevista à revista *Cult* em junho 2015).

Os temas sexo, sexualidade e prazer não são mais privilégios de médicos psicanalistas, de psicólogos, de sexólogos ou mesmo da Igreja, como nos moldes da pastoral cristã descritos por Foucault (1988). Por exemplo, teorias feministas, há décadas, vêm discutindo a noção de categorias como as de mulher, de gênero ou, ainda, do clássico binômio masculino/feminino, reivindicando não só para a mulher, mas também para o homem, possivelmente, não a igualdade entre os sexos, mas a equidade, a não hierarquia de gênero. Ainda conforme Nunes (2000), Freud também já havia apresentado, ao elaborar sua teoria sobre a sexualidade, a possibilidade de pensar o processo de subjetivação como uma experiência singular e a experiência erótica não mais submissa à lógica fálica.

“A mulher venceu a guerra dos sexos”, afirmou *Época*, em 2012. Nessa mesma edição da revista, Sílvio de Abreu (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012, p. 74) pontua que “[...] as mulheres já garantiram seu espaço e estão por cima [...] o homem é que passou a reivindicar o seu lugar”. Consoante a essa ideia, afirmou no ano seguinte que “Elas chegaram ao comando da família, das empresas, do país. Aos homens, cabe inventar para si mesmos uma nova identidade, que permita acompanhá-las”. Esses discursos midiáticos não comportam em seu bojo senão o atravessamento da historicidade em torno do que significa o sexo e a sexualidade do homem e da mulher. Nesse(s) enunciado(s) vislumbram-se estratégias, mecanismos próprios para a narrativa da subjetividade dos sujeitos homem e mulher. Tratam-se, nessas estratégias, de uma produção da sexualidade.

Que condições, entretanto, possibilitam que determinados enunciados sejam formulados? Reportando-se a Foucault (1988), compreende-se que o dispositivo da sexualidade foi criado pelas sociedades ocidentais modernas, principalmente a partir do século XVIII, e ele articula-se aos parceiros sexuais de um modo diferente do dispositivo da aliança⁶, este entendido como sistema de matrimônio no interior do qual se fixa e se desenvolve a transmissão dos nomes e dos bens. É no interior desse paradoxo, isto é, dessa relação dual entre os dispositivos da sexualidade e da aliança, que os sujeitos homem e mulher são discursivizados. Os saberes sobre o sexo e a sexualidade atravessam os discursos midiáticos na e pela linguagem produzindo este ou aquele efeito. Tais efeitos

⁶ É importante compreender que Foucault estabelece, no primeiro volume de *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1988), uma diferença entre sexo e sexualidade. O dispositivo da aliança surge a partir das relações de sexo. Estas têm ligação direta com as obrigações religiosas ou legais do casamento. Mantêm relação com laços de sangue e, por isso, com os códigos de transmissão de bens. Já a sexualidade é uma questão individual e tem ligação direta com os prazeres individuais.

inscrevem-se sobre o corpo social, compreendido como sujeitos, e seu modo de gerir a vida, objetivando/subjetivando-os.

Entender o corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos requer que o apreenda como aquilo que é marcado pela linguagem, como ensina Foucault (1982, 2006a), isto é, local de dissociação do *Eu*, este *Eu* compreendido como unidade substancial. É preciso apreendê-lo como um volume em constante pulverização. Essa compreensão do corpo reivindica uma articulação do corpo com a história no sentido de ele estar inteiramente marcado pela história.

Talvez seja dispensável mencionar, mas nesse breve fio traçado da história é possível constatar rupturas, fragmentações, regularidades e dispersões quanto à subjetividade do homem e da mulher. É preciso ir, portanto, em busca dos começos relativos, das instaurações e das transformações, isto é, das discontinuidades no interior das quais se constitui o sujeito como um elemento plural, contraditório e inacabado e, com isso, desvinculá-lo dos princípios de criação, de unidade, de originalidade e, principalmente, de significação. A subjetividade da mulher e a do homem não são discursivizadas sempre do mesmo modo nas diversas cronologias. Os discursos são retomados ou transformados no curso da história. É dessas retomadas e dessas transformações que se tratará aqui ao se desnaturalizar, isto é, se problematizar os efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher postos nessa “guerra dos sexos”.

Está-se diante, ao que tudo indica, de novas produções de verdades. Diante de novas formas de objetivação e de subjetivação no interior da tríade saber-poder-ética⁷. Pensa-se, de um lado, na discursividade que perpetua o culto às estratégias sociais que fazem figurar o corpo da mulher como superfície para o exercício do poder e do homem como o “sexo” da humanidade e, de outro, na discursividade que intenta romper com a regularidade instituída por sociedades patriarcais para subverter a ordem há muito estabelecida. Saber e poder são, portanto, as duas instâncias que dão suporte para a constituição e para a formulação dos enunciados postos em circulação pela mídia sobre a

⁷ Embora os conceitos de saber, de poder e de ética (estética de si) sejam apresentados e discutidos no momento oportuno, mais precisamente na seção 3, tais conceitos perpassam toda a escrita deste trabalho. De modo mais geral, essa divisão triádica refere-se às fases das pesquisas empreendidas pelo autor e essa prática de traçar tal divisão tornou-se comum por pesquisadores leitores desse filósofo como forma de facilitar a compreensão de seus estudos. Entretanto, conforme será exposto em outros momentos deste trabalho, a relação saber-poder-ética, ainda que guardem suas especificidades, imbricam-se quando da constituição do sujeito.

temática aqui tratada. Daí o entendimento de que os enunciadores manifestam-se para a construção de verdades sobre as subjetividades, o que culmina no entendimento de que a mídia não reconstrói, todavia, a história da “guerra dos sexos”. Ela a reconstitui como acontecimento, isto é, como irrupção de uma singularidade histórica.

Voltando àquilo que é singular e que, por isso mesmo, marca a diferença na história, vale ressaltar que esta pesquisa não oferece uma “nova” verdade ou pretende revolucionar a ordem instituída com relação aos saberes sobre o homem e a mulher contemporâneos. Pretende-se, isto sim, interrogar a atualidade e problematizá-la em termos de autonomia do ser como ser livre. Trata-se de uma leitura crítica dos discursos que naturalizam a sexualidade dos sujeitos e desprezam sua construção social, cultural e, portanto, histórica. Pensa-se, assim, que esta pesquisa se inscreve na história ao produzir uma possibilidade de leitura, dentre tantas outras possíveis, dos discursos midiáticos. Entendendo que tanto a mulher quanto o homem, entre sujeições e resistências, sofrem sua parcela de violência simbólica pelo viés discursivo heteronormativo, a pesquisa visa a contribuir para que aquilo que é apresentado como estabilizado, dado como universal, necessário ou obrigatório, com relação à sexualidade e à subjetividade de um e de outro, possa não apenas ser colocado em pauta, mas, sobretudo, ser problematizado.

As razões que suscitaram o interesse por uma pesquisa sobre a “guerra dos sexos” relacionada à produção da sexualidade, da subjetividade e da verdade que ela engendra estão, de certa forma, pulverizadas desde o começo dessas considerações iniciais. Por outro lado, uma vez que se compreende que um objeto⁸ de pesquisa não dá origem a determinado discurso sobre determinado tema, mas o contrário disso, se pode afirmar que as motivações são oriundas da leitura da multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher postos em circulação pela mídia no período entre 2012 e 2015. A partir disso, se tomou como ponto de partida os conceitos de dispositivo da sexualidade e de acontecimento que, quando articulados, sinalizam a possibilidade de compreender não o que foi dito sobre a “guerra dos sexos” e a subjetividade do homem e da mulher contemporâneos no referido período, mas de compreender como isso foi dito. Para tanto,

⁸ Considerando o procedimento arqueológico de análise aqui adotado, entende-se por objeto, mais especificamente objeto do discurso, aquilo de que se fala sem, para tanto, pensar a linguagem em termos de referente. Isto significa dizer que não se tratará dos discursos midiáticos como conjuntos de signos que remeteriam a conteúdos ou a representações. Isso autoriza dizer que a expressão “guerra dos sexos” só pôde vir a existir graças ao conjunto de enunciados que assim a nomeiam, recortam, explicam, a descrevem, enfim. A “guerra dos sexos” não é uma realidade natural.

problematizam-se, na série enunciativa analisada, os efeitos de verdade postos em circulação pela mídia para compreender o funcionamento discursivo do dispositivo da sexualidade.

Os enunciados foram extraídos de edições impressas das revistas *Época*, *Veja* e *Caras*, do período entre 2012 e 2015, do romance pornoerótico⁹ *Cinquenta tons de cinza* (JAMES, 2012), da obra *A ilusão dos cinquenta tons* (ETHRIDGE, 2012), da atração intitulada *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, exibida pelo programa *Amor e Sexo*, da Rede Globo de Televisão, em 2014, e do Plano Municipal de Educação (PME) de Maringá/Pr (MARINGÁ, 2015). Outras materialidades cujos enunciados dialogam com a temática em tela são convocadas em vários momentos do texto, principalmente enunciados constantes do programa *Pai Presente*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2015), da lei 13.058/2014 da *Guarda Compartilhada* (GC) e do livro *The End of Men* (2012). Destaca-se, assim, o relevante papel que a mídia desempenha na e para a produção de subjetividades. Isso justifica, por assim dizer, o recorte em torno desses enunciados que puderam emergir e circular graças à existência dos meios de comunicação social.

Chegar a esse material não foi, entretanto, aleatório como também não foi intencional, em termos de propósito. A série enunciativa foi se formando em torno da busca pela recorrência do objeto discursivo, a saber, a “guerra dos sexos”, em meios de comunicação impressos e televisivos. Esses enunciados mencionados formaram a série enunciativa constituída a partir de uma sondagem dos discursos midiáticos cujo teor verte para a ideia na qual a mulher venceu a “guerra dos sexos” e o homem, agora, precisa reinventar para si novos modos de ser e de se comportar. Tal ideia apresenta-se como um dos elementos de regularidade em meio à dispersão de discursos, cujo “princípio de diferenciação” (FOUCAULT, 2009) é a relação entre sexualidade, subjetividade e verdade, imersa nessa “guerra” que tem lugar na mídia.

Assim, partiu-se da ideia de que o pretense efeito de evidência dos temas constituintes de uma sociedade pudesse ser problematizado no sentido de questioná-lo para fazer aparecer o modo como os sujeitos homem e mulher são constituídos ética e moralmente, isto é, o modo como são objetivados e subjetivados, ora vítimas da

⁹ Quando da publicação de *50 tons de cinza* no Brasil, em agosto de 2012, os meios de comunicação, de modo geral, o apresentaram como romance erótico. Entretanto, pautado em Maingueneau (2010), optou-se por lhe atribuir o estatuto de pornoerótico nesta pesquisa. A esse respeito ver subseção 2. 1

docilização¹⁰ ora da virilização¹¹ compulsórias. Isso explica, em linhas gerais, o porquê da seleção desse material e não de outro.

Além do critério adotado para seleção desse material, é importante dizer que a denominação série enunciativa é uma variante daquilo que é considerado, neste texto, o arquivo¹² analisado. Ao reconhecer essa série enunciativa como arquivo, reporta-se a Foucault (2006a) quando, em resposta às críticas de Jacques Léonard¹³, escreve o artigo *A poeira e a nuvem*. Nele compreende-se o modo de tratamento dado por Foucault ao critério de seleção e à coleta de um material, sobretudo com relação à exaustividade quando da análise. Nesse artigo, o filósofo deixa claro que ao se tratar de determinado problema, surgido em dado momento, deve-se escolher o material em função dos dados desse problema. Daí entender que, para esta pesquisa, a coleta e a seleção do material expostos mostram-se pertinentes e suficientes.

Ainda a respeito da coleta e da seleção do material a ser analisado, pauta-se nos moldes propostos pela Nova História¹⁴ (LE GOFF, 1998; DOSSE, 2001), nos quais a história de homens comuns se escreve desde que haja vestígios de sua passagem, de sua marca de vida e de sua inteligência. Seguindo esse raciocínio, os discursos midiáticos acerca da “guerra dos sexos” e da subjetividade do homem e da mulher atuais, nessa perspectiva, são tomados como base de análise e como material que compõe a história. São homens e mulheres comuns estampados nas capas de revistas de grande circulação no país; são personagens de um romance pornoerótico com recorde de leitura em território brasileiro legitimados para sugerirem ao homem ou à mulher: seja isso, ou seja, aquilo; é uma psicóloga evangélica que, a partir desse lugar, tem o direito de ditar modos de ser e de se comportar visando à cura para as perversões sexuais humanas ou, ainda, um documento

¹⁰ O termo docilizar, nessa perspectiva, significa tornar o indivíduo dócil, domesticado e, mais especificamente, em uma perspectiva foucaultiana, tornar o indivíduo disciplinado.

¹¹ Virilizar, o homem ou a mulher, significa torná-lo(a) conforme o modelo de masculinidade heterossexual.

¹² Arquivo é o conjunto de discursos efetivamente ditos ou escritos (FOUCAULT, 2005). Para a explicitação do conceito, conferir subseção 3.3.

¹³ Jacques Léonard é autor da sinopse da obra *Vigiar e Punir* (1975), de Foucault, intitulada *L'historien et le philosophe* (1977), na qual faz uma crítica ao modo como Foucault seleciona seus objetos de análise e à exaustividade quando da coleta de materiais. Para esse autor, Foucault não explorava suficientemente um período, além de não analisar exaustivamente o material selecionado.

¹⁴ Na chamada Nova História, perspectiva segundo a qual havendo vestígios da passagem do homem, sua marca de vida e de inteligência, a história ali se deixa escrever (LE GOFF, 1998), substitui-se a História por histórias e impõe-se, segundo Dosse (2001), uma história fragmentada que “[...] renuncia a realizar um programa de síntese para melhor se desdobrar com vistas aos múltiplos objetos que se oferecem a seu olhar sem limites” (DOSSE, 2001, p. 28-29).

oficial como o PME que visa derrubar barreiras contra a diversidade sexual, mobilizando um município que lhe é contrário.

Diante do exposto, e perseguindo os parâmetros de uma arqueogenealogia dos discursos midiáticos, é que se busca empreender uma ontologia crítica dos saberes sobre a sexualidade que objetivam e subjetivam a mulher e o homem contemporâneos imersos nessa “guerra dos sexos”.

Para isso, busca-se compreender o funcionamento do dispositivo da sexualidade quando da instituição de saberes que possibilitam o estabelecimento e a naturalização de significados concernentes à sexualidade e à subjetividade da mulher e do homem. Frente a esse objetivo mais abrangente, desdobram-se três objetivos específicos: i) entender como o dispositivo da sexualidade institui saberes com relação ao sexo e à sexualidade dos sujeitos tendo a mídia como agenciadora desses saberes; ii) compreender os acontecimentos históricos que atravessam a prática discursiva midiática e instauram uma hierarquia entre os sexos; e iii) analisar, a partir dos saberes e hierarquia instituídos, as práticas discursivas sociais que ora docilizam e ora virilizam a mulher e o homem.

Assim, no intuito de compreender esse funcionamento do dispositivo da sexualidade e de dar conta dos desdobramentos que esse funcionamento discursivo engendra, divide-se o trabalho em seis seções. A primeira seção constitui a parte introdutória deste trabalho e a sexta seção constitui a parte dedicada às considerações finais. As demais seções estão subdivididas conforme descrição a seguir.

A segunda seção, intitulada **Mídia e sua arte de governar**, tem o intuito de traçar algumas características próprias à mídia e também de apresentar elementos que lhe são inerentes e que dão visibilidade àquilo que aqui será chamado de “governamentabilidade”. Entendendo a mídia como um dos instrumentos de governamentabilidade tem-se a possibilidade de apreendê-la como uma prática que visa conduzir condutas ao acolher e disseminar modos de ser ou de se comportar frente às mais diversas situações da vida cotidiana dos sujeitos, por exemplo. Ela possuiria sua arte de governar a partir de seus dispositivos e mecanismos específicos. Para além dessa constatação, pautada em Anderson (2008), a seção pretende mostrar o quanto a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa foi responsável pela maternidade da nação moderna e da narração, por meio da história, que leva eventos vividos por diferentes testemunhas e analistas a se transformarem em “coisas” com nome próprio.

O principal referencial teórico-metodológico que norteia este trabalho encontra-se na terceira seção. Com o nome **Por uma história do presente**, almeja-se congregar os instrumentos metodológicos a serem mobilizados no momento da análise do arquivo. É intuito, ainda, apresentar o trajeto metodológico a ser percorrido nesta investigação o que, por conseguinte, implica dizer o porquê da escolha do material que compõe o arquivo e como se chegou a tal material. Pretende-se, com isso, explicitar o porquê do material analisado ser caracterizado como *enunciado* e, como tal, qualificado como acontecimento.

Na quarta seção, **Por uma historiografia da “guerra dos sexos”**, entabula-se, pautado em estudiosos da sociologia, da filosofia, da antropologia e da história, uma descrição historiográfica do como, ao longo da história, se produziu saberes sobre a relação entre os sexos. Busca-se entender os acontecimentos que se repetem e atravessam a atualidade, engendrando uma série de discursos e, por conseguinte, de práticas e de comportamentos para os sujeitos.

É na quinta seção, enfim, que se congrega todo o referencial teórico e analítico explorado nas seções anteriores. Consagra-se esse espaço para o gesto de descrição e de interpretação dos enunciados que compõem o arquivo. Daí seu título: **Sexualidade, poder e verdade na construção da subjetividade do homem e da mulher em discursos midiáticos**. Busca-se, primeiramente, identificar como se dá o processo de objetivação e de subjetivação da mulher e do homem nos já mencionados meios de comunicação para, nesse processo, analisar o funcionamento do dispositivo da sexualidade quando da instituição de saberes sobre sua sexualidade. A metodologia pauta-se na busca pela regularidade, em meio à dispersão, que evidencie discursos que ora virilizam ora docilizam esses sujeitos, travando, entre eles, uma “guerra”.

Como forma de organizar os enunciados analisados, optou-se pelo agrupamento deles a partir do procedimento serialista foucaultiano¹⁵, visto que ele permite agrupar os enunciados em séries segundo critérios especificados pelo exercício da função enunciativa. Para isso, repartiram-se os enunciados em três séries temáticas: 1ª) dispositivo da sexualidade na mídia; 2ª) a “guerra dos sexos”; e 3ª) a virilização e a docilização da mulher e do homem contemporâneos. Reportando-se às discussões realizadas na segunda, na terceira e na quarta seções, pretendeu-se cumprir cada um dos três objetivos específicos elencados anteriormente. Assim, na primeira série temática foram congregados enunciados que discursivizam a mulher e o homem, apontando para saberes sobre seu sexo e sua

¹⁵ Sobre o procedimento serialista ver subseção 3.2.

sexualidade; da segunda série temática fizeram parte os enunciados que apontam para o modo como a hierarquia entre os sexos foi construída (na esfera pública, na esfera privada e na esfera sexual); e, na terceira série, figuraram os enunciados cujo teor vertesse para a ideia segundo a qual a mulher teria vencido a guerra dos sexos e ao homem caberia reinventar sua subjetividade, ambos objetivados e subjetivados pela docilização e pela virilização compulsórias.

2 MÍDIA E SUA ARTE DE GOVERNAR

Existe algum modo de resistir à sociedade disciplinar além de compreender como ela funciona e de tentar frustrá-la sempre que possível? Existe um modo de tornar a resistência positiva, isto é, de dirigir-se para uma ‘nova economia dos corpos e prazeres’?

Rabinow e Dreyfus (1995, p. 227).

Ao encetar as primeiras considerações em torno do recorte discursivo trazido para este trabalho, o qual alicerça a ideia segundo a qual a mulher venceu a “guerra dos sexos” cabendo ao homem, agora, reinventar para si nova(s) identidade¹⁶(s), se fez mister uma questão, ao modo de Foucault, com base em Nietzsche: Quem (não) somos nós na atualidade? Dessa questão genérica, outra indagação surgiu com intuito de delimitar aquilo que, por ora, interessa a este trabalho: É possível fazer aparecer o modo como os sujeitos homem e mulher são constituídos ética e moralmente na trama histórica dessa “guerra dos sexos”, que tem lugar na mídia? Partindo desses questionamentos, as reflexões desta seção têm o intuito de traçar algumas características próprias à mídia e os elementos a ela inerentes atentando, sobretudo, para sua arte de governar que, tendo a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa a seu favor, pode ser uma das responsáveis pela narração da nação moderna.

No Brasil, a mídia, aqui entendida como “superfície de emergência”¹⁷ (FOUCAULT, 2009) para os discursos que ora enaltecem a mulher e inferiorizam a subjetividade masculina ora supervalorizam o homem em detrimento das conquistas da mulher, é tomada como objeto de análise por diversos estudiosos que tem como aporte os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discursos (AD). A principal razão para esse enfoque na mídia se dá pelo fato de que ela faz circular saberes ao produzir corpos,

¹⁶ Dada a complexidade que o termo promove, seja pelo prisma dos estudos culturais, antropológicos, sociais ou discursivos, optou-se por discorrer sobre a noção de identidade na subseção 2. 2, quando outros conceitos serão mobilizados para, nessa articulação, se compreender a noção pela abordagem assumida nesta pesquisa, isto é, pela perspectiva de Foucault, para quem, grosso modo, a identidade é gestada no interior dos discursos que, por sua vez, promovem objetivações/subjetivações. Os discursos, sempre imersos nas relações de poder, fabricam individualidades, isto é, impõem identidades.

¹⁷ O conceito de enunciado será apresentado e discutido na seção 3. Entretanto, para o momento, é importante entender que para que uma sequência linguística seja considerada um enunciado, é preciso uma espessura material que o constitua. Assim lhe é necessário um suporte, um lugar e uma data. Desse modo, confere-se à mídia o estatuto de superfície de emergência para a circulação dos enunciados ditos e escritos.

cujas subjetividades são moldadas pelo saber midiático. Não se deve desconsiderar, todavia, que o saber midiático é construído, por sua vez, a partir de outros enunciados que vêm de campos diversos. Disso entende-se que, para a temática em tela, os saberes advêm da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da sexologia, de estudiosos do gênero e etc. Ao analisá-la, os estudiosos buscam desconstruir os efeitos de evidência dos temas constituintes da sociedade brasileira, como a língua, a cultura e as subjetividades, por exemplo.

Analisar discursos oriundos da mídia é tarefa árdua quando se concorda com Navarro (2006) ao explicar que o pesquisador enfrentará pelo menos dois desafios: deverá revestir-se de uma perspectiva ao mesmo tempo linguística e não-linguística, haja vista que um tema de investigação não se esgota somente na materialidade linguística, mas também se estende à constituição dos discursos, assim como à possibilidade de serem enunciados; depois fazer escolhas quanto aos conceitos e aos métodos dos quais lançará mão, frente aos mecanismos próprios da mídia na e para a produção e circulação de significados.

É preciso atentar-se, ainda, segundo esse autor, para os desafios que os próprios dispositivos midiáticos impõem quando conjugados ao campo teórico da AD e deste para eles. Seus estudos concluíram, em suma, que é preciso ampliar os conceitos da AD, deslocá-los quando necessário, ou trazer para as análises outros conceitos, pois:

Como suporte de memória, a mídia se apresenta como um poderoso dispositivo para a manutenção do corpo social, para os rearranjos sucessivos, revisão ou deslocamento da memória coletiva de uma sociedade. Essa função pode ser analisada a partir do uso que a mídia faz das imagens e do diálogo estabelecido entre elas e os enunciados verbais (NAVARRO, 2006, p. 89).

Vale ressaltar, entretanto, a proficuidade de estudos que foram e vem sendo realizados, no Brasil, graças a grupos de estudos que têm como enfoque pesquisas cujas temáticas entrelaçam mídia e discurso. Esses grupos corroboram o quão importante é manter viva a discussão das bases epistemológicas e teórico-metodológicas da AD no Brasil. Os grupos pautam-se nos contributos de Pêcheux e de Foucault, enfocando ora um ora outro segundo suas perspectivas de análises.

O Grupo de Estudos Em Análise do Discurso de Araraquara (GEADA)¹⁸, liderado por Maria do Rosário Gregolin (UNESP/Araraquara), existe há mais de vinte anos e, para além da importância de manter vivas as discussões em torno das bases epistemológicas e teórico-metodológicas da AD no Brasil, assinala a importância de refletir sobre as relações quando do imbricamento entre discurso, história e memória na e para a produção de identidades e, por conseguinte, de verdades construídas pela mídia em diferentes épocas. Embora de vertente foucaultiana, o grupo busca respaldo na Semiologia Histórica proposta por Courtine, uma vez que entende profícua a relação entre AD e estudos da mídia ao se tomar a mídia como objeto de análise.

O Círculo de Discussões Em Análise do Discurso (CIDADI)¹⁹ existe desde 2007. O grupo é oriundo da necessidade, primeiramente, de dar continuidade a pesquisas cujo aporte teórico seja a AD francesa; depois de dar subsídios à grande demanda de alunos pesquisadores nessa área. Partem não só do princípio da relevância em se aprofundar o diálogo entre Foucault e Pêcheux, sobretudo no tocante à relação sujeito-poder-sociedade, mas também do diálogo com Bakhtin, a partir dos estudos da enunciação propostos por Authier-Revuz. Regina Baracuh, da Universidade Federal da Paraíba, coordena o grupo. Os trabalhos orientados por ela ou discutidos e realizados no grupo, discutem a produção e a circulação de identidades na esfera midiática.

Já o Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (LABEDISCO-UESB)²⁰, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, foi criado em 2007. O grupo, coordenado por Nilton Milanez, firma, por um lado, seu caráter regional na Bahia e, por outro, estabelece relações acadêmicas em âmbito nacional e internacional, graças a estudos discursivos no Brasil e a intercâmbios de pesquisas e convênios firmados com a Sorbonne Nouvelle – Paris III, respectivamente.

Na Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, instituição no interior da qual esta pesquisa foi realizada, além do GEF, cujos objetivos foram delineados na parte introdutória, seção 1, três outros grupos integram o objetivo de congregar trabalhos cujos enfoques sejam mídia e discurso: O Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI)²¹,

¹⁸ Disponível em: <<https://geadaararaquara.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 5 out. 2012.

¹⁹ Disponível em: <<http://cidadi.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 out. 2012.

²⁰ Disponível em: <<http://www2.uesb.br/labeledisco/>>. Acesso em: 5 out. 2012.

²¹ Disponível em: <<http://www.gepomi.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

o Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM)²² e o Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte (GPDISCMÍDIA)²³.

O primeiro, criado em 2006 e liderado pelos professores Maria Célia Cortez Passetti e Edson Romualdo, busca focar discussões em torno da mídia, da política e de suas inter-relações na contemporaneidade. A partir de referenciais teóricos no campo do texto e do discurso, enfocam a linguagem como elemento central das investigações.

Já o segundo, liderado por Ismara Tasso, tem o objetivo mais abrangente de fundamentar projetos de pesquisas cujo objeto contemple a produção e a circulação dos discursos na sociedade nas mais diferentes manifestações da linguagem humana. Dentro dessa lógica mais abrangente, o grupo enseja compreender, teórico-metodologicamente, o funcionamento discursivo midiático.

O GPDISCMÍDIA, criado em 2016, é liderado pela professora Renata Marcelle Lara. Ancorado nos pressupostos da AD francesa fundada por Pêcheux, de cunho materialista, o grupo investiga temas que envolvam mídia e discursos midiáticos, discurso artístico e sobre o artístico, discursividades institucionais e urbanas, sentido e ideologia, ritual, identidade e cultura (do) popular.

Marcar, temporal e espacialmente, a presença desses grupos em território nacional significa dizer o quanto estudos da mídia reivindicam os pressupostos da AD franco-brasileira, se assim se pode afirmar, e o quanto o saber midiático atravessa a historicidade da e na sociedade brasileira quando da produção de subjetividades. Disso entende-se que percorrer a historicidade que perpassa a subjetividade do homem e da mulher na atualidade pode contribuir e somar-se a tantos outros trabalhos já desenvolvidos no interior dos grupos mencionados.

Ora, não se produz verdade(s) sem a constituição de subjetividades. Com isso em vista, pensa-se a mídia como elemento de destaque no acolhimento, na disseminação e, por que não, na perpetuação de efeitos de verdade no tocante às subjetividades. Não se pode negar sua eficácia quando da colaboração para produção desses efeitos. O modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade na produção de saberes sobre o homem e a mulher é discussão da seção quatro, destinada à análise descritiva e interpretativa dos enunciados veiculados pela mídia. Entretanto, sugere-se, antes da análise, entender a mídia

²² Disponível em: <<http://www.geduem.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

²³ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

como um dos instrumentos de governamentalidade²⁴, o que significa dizer que não se busca legitimar ou descaracterizar seus discursos pela oposição falsidade/autenticidade, uma vez que é o modo como as subjetividades são construídas e os recursos de que lançam mão para fazê-lo é que interessa.

Outra questão igualmente importante, com relação à mídia, é compreender que não se trata de caracterizar os destinatários dos produtos da mídia como indivíduos passivos e indiferentes e a comunicação midiática como aquela que exerce papel negativo na vida social moderna ao criar uma cultura homogênea que “[...] diverte sem desafiar, que prende a atenção sem ocupar as faculdades críticas, que proporciona gratificação imediata sem questionar os fundamentos dessa significação” (THOMPSON, 2013, p. 51). Isso seria uma análise um tanto ingênua. Entretanto, como fez Certeau (1994) em *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, é possível questionar se os sujeitos fabricam ou inventam para si identidades a partir do que a mídia lhes oferece e, se o fazem, de que modo fazem. O autor questiona se:

Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor *fabrica* com essas imagens e durante essas horas. Os 500 mil franceses que compram *Information-santé*, os fregueses do supermercado, os praticantes do espaço urbano, os consumidores das histórias e legendas jornalísticas, o que é que eles ‘absorvem’, recebem e pagam? O que fazem com isso? Enigma do consumidor-esfinge. Suas fabricações se disseminam na rede da produção televisiva, urbanística e comercial. São tanto menos visíveis como as redes do enquadramento se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias. Proteiformes então, ou cor de muralha, elas desaparecem nas organizações colonizadoras cujos produtos não deixam lugar para os consumidores marcarem sua atividade. (CERTEAU, 1994, p. 93-94, grifo do autor).

Do mesmo modo, seria ingênuo não se atentar ao fato de que significados e interpretações da realidade são construídos socialmente, como explicam DeFleur e Ball-Rokeach (1993). Citando a metáfora do mito da caverna de Platão, os autores entendem que cada vez mais se está experienciando um mundo intermediário em vez da própria realidade. Para eles, a mídia expande, ao invés de reduzir, o que chega aos olhos e ouvidos. O perigo está naquilo que é percebido, uma vez que são representações da realidade e não ela própria o que, inevitavelmente, causa impacto nos sujeitos.

²⁴ A noção de governamentalidade será tratada em seus pormenores na subseção 2. 2.

Frente a esse cenário, é importante compreender o modo de funcionamento da chamada cultura industrial de massa relacionada à mídia como suporte de difusão de informação. Embora aqui o foco não seja tratar da mídia em suas especificações, uma vez que se está entendendo mídia como um dos instrumentos de governamentalidade, isto é, como algo que extrapola a perspectiva do senso comum na qual ela seria um conjunto dos meios de comunicação social, abre-se um parêntese concernente ao que se deve entender por mídia de massa.

Ancorado em Thompson (2013), compreende-se que o termo massa não pode ser reduzido a uma questão de quantidade, mesmo porque em alguns setores das indústrias da mídia, a audiência foi e permanece pequena especializada, isto é, não se dirige a um número expressivo de pessoas. Assim, o que deve ser levado em conta quando se utiliza esse termo é a disponibilidade, em princípio, dos produtos midiáticos a uma pluralidade de destinatários e não a quantidade de indivíduos que os recebe. Motivado pelas reflexões de Certeau (1994), inquieta-se com o modo como os sujeitos, homem ou mulher, apropriam-se do que os discursos midiáticos lhes oferecem quanto sua sexualidade. A série enunciativa apresentada na seção 1 esteve, no período de 2012 a 2015, e ainda está disponível a uma pluralidade de destinatários.

2.1 A CULTURA INDUSTRIAL DE MASSA

Sob o argumento de que o “capitalismo editorial” é o principal responsável pelo *boom* das representações da nação moderna, Anderson (2008) explica que em 1500 já haviam sido impressos pelo menos 20 milhões de livros, iniciando, dessa forma, a era da reprodução mecânica. O conhecimento, explica o sociólogo, que era restrito quando dos manuscritos, com a imprensa o saber passou a viver da reprodutibilidade e da disseminação, transformando, por conseguinte, o aspecto e a condição do mundo.

Ignorando as fronteiras nacionais, o setor editorial foi em busca de mercado e foi nessa época uma grande indústria sob o controle de capitalistas ricos. No entanto, os livreiros sempre visando ao lucro procuravam obras que fossem do interesse do maior número possível dentre esses capitalistas; logo, em se tratando de língua, o mercado europeu “letrado”, isto é, os leitores do latim. Foi preciso 150 anos, segundo Anderson

(2008), para que tal mercado fosse saturado. Além de língua sacra, o latim era uma língua de bilíngues, isto é, praticamente quase ninguém falava o latim, mas lia-se em latim, o que já era suficiente para o mercado editorial.

Isso explica o fato de o mercado editorial ter se dirigido à grande massa, pelo menos na Europa, desde essa época. Uma vez saturado o mercado em latim para a elite, era o momento de investir na grande população monoglota que, por sua vez, não lia em latim. Todavia, com a Contra-Reforma, as edições em latim puderam ser retomadas, mas começaram a decair em meados do século XVII. Com isso, os editores, motivados pela escassez de dinheiro na Europa, passaram cada vez mais a pensar na venda ambulante de edições em vernáculo. No entender de Anderson (2008), o capitalismo, juntamente com a tecnologia de imprensa, propiciou uma nova forma de comunidade imaginada²⁵. Para o autor, o romance e o jornal proporcionariam os meios técnicos para se representar o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação.

Schwarcz (2008 apud ANDERSON, 2008, p. 13) afirma que “[...] é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada”. Outro fator importante, segundo Schwarcz (2008), seria a narração por meio da história, que normalmente leva eventos vividos por diferentes testemunhas e analistas a se transformarem em “coisas” com nome próprio. Como exemplo, a autora cita a *Revolução Francesa* que se afirma, até os dias de hoje, como um conceito definidor da modernidade ocidental. Tal experiência foi justamente modelada pela página impressa. Para a autora, “mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (SCHWARCZ apud ANDERSON, 2008, p. 10). Assim, para a autora, não existem comunidades verdadeiras, já que elas são sempre imaginadas e nunca se legitimam pela oposição falsidade/autenticidade, pois o que as distingue é o estilo como são imaginadas e os recursos de que lançam mão para fazê-lo.

Embora com realidades muito diferentes e mesmo específicas, a noção de comunidade imaginada elaborada por Anderson (2008) é relevante para esta seção, pois colabora para a compreensão das narrativas midiáticas sobre os sujeitos. As subjetividades masculina e feminina tornam-se imaginadas, pois as culturas produzem significados sobre

²⁵ Ao se reportar à noção de comunidade imaginada neste trabalho, considera-se, em uma perspectiva foucaultiana, que se tratam de práticas discursivas e não discursivas que instituem formas imaginadas.

o que é ser homem e o que é ser mulher no Brasil; significados construídos, porém, a partir de imagens que se constroem da masculinidade e da feminilidade. É nas formas diferentes pelas quais as masculinidades e as feminilidades são imaginadas (ser um homem macho, viril, dócil, frágil; ser uma mulher forte, vencedora ou submissa, passiva) que reside a diferença entre uma subjetividade e outra, dentre esse leque de possibilidades.

Segundo postulado de Bauman (2005), o indivíduo tem necessidade de pertencimento. Todavia, o fato de se inscrever em uma ou outra subjetividade porque com ela se identifica é uma convenção construída, sendo a subjetividade, desse modo, uma entidade imaginada. A título de exemplo, antecipando nesta seção um enunciado constante da série enunciativa a ser analisada na seção 5, observa-se que a personagem Anastasia Steele, protagonista de *50 tons de cinza*, veicula uma representação de sexo como aquele que justifica e, ao mesmo tempo instaura, a diferença entre os sexos que, por sua vez, corrobora a hierarquia e a dominação. Antes é preciso contextualizar a superfície de emergência sobre a qual se materializa o enunciado em questão.

A referida obra é o primeiro volume de uma trilogia composta ainda por *50 tons mais escuros* (2012) e *50 tons de liberdade* (2012). A trilogia foi escrita pela britânica Erika Leonard James – E. L. James, como prefere assinar, e lançada em 2011 na Inglaterra, seu país de origem. No Brasil, sua versão em língua portuguesa foi publicada em outubro de 2012. Uma versão cinematográfica do primeiro volume da trilogia foi lançada em território brasileiro em fevereiro de 2015, sob direção de Sam Taylor-Wood. Segundo informações do *site* eletrônico *The Hollywood Reporter*²⁶ e da revista *Variety*²⁷, estão previstas as versões cinematográficas dos dois últimos volumes para 10 de fevereiro de 2017 e 9 de fevereiro de 2018, respectivamente. A trilogia impressa, desde seu lançamento no Brasil, é alvo de polêmica, sobretudo por ser rotulado de pornográfico por alguns e de erótico por outros. À época o livro foi objeto de discussões em diversos setores da sociedade brasileira como igrejas, escolas, universidades e etc. Em visitas a *sites* eletrônicos de livrarias nacionais como a *Saraiva* e a *Cultura*, observa-se que a caracterização do romance é o gênero erótico. Vale ressaltar que E. L. James foi considerada uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista *Time*²⁸, o que

²⁶ Disponível em: <<http://www.hollywoodreporter.com/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

²⁷ Disponível em: <<http://variety.com/v/film/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

²⁸ Disponível em: <<http://www.livrariacultura.com.br/p/cinquenta-tons-de-cinza-2997460>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

justifica, também, o interesse pela compreensão do funcionamento discursivo do dispositivo da sexualidade na trilogia escrita por ela.

Diante da caracterização da trilogia pelas editoras, foi-se em busca da distinção entre o que é pornográfico e o que é erótico. Na obra *O Discurso pornográfico*, Maingueneau (2010) discorre a respeito dos modos de representação das relações sexuais ao tratar da especificidade da escrita pornográfica. O autor explica que a pornografia é, normalmente, colocada em oposição ao erotismo. Embora o erotismo seja par constante da pornografia, é comum a supervalorização daquele em detrimento desta, isto é, uma noção se legitima por meio da rejeição da outra.

Das discussões de Maingueneau a respeito da distinção das noções, importa entender que essa distinção não é simples, visto que pelo fato de o erotismo ser comumente caracterizado como uma forma mais nobre da sensualidade em que o sexo seria mais implícito e toleraria até certo romantismo, a pornografia pode ser uma forma mais vulgar do erotismo. A revista *Época* de outubro de 2012, por exemplo, estampou em sua capa o enunciado “um pornô para a mulher”, referindo à obra *50 tons de cinza* e, na chamada da mesma capa, o enunciado “por que o romance erótico ‘Cinquenta tons de cinza’ virou fenômeno mundial de vendas?”. Os termos pornô e erótico são utilizados indistintamente pelo referido enunciador. De qualquer modo, Maingueneau (2010) explica que não há simetria evidente entre erotismo e pornografia, assim como não há separação estanque entre as duas categorias ao afirmar que:

A distinção entre pornografia e erotismo é atravessada por uma série de oposições, tanto nas afirmativas espontâneas quanto nas argumentações elaboradas: direto vs. indireto, masculino vs. feminino, selvagem vs. civilizado, grosseiro vs. refinado, baixo vs. alto, prosaico vs. poético, quantidade vs. qualidade, chavão vs. criatividade, massa vs. elite, comercial vs. artístico, fácil vs. difícil, banal vs. original, unívoco vs. plurívoco, matéria vs. espírito etc. (MAINGUENEAU, 2010, p. 31).

A partir das reflexões de Maingueneau (2010) sugere-se, neste trabalho, não rotular a trilogia como erótica tampouco como pornográfica, pois após leitura dos três volumes que a compõem percebe-se, pelo modo como a narrativa foi desenvolvida, a oscilação entre as duas categorias. Parafraseando esse autor, o erotismo é às vezes apreendido, no romance, como uma “pornografia envergonhada”, isto é, algo que é, mas que, de tão sutil,

não se nomeia; e, em outras vezes, como aquilo em que a pornografia não seria capaz de se transformar por falta de elementos que lhe são constitutivos.

Retomando a questão da representação de sexo como aquele que justifica, e ao mesmo tempo instaura, a diferença entre os sexos que, por sua vez, corrobora a hierarquia e a dominação, no enunciado a seguir a imagem de mulher tal como aquela concebida no século XVIII é reatualizada ou, pode-se dizer, perpetuada:

Caro Sr. Grey,

O senhor quis saber por que fiquei tão confusa depois que me – que eufemismo devemos usar: - espancou, puniu, bateu, atacou. Bem, durante todo o processo assustador, senti-me diminuída, degradada e abusada. E, para minha aflição, o senhor estava certo, fiquei excitada, e isso foi inesperado. Como bem sabe, tudo que se relaciona a sexo é novidade para mim – eu gostaria de ser mais experiente e, portanto, mais preparada. Fiquei chocada por ter ficado excitada.

A jovem Anastasia Steele, bacharel em Letras, descobre que ser amarrada e suavemente torturada lhe provoca prazer. Esse enunciado, pelo modo como foi construída, pode exemplificar que a mulher frágil, dócil e essencialmente passiva, preconizada pelo filósofo Rousseau, e a “mulher nervosa”, descrita por Foucault (1988), caminham a passos firmes ao lado daquela descrita pelos ideais cristãos cuja organização física e moral era dotada de um excesso sexual que devia ser controlado. A sexualidade vivida por homens ou por mulheres é, entende-se, uma experiência particular. Disso decorre que não há um modelo ou uma forma para se viver a própria sexualidade. Ficar surpresa, ou mesmo escandalizada, com a própria excitação, relacionada ao possível prazer sentido pela personagem Anastasia, atesta um dos modos pelos quais as construções sociais instituem o que é lícito e o que não o é, quando do uso dos prazeres. O que é considerado perverso e deve ser controlado em um ou em outro, o que é permitido para o homem, mas não o é para a mulher, por exemplo.

Essa imagem de mulher confusa entre o que é considerada uma violência, como apanhar, e o que faria parte de um ritual de prazer, perpassa as práticas sociais e se materializa nessa personagem pela linguagem. O modo de funcionamento do enunciado em pauta apoia-se em saberes oriundos da filosofia, da medicina ou dos ideais cristãos para, a partir deles, reforçar verdades já naturalizadas por esses campos do saber. Esses saberes, entretanto, são acolhidos, organizados e veiculados pelos meios de comunicação social, como é o caso do romance mencionado. Assim, torna-se profícua a noção de comunidade

imaginada para se compreender o quanto as narrativas históricas e midiáticas proporcionam os meios técnicos para se representar o tipo de subjetividade imaginada a que corresponderia ao que é ser mulher ou ao que é ser homem.

Este estudo sobre a sexualidade e a subjetividade do homem e da mulher insere-se em um cenário no qual a cultura industrial contemporânea desenvolve formas de narrativas sobre o sujeito, homem ou mulher, que lhe são próprias. Tendo a mídia como principal aliada que, por seu turno, faz circular diferentes modos de subjetivação que emergem em discursos sobre o homem e a mulher contemporâneos, a cultura de massa, possibilitada pelo surgimento de uma imprensa de massa no início do século XIX, como explica Mira (2003), se baseará no sucesso de um produto ligado ao público feminino. Segundo a autora, o que as pessoas, principalmente as mulheres, querem consumir é a experiência romântica que leram nos livros ou viram nas telas de televisão ou de cinema; já os homens seriam capturados pelos temas de aventura, de violência e de erotismo. No caso de *50 tons de cinza*, há, pelo modo como seu funcionamento discursivo dá a entender, uma inversão dessas constatações. Segundo *Veja*, de setembro de 2012, esse romance foi lido principalmente por mulheres e muitos homens teriam ficado incomodados com o conteúdo pornoerótico lido pelas mulheres. A revista *Época* de outubro de 2012 teria afirmado que o romance “[...] foi escrito sob medida para as fantasias de submissão das mulheres modernas e autossuficientes”. Poder-se-ia concluir que a mulher, naturalmente passiva e submissa descrita por Rousseau, estaria em crise.

Não é interesse específico, aqui, aprofundar essa questão, mas vale notar, todavia, os apontamentos feitos por Lins (2007) a partir dos quais explica que o amor romântico que povoava as mentalidades do Ocidente desde o século XII começa a sair de cena. A linguagem amorosa, própria do amor romântico, acabou se transformando em uma linguagem que não serve mais. Pensa-se, com isso, nessa obra que também ficou conhecida como “mommy porn” (pornô para mães) e de “*Crepúsculo* para adultos”, por alguns, ou de “deseducação sexual”, por outros. O que possibilitou que se tornasse o livro mais lido por mulheres desde seu lançamento no Brasil, em agosto de 2012 ou, como indagou *Veja* em sua edição de 26 de setembro de 2012, “qual o segredo do *Best-seller* que hipnotiza as mulheres e incomoda os homens”.

Também não é objetivo emitir julgamento de valor no sentido de supervalorizar ou de depreciar a obra em questão, tampouco buscar dados estatísticos que comprovem índices de vendas, mas chamar a atenção para as (novas) formas de subjetivação dos

sujeitos homem ou mulher. Chama-se a atenção para o modo como o poder aí é exercido, isto é, como as condutas dos sujeitos são conduzidas. Compreende-se que a linguagem, nessa narrativa, funciona como um dos mecanismos de coerção nessas relações de poder. Nesse jogo complexo, analisar o exercício do poder e a liberdade que lhe é constitutiva torna-se tarefa difícil. No entanto, o que deve ser ressaltado é que a mídia de massa deve ser analisada a partir das relações de poder que devem, por sua vez, ter seu ponto fundamental de apoio buscado fora da instituição midiática, ainda que se saiba da importância das instituições para a organização das relações de poder. É desse modo que se entende a mídia como um dos instrumentos de governamentalidade, noção que será discutida nesta próxima subseção.

2.2 GOVERNAR BEM A SI PARA GOVERNAR BEM OS OUTROS

Uma vez ancorado nas explicações daqueles que consagraram estudos voltados especificamente para as teorias da comunicação de massa, sobretudo em sua vertente social, esta seção convida o leitor a pensar a mídia como um instrumento de governamentalidade. Isso implica, *mutatis mutandis*, ultrapassar a concepção de mídia como veículo de informação ou como instituição que possuiria dispositivos para a construção de uma realidade. Entendê-la desse modo abre a possibilidade de compreender seu processo de produção de efeitos de identidade. Entretanto, a perspectiva discursiva sobre a qual debruça a escolha metodológica desta pesquisa leva a buscar, nas teses foucaultianas, as bases sobre as quais se construiu a noção de governamentalidade para, não sem riscos, aplicá-la no momento da análise, posto que Foucault não teria tratado da natureza da mídia e seu impacto nas sociedades modernas.

Quando se reporta a *Vigiar e punir* ou a muitas outras obras empreendidas pelo filósofo, vislumbra-se o desenvolvimento de uma descrição com relação à organização do poder nas sociedades modernas e, principalmente, de uma mudança na relação entre poder e visibilidade. De sociedades de espetáculo, como o mundo antigo e o *ancien régime*, por exemplo, em que o exercício de poder estava diretamente ligado à manifestação pública de força e de superioridade do soberano (pensa-se aí nos suplícios nas praças, por exemplo), a novas formas de disciplina e de controle que se infiltram, cada vez mais, nas diferentes

esferas da vida, não há como não observar os mais sutis mecanismos de poder baseados no treinamento, na disciplina, no registro (pensa-se aí na escola, na prisão, no hospital e, por que não, na mídia). Embora nas primeiras abordagens sobre o poder presentes nessa obra e em alguns cursos ministrados no *Collège de France*, Foucault tenha tratado basicamente da constatação da insuficiência de um modelo de análise essencialista do poder que era caracterizado como repressão, como um poder disciplinar ou que era confundido com a ordem instaurada pela lei, é possível, ainda assim, vislumbrar o novo tipo de sociedade de controle.

Quando se traz as reflexões de Foucault acerca do poder relacionadas à mídia ressalta-se que suas obras mencionadas são referências para filósofos, sociólogos ou para especialistas de variadas áreas quando tratam das teorias da comunicação. Dentre muitos autores, destaca-se Machado (1991), cuja discussão do poder disciplinar ao tratar das câmeras de vigilância em aeroportos, comparando-as ao dispositivo Panóptico, de Bentham, contribui para a discussão aqui realizada. As câmeras, segundo Machado (1991), formam um instrumento que impõe autocontrole aos sujeitos que, ao se perceberem vigiados, se comportariam conforme à norma. Seguindo esse raciocínio, para se instaurar a norma, portanto, o olhar vigilante torna-se instrumento indispensável. Consoante a essa ideia, Foucault (1983, p. 181) já dizia que “[...] cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou comportamento, o esquema Panóptico poderá ser utilizado”.

Nesse novo tipo de sociedade disciplinar, em que a visibilidade de poucos diante de muitos é substituída pela visibilidade de muitos diante de poucos e em que a manifestação espetacular do poder soberano é substituída pelo poder do “olhar”, o Panóptico de Bentham dos dias atuais, diria-se, é a mídia. Ela oferece, a tudo e a todos, uma alternativa às formas primitivas de exercício de poder. Por ela se vê, gradualmente, indivíduos conduzidos a um novo sistema de poder no qual a visibilidade é um meio de controle. Toma-se aqui o risco de dizer que ela seria, no limite, uma nova organização social do poder. Mas de que modo a mídia operaria tal organização? Para responder a essa pergunta, retoma-se a questão da norma mencionada anteriormente, pois o exercício do poder disciplinar se efetiva no domínio da normalização. A norma, neste caso, converte-se em critério para divisão e classificação dos indivíduos. A partir da psiquiatria, da medicina, da psicologia, por exemplo, distinguem-se pessoas e espaços sociais. Normalizar, então, corresponderia à prática disciplinar de regulamentação dos indivíduos que, por sua vez,

passam pelo crivo do processo de individualização. Em *Vigiar e punir* (1981), Foucault aponta o que ele chama de dispositivos normativos e as operações a partir das quais a disciplina se organiza para a normalização. Dentre essas operações, destacam-se o ato de comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar e de excluir.

Quanto à “guerra dos sexos”, materializada em enunciados postos em circulação pela mídia, compreende-se que ela só pode existir graças aos dispositivos normativos dos quais ela lança mão como comparar o homem à mulher, física e intelectualmente, diferenciá-lo sexualmente a partir de um determinismo biológico, ao estabelecer hierarquia de papéis a um e a outro e, sobretudo, ao homogeneizar discursos que ditam o que é ser homem e o que é ser mulher, excluindo as diferenças, em nome da norma. Entretanto, não se pode perder de vista que esse tipo de visibilidade mediada é de natureza muito diferente do tipo de espetáculo descrito por Foucault. Todavia, há de se notar que é também graças à mídia que aqueles que exercem o poder são agora submetidos a certo tipo de visibilidade, mais, talvez, do que aqueles sobre os quais o poder é exercido. Isso corrobora a ideia segundo a qual o poder está em toda parte e só se exerce no interior de uma relação de forças, como será explicitado mais adiante.

O processo de formação da governamentalidade se inicia, porém, a partir da análise empreendida por Foucault das diferentes configurações de poder por ele estudadas. Tal processo pode ser verificado a partir dos cursos ministrados pelo filósofo no *Collège de France*, como *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). É em torno desse tema que Foucault, partindo de duas abordagens, trata dos mecanismos de poder que efetivam o “governo da vida” e das práticas que regem o “governo de si”.

Fonseca (2008) explica que a partir do primeiro volume da *História da sexualidade* e do curso *Em defesa da sociedade*, é evidenciado, nos escritos de Foucault, um movimento de ampliação dos instrumentos teóricos utilizados por ele ao analisar o poder. Assim, contra a concepção do poder como repressão, o filósofo o define como relações de força e pensa as relações de poder a partir da matriz teórica consistente no embate delas ou na guerra neste último. Disso constata-se que o poder é percebido como um conjunto de mecanismos que incide e atua sobre a vida, daí a necessidade de se estudar os mecanismos de segurança e de controle da vida por meio de uma biopolítica.

Seguindo sempre o raciocínio de Foucault, é preciso investigar as formas de resistência e a tentativa de dissociar essas relações. A resistência, um conceito complexo

como tantos outros elaborados por Foucault, era descrita pelo autor, em um primeiro momento, como a maneira pela qual um indivíduo conseguia, voluntariamente ou de modo não planejado, escapar das identificações, das classificações e das normalizações que lhe eram impostas. Revel (2005) explica que a partir dos anos 1970 a resistência é pensada por Foucault no nível da ação coletiva e não somente no nível da ação individual, daí a ideia de que ela se dá, necessariamente, onde há poder. Nessa linha de pensamento, a resistência pode ser ao mesmo tempo fundadora das relações de poder como também o resultado delas, o que implicaria entender que não há nessa relação binária o correspondente liberdade/dominação. Disso permite-se indagar se no exercício do poder que resulta sempre em um processo de individualização haveria possibilidade de resistência. Segundo Revel (2005, p. 74), “[...] a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte”. Como ponto de partida, pensa-se em uma série de oposições que se desenvolveram, segundo Foucault, nos últimos tempos, como por exemplo, “[...] oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas” (FOUCAULT, 1995, p. 234). São embates que questionam o estatuto do indivíduo. Se por um lado, as lutas favorecem o direito de ser diferente, salientando justamente aquilo que os tornam individuais, por outro, acabam por separar os indivíduos, atacando justamente aquilo que fragmenta a vida comunitária. Tal coerção só poderia resultar na volta do indivíduo sobre si próprio, ligando-o à sua subjetividade. As lutas não são contra nem a favor da individualização, elas são, na verdade, batalhas contra o “governo da individualização”.

As lutas funcionam, também, como uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação. Ao mesmo tempo em que são lutas contra os privilégios do saber, opõem-se, também, “[...] ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Não se trata, porém, como esclarece Foucault (1995), de crer em um valor apenas científico das “coisas”. Mas se trata de uma recusa “relativista” de toda verdade verificada. Questiona-se, assim, a maneira pela qual o saber circula e funciona, isto é, suas relações com o poder. Em se tratando das lutas, Foucault (1995, p. 235) conclui que “[...] todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós?”. Elas agem, igualmente, como forma de recusa, ao mesmo tempo, às abstrações como a do estado de violência econômico e ideológico que, por sua vez, ignoram quem se é individualmente e à

investigação científica e administrativa que determina quem se é. Como o poder é microfísico (FOUCAULT, 1984b), o principal objetivo dessas lutas recai sobre uma técnica ou uma forma de poder, visto que o poder não está unicamente em uma instituição, uma classe, ou um grupo etc. ; assim, ataca-se uma forma de poder. Sendo uma relação de forças, o poder aplica-se à vida cotidiana dos indivíduos, categorizando-os, marcando-os com sua própria individualidade. Tal forma de poder impõe-lhes, segundo Foucault (1995), uma lei de verdade e tal verdade precisa ser reconhecida não só pelo indivíduo a quem a verdade lhe foi impingida como pelos outros que têm que, nele, reconhecer essa verdade.

Apenas a título de ilustração, veja-se o seguinte quadro elaborado a partir de um recorte da série enunciativa materializada nos suportes midiáticos apresentados na seção 1. Como explicitado nessa seção, outros enunciados que dialogam com a temática “guerra dos sexos” seriam convocados em alguns momentos da escrita deste trabalho. O recorte, nesta subseção, é constituído por enunciados entendidos, aqui, como práticas discursivas e, por conseguinte, como acontecimentos discursivos que, embora ínfimos face aos muitos produzidos alhures, visam a objetivar e a subjetivar homens e mulheres na contemporaneidade. Os fatos de discursos são extraídos de revistas de grande circulação no cenário brasileiro como *Época* (2012 e 2013, conforme enunciados 1, 2 e 3), *Veja* (2012, enunciado 7), *Exame* (2013, enunciado 5), *Viagem e turismo* (2013, enunciado 6), de um guia de cura (2012, enunciado 4), assim como de fonte *online* (2012, enunciado 8).

Quadro 1 – Artes de governar

 <p>Enunciado 1 <i>Época</i> (2012)</p>	<p>A mulher venceu a guerra dos sexos. Elas estudam mais, são mais valorizadas no trabalho e já não querem saber de namorar para não atrapalhar a carreira, os homens que se cuidem</p>	 <p>Enunciado 2 <i>Época</i> (2012)</p>	<p>Por que o romance erótico “Cinquenta tons de cinza” virou fenômeno mundial de vendas? Resposta: ele foi escrito sob medida para as fantasias de submissão das mulheres modernas e autossuficientes</p>
 <p>Enunciado 3 <i>Época</i> (2013)</p>	<p>Elas chegaram ao comando da família, das empresas, do país. Aos homens, cabe inventar para si mesmos uma nova identidade, que permita acompanhá-las</p>	 <p>Enunciado 4 Ethridge (2012)</p>	<p>Em vez de deixar que as fantasias nos governem, é necessário entender o que elas escondem e permitir que Deus cuide desse assunto. (ETHRIDGE, 2012).</p>
 <p>Enunciado 5 Fonte: <i>Exame</i></p>	<p>A modelo publicou uma foto amamentando sua filha de 1 ano enquanto uma equipe cuidava de sua beleza. A imagem gerou discussões sobre amamentação e maternidade</p>	 <p>Enunciado 6 Viagem e Turismo (2013)</p>	<p>Acho que vocês me deram algumas boas ideias</p>
 <p>Enunciado 7 <i>Veja</i> (2012)</p>	<p>Vamos falar daquilo? Veja foi saber de empresárias, modelos, donas de casa e até ministras de estado qual o segredo do best-seller que hipnotiza as mulheres e incomoda os homens.</p>	 <p>Enunciado 8 Fonte: Leticce (2012)</p>	<p>– Oi. Meu nome é Ana. Eu sou jovem e determinada. Tenho limites morais e nada pode muda-los. – Oi, eu sou o Christian. Sou rico, bonito e curto uns lances pesados. Vou te dando uns presentes caros pra você topar minhas paradas, ok? – Sou sua!</p>

Elaboração do quadro: A autora

Ao olhar para o quadro, tal como está constituído, tem-se a possibilidade de estudar as condições de validade e de possibilidade do saber midiático em relação ao sexo e à sexualidade do homem e da mulher contemporâneos. Fazer a arqueologia desse objeto possibilita compreender que essas subjetividades nem sempre foram discursivizadas do mesmo modo.

O sexo, tão reprimido e objeto de discurso apenas daqueles que tinham o “direito” de dele falar, como o médico, o psicólogo ou a Igreja, por exemplo, agora aparece estampado em materialidades tão próximas de cidadãos comuns, como é o caso das revistas *Veja*, *Exame*, *Viagem e turismo* ou *Época*, além do discurso científico da psicóloga evangélica Shannon Ethridge ser vulgarizado a ponto de tornar-se um manual de instruções para a cura daqueles que buscam prazer em fantasias sexuais, exemplificado pelo enunciado extraído de seu livro *A ilusão dos 50 tons*, conforme enunciado 4. Quanto a este, o modo como foi produzido, linguisticamente, em forma de tópicos em sua quase totalidade e com verbos no modo imperativo, autoriza compreendê-lo como um manual de instruções ou um guia de cura como se pode ler em sua sinopse, cuja promessa é de se listar dicas para a reeducação da vida sexual a partir de lições que ajudem o leitor a encontrar o equilíbrio capaz de produzir uma vida sexual saudável.

Voltando a Lins (2007), para quem o amor romântico que povoava as mentalidades do Ocidente desde o século XII começa a sair de cena e para quem a linguagem amorosa, própria do amor romântico, acabou se transformando em uma linguagem que não serve mais, pensa-se que isso ocorra, de fato, caso se leia distraidamente enunciados como: “Acho que vocês me deram algumas boas ideias” (enunciado 6), ou como enunciados do diálogo que resume, de forma humorada, a essência de *50 tons de cinza*, no enunciado 8: “– Oi. Meu nome é Ana. Eu sou jovem e determinada. Tenho limites morais e nada pode mudá-los” “– Oi, eu sou o Christian. Sou rico, bonito e curto uns lances pesados. Vou te dando uns presentes caros pra você topa minhas paradas, ok?” “– Sou sua!”. No caso do enunciado 6, aliado ao enunciado imagético de uma mulher sobre a areia numa praia, pode funcionar simplesmente como uma publicidade comum a uma revista de turismo e a uma plataforma eletrônica na internet. A imagem de uma mulher na praia reforça a ideia de leveza e de despojamento de quem sai em férias e pode se dar ao luxo de passar o dia lendo seu livro preferido de frente para o mar.

No entanto, o livro lido pela protagonista da imagem é um romance pornoerótico. Considerando que à época de seu lançamento no Brasil, tornou-se uma espécie de leitura

indispensável entre as chamadas mulheres independentes ou modernas, estar descansando numa praia passa a ser fato secundário. O que importa, pelo modo como o enunciado foi organizado, é o que está sendo lido e o que essa leitura pode proporcionar. O enunciado “acho que vocês me deram algumas boas ideias” faz alusão às representações das relações sexuais entre a personagem Anastasia e Christian Grey. Suas relações são descritas de modo detalhado no decorrer de toda a narrativa e chamam a atenção por fugirem ao famoso e já naturalizado “papai-mamãe”, expressão que se refere, para o senso comum, à posição física dos corpos quando do ato sexual convencionada pela moral cristã quanto ao comportamento dos esposos, e também ao fato de o ato sexual ter como lugar privilegiado o casamento. Essa expressão admite, ainda que implicitamente, um casamento que só pode ser possível entre um homem e uma mulher. Nessa ditadura heteronormativa, outras formas de relacionamentos afetivos são descartadas. Lembrando das divisões binárias muito recorrentes na cultura brasileira com relação ao sexo e à sexualidade, o par ativo/passivo pode ser o representante desse modo de se relacionar sexualmente. Vale lembrar, a esse respeito, das reflexões de Foucault (1984a) em *História da sexualidade*: o uso dos prazeres ao buscar entender como e a partir de quê as relações sexuais entre marido e mulher passam a ser um problema, isto é, passam a ser objeto de preocupação no pensamento grego.

Na atualidade, embora o casamento já não seja o único e apenas local de legitimação para o sexo entre as pessoas, tem-se a impressão de que o ritual “papai-mamãe” ainda é a receita em casos de relações sexuais, pois do contrário, o sexo *hot*, anglicismo que faz referência a um modo mais ousado ou não convencional de fazer sexo, descrito no romance não causaria tanta polêmica ou atrairia a curiosidade de mulheres leitoras desse romance que, segundo a autora do livro, são modernas e autossuficientes. Pela narrativa que é apresentada, o ritual dos atos sexuais do casal nunca é repetido. A cada vez se utilizam de novas formas ou fórmulas, novas posições, experimentam novas fantasias, enfim, libertam-se de tabus para experienciarem seus prazeres. Voltando ao pensamento grego, Foucault (1984a, p. 185) argumenta:

A definição daquilo que era permitido, proibido e imposto aos esposos pela instituição do casamento, em matéria de prática sexual, era bastante simples e bastante claramente dissimétrica para que um suplemento de regulação moral não parecesse necessário. Por um lado, as mulheres, enquanto esposas, são de fato circunscritas por seu *status* jurídico e

social; toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo.

Não há como afirmar, mas a polêmica gerada em torno desse romance pornoerótico pode ser um indício de que o pensamento grego, tal como descrito, ainda sobrevive na cultura brasileira. A narrativa de *50 tons* produz efeitos de verdade variados para o homem ou para a mulher. No entanto, à época, outros enunciados circulavam afirmando a supremacia feminina com relação ao seu sexo, à sua força, física ou intelectual, o que possibilitou que dizeres como esses da revista *Viagem e turismo* pudessem existir. O que mais se ouvia ou se lia a respeito dessa ficção é que ela estava mudando as mentalidades, sobretudo femininas. Entre opiniões divergentes quanto ao sucesso do romance, o que importa para a presente discussão é indagar, ao modo de Certeau (1994), se os sujeitos criam para si subjetividades a partir do que a mídia lhes oferece.

Uma análise mais superficial do enunciado 8, leva a dizer, em um primeiro momento, que à mulher moderna não basta um amor romântico, pois ela quer um homem rico e poderoso que supra todas as suas necessidades materiais mesmo, que para isso, deva se submeter a seus caprichos sádicos. Entretanto, isso contraria a opinião da própria escritora do *best-seller*, E. L. James, ao dizer que “[...] o livro é uma história de cura pelo amor, contém os mesmos elementos míticos que eternizaram o conto de fadas *A Bela e a Fera*, em 1740. [...] as cenas eróticas contribuíram, mas o romance, a história de amor, é a razão do sucesso da trilogia” (VEJA, 2012, p. 114). Se por um lado, a narrativa pornoerótica atraiu mulheres e homens, por outro, o amor romântico vivido pelas personagens foi o fator mais relevante quanto ao sucesso da obra.

Quanto ao fato de a maternidade de Gisele Bündchen ter sido questionada e ter gerado polêmica na mídia *online*, percebem-se opiniões divergentes de internautas. Em alguns enunciados perpetua-se um discurso segundo o qual as mulheres modernas são autossuficientes, como no enunciado 5 ou, ainda, no enunciado 2 e aponta para um efeito de verdade segundo o qual a mulher é capaz de trabalhar e de cumprir seu papel de mãe ainda assim, pois ela venceu a guerra dos sexos, isto é, seu sexo não é frágil como preconizava Rousseau. Já o homem poderia estar em um caminho inverso ao ser representado, agora, como aquele que precisa reinventar sua identidade para acompanhar essa “nova” mulher. Em outros, rompe-se com a ideia de vitória da mulher ao preferir acomodar-se sobre uma história, há muito, edificada por Rousseau e que permanece ainda muito firme sobre bases indissolúveis. Rousseau conclamou as mulheres a assumirem as

funções ligadas aos cuidados com as crianças e a se tornarem “verdadeiras” mães, pois para ele a maternidade é inerente à mulher. Assim, para o filósofo, a mãe biológica que deixa os filhos aos cuidados de outrem não pode ser considerada como aquela que cumpre seu papel. O desejo rousseauiano, apoiado pelas ideias Iluministas, no século XVIII, faz surgir uma ligação fundamental entre o sexo feminino e a maternidade inexistente quando se sabe que, até então, amas-de-leite, empregados ou as instituições religiosas ou pedagógicas se encarregavam da organização familiar. Tais ideais persistem na atualidade quando se percebe, por exemplo, que em casos de separações de casais, a criança permanece normalmente com a mãe. Quando esta abre mão de sua guarda é logo tratada como mãe desnaturada, ou seja, como aquela que seria destituída de sentimentos considerados como naturais da mulher.

Os enunciados sobre o romance erótico e o que se disse após sua publicação apontam para construções sociais que, pelo modo como foram produzidos, permitem, por vezes, vislumbrar um reforço do culto às estratégias sociais que fazem figurar o corpo da mulher como superfície para o exercício do poder e do homem como o “sexo” da humanidade, ou, como diria Butler (2012), a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo como instituições definidoras, ao construir a mulher como essencialmente masoquista, dependente que, como Cinderela, espera a salvação que viria do homem, seu super-herói. Outras vezes permitem perceber uma mulher protagonista de uma história da liberação sexual com todas as suas conquistas, desde à pílula contraceptiva, tendo como pano de fundo um homem que precisa adaptar-se a essa supremacia.

O enunciado extraído do livro *A ilusão dos 50 tons* que, como explicado, funciona como um manual de instruções ou um guia de cura para reeducação da vida sexual corrobora, conforme enunciado 6, a ideia da política de temperança nos moldes gregos ao dizer como cada sujeito, homem ou mulher, deve governar a si quanto ao uso de seus desejos, perpetuando tabus ainda muito correntes na cultura brasileira. O manual funciona, pode-se dizer, como um instrumento de governamentalidade que, por seu turno, produz saberes que são acolhidos como verdades com relação à sexualidade. O efeito de verdade pode ser construído a partir de estratégias e de táticas como, por exemplo, a invocação de Deus pela psicóloga para legitimar seus dizeres.

Essas relações de sujeição podem fabricar sujeitos. O que se vê nesses fatos de discursos são (micro) lutas de sujeitos que falam, mas que não podem ocupar a posição de juristas ou de filósofos, isto é, a posição de sujeito universal. Nessa luta geral, ele está de

um lado ou de outro; está na batalha e luta por uma vitória, objetivo principal de quem entra para uma batalha. E se fala da verdade, é dessa verdade estratégica que lhe permite conseguir a vitória. A verdade, neste caso, funciona como uma arma para se conseguir a vitória. Trata-se de problematizar, em última instância, a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos está implicada no exercício do poder midiático.

O título **Governar bem a si para bem governar os outros**, desta subseção, implica dizer que a história do cuidado e das técnicas de si é uma maneira de fazer a história da subjetividade. Entretanto, não se busca entender a subjetividade do homem e da mulher atuais a partir da separação binária homem/mulher, heterossexual/homossexual, macho/dócil ou, ainda, a partir dos campos de objetividade científica, mas a partir da constituição e das transformações, no cenário brasileiro, das relações consigo mesmo e de seus efeitos de saber. Isso implica dizer, também, que se trata de se referir ao governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro.

Defende-se que a mídia não (re)constrói, todavia, a história da “guerra dos sexos”. Ela a reconstitui como acontecimento, isto é, como irrupção de uma singularidade histórica. É importante, no entanto, fazer uma ressalva concernente ao papel da mídia na conformação de representações sociais. Ao tratar da mídia como instrumento de governamentalidade, não se estará defendendo, ingenuamente, que ela seja a origem dessas representações, uma vez que, embora ela desempenhe o papel de propagar representações e imaginários, existiam construídos historicamente mesmo antes de sua invenção. Outro detalhe importante que vale ser lembrado é o fato de que se deve buscar o ponto de apoio das relações de poder fora das instituições, como já discutido. Todavia, as formas de representação são de extrema importância para a construção da subjetividade e para a constituição do sujeito, visto que será a forma como esse sujeito apreende a representação que encadeará a constituição de sua identidade.

Falar em identidade, entretanto, torna-se complexo quando se concorda com Foucault (2005), cujas teses apontam para a ideia segundo a qual a identidade não passaria de uma paródia. Para o filósofo, buscar a origem das identidades, como o faz a história global²⁹, seria perda de tempo, pois a história não descobriria uma identidade esquecida ou única, mas sim um sistema complexo de elementos múltiplos e distintos. Enquanto para os teóricos dos estudos culturais, a identidade é um produto das novas relações sociopolíticas na sociedade e inacabada por não se esgotarem as transformações sociais que sofre, para a

²⁹ Em oposição à história geral. A esse respeito ver seção 3.

AD, explicam Fernandes e Alves Júnior (2009, p. 113), “[...] o sujeito é produzido no interior dos discursos e sua identidade é resultante das posições e das práticas do sujeito nos discursos”. Como observaram Fernandes e Alves Júnior (2009, p. 112), para esses estudiosos “[...] o caráter transitório da identidade provoca a perda da estabilidade e da fixidez para o sujeito, que, deslocado e descentrado, entre em crise de identidade”.

Não obstante os esforços mobilizados por esses estudiosos para apresentarem o conceito de identidade como algo plural e fragmentado, deixam resquícios de uma concepção que trairia seu próprio esforço. Não raras vezes, depara-se com enunciados que atestam que para essa linha teórica a identidade, um dia, foi estável, pois que o deslocamento, fragmentação ou pluralidade da identidade são produtos das novas relações sociopolíticas na sociedade. Vieira (2009) explica que autores dos estudos culturais e, mais especificamente, Hall, apoiam-se no pós-estruturalismo para escapar da ideia da identidade fixa ou essencial, seja ela impingida ou autoatribuída. O autor explica que a concepção pós-estruturalista de identidade tem grande importância na desconstrução de discursos polares que opõem um eu a um outro, ou um nós a um eles etc. No entanto, no caso de Hall, a diferença é celebrada como identidade homogênea, como semelhança irreduzível, já que se estabeleceria uma correspondência entre uma inserção sociocultural em uma estrutura pré-discursiva e um lugar enunciatório determinado no jogo linguístico ou político.

Diante desse cenário, percebe-se o caráter contraditório da identidade. O sujeito, bem como sua identidade, está sempre em movimento, portanto, desloca-se constantemente. Cada lugar ocupado pelo sujeito, nessa movência, aponta para um outro, diferente de si. É no discurso que o sujeito se constitui. No entanto, sua constituição na produção do discurso não é pacífica. Adotar a perspectiva da noção de identidade pelo prisma da produção significa rejeitar, ou pelo menos problematizar, a concepção de sujeito estratificado pela identidade como requer Bauman (2005), por exemplo. Nessa linha de pensamento, as identidades criam, para o sujeito estratificado, estereótipos impondo seu lugar social. Nas teses foucaultianas, porém, a partir da noção de sujeito traz-se à tona o poder como aquilo que integra as relações cotidianas entre sujeitos.

Ainda com relação à identidade, o sentido histórico como instrumento privilegiado da genealogia não se deve apoiar em nenhum absoluto, salienta Foucault (2005, p. 271); escapando à metafísica, o sentido histórico reintroduz no devir tudo aquilo que se acreditava imortal no homem. Dentre os três usos o qual comporta o sentido histórico que

se opõe às três modalidades platônicas de história, o uso dissociativo e destruidor da identidade chama atenção de modo especial, sobretudo por contrapor-se à história contínua, isto é, tradicional, tão combatida por Foucault.

Nesse uso da história há a dissociação sistemática da identidade. A identidade, à qual se tenta assegurar e reunir sob uma máscara, como sugeria Foucault (2005, p. 278), é, no entanto, bem frágil. Deve-se compreender os semelhantes, ensina Foucault (2005, p. 279), “[...] como sistemas inteiramente determinados e como representantes de culturas diversas, ou seja, como necessários e modificáveis”. Assim, a história genealógica de que fala Foucault (2005) tem por finalidade fazer aparecer todas as descontinuidades que atravessam os sujeitos.

A discussão leva a entender que as descontinuidades que atravessam os sujeitos criam esse elemento plural, contraditório e inacabado que se convencionou chamar identidade. Esse elemento, por seu turno, se produz justamente na descontinuidade histórica do sujeito nos discursos que o integra. A discussão permite, igualmente, compreender, historicamente, o caráter de incompletude do sujeito. Seja para Foucault, seja para os estudos culturais, foi possível perceber que tal incompletude é um aspecto inerente não apenas às mudanças sociopolíticas ou à crise de identidade, mas, sobretudo às transformações históricas e tudo o que aí está implicado.

Retomando a questão da importância das formas de representação para a construção da subjetividade e para a constituição do sujeito, analisar os discursos midiáticos como um dos instrumentos de governamentalidade justifica-se pelo fato desses colocarem em circulação saberes sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher. A partir de um conjunto de estratégias e de táticas, próprio à governamentalidade, disseminam um leque de subjetividades possíveis, deixando a cargo dos sujeitos apropriarem-se da representação que, por consequência, encadeará a constituição de sua identidade.

Esta segunda seção teve o intuito de traçar algumas características próprias à mídia e aos elementos que lhe são inerentes e que dão visibilidade àquilo que aqui foi chamado de governamentalidade. Com a concepção de mídia como um dos instrumentos de governamentalidade, almejou-se apreendê-la como uma prática que visa a conduzir condutas, posto que ela possuiria sua arte de governar a partir de seus dispositivos e mecanismos específicos. Para além dessa constatação, pautado em Anderson (2008), a seção pôde mostrar o quanto a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa foi responsável pela maternidade da nação moderna e da narração, por meio da história, que

leva eventos vividos por diferentes testemunhas e analistas a se transformarem em “coisas” com nome próprio.

A noção de governamentalidade aparecerá sempre que necessário ao longo deste trabalho, sobretudo quando da análise prevista para a quinta seção. Para que não se perca o fio condutor do itinerário descrito na introdução deste trabalho, a próxima seção encarregar-se de congregar o principal referencial teórico-metodológico que norteia a pesquisa.

3 POR UMA HISTÓRIA DO PRESENTE

Meu papel – mas até este é um termo demasiado pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que imaginam, que elas têm por verdadeiros, por evidentes, certos termos que foram fabricados num momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Mudar alguma coisa no espírito das pessoas, é este o papel do intelectual.

Foucault (2004, p. 295).

3.1 POR UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA

O interesse pela “vontade de verdade” que todo discurso faz circular com relação a determinado tema impulsionou a escrita desta subseção que tem o intuito de apresentar o trajeto metodológico a ser percorrido nesta investigação o que, por conseguinte, implica dizer o porquê da escolha do material que compõe o arquivo e como se chegou a tal material. É objetivo, também, desta subseção, explicitar o motivo pelo qual o material sob análise é caracterizado como *enunciado* e, como tal, qualificado como *acontecimento*. Nessa perspectiva, faz-se necessário uma análise discursiva sobre os corpos do homem e da mulher, aqui compreendidos como o lugar discursivo em que se alojam os sentidos construídos pelos dispositivos midiáticos. Tal proposta exige que se descreva e que se interpretem os fatos de discursos na trama da língua com a história, como já dito, pois o discurso não move a história, mas é movido por ela e por seus dispositivos. Outrossim, problematiza-se a atualidade como acontecimento.

Quanto à história, intimamente relacionada aos conceitos anteriores, a seção pretende mostrar porque ela é compreendida como descontínua, uma vez que há uma tradição da história que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal. Ademais, não há produção de verdade sem a constituição de subjetividades. No entanto, pensar a subjetividade do homem e da mulher atuais, tal como vem sendo construída pelos dispositivos midiáticos, induz a trilhar pelo menos três séries temáticas como forma de organizar o arquivo. 1ª) dispositivo da sexualidade na mídia; 2ª) a guerra dos sexos e 3ª) a virilização e a docilização do homem e da mulher contemporâneos. O reagrupamento das três séries de enunciados, quando da descrição do modo como o

dispositivo da sexualidade produz saberes sobre a subjetividade masculina e feminina na mídia, dará subsídios para a apreensão das condições de possibilidade do saber midiático com relação ao sexo e à sexualidade desses sujeitos.

Para que se estabelecessem essas séries, todavia, partiu-se de alguns questionamentos suscitados a partir da leitura das materialidades midiáticas apresentadas na seção 1, aqui entendidas como o objeto empírico a ser analisado. As materialidades serão, na seção cinco, destinada à análise do arquivo, retomadas e explicitadas, importando para este momento, porém, elencar o questionamento. A primeira questão diz respeito aos acontecimentos, na história, que se repetem e atravessam a atualidade, engendrando uma série de discursos e, por conseguinte, de práticas e de comportamentos, ao mesmo tempo em que se buscam, nessa atualidade, os traços de uma “ruptura acontecimental” quanto à subjetividade do homem e da mulher. Já a segunda intenta compreender como a mulher, historicamente retirada da vida pública e da competição com o homem, vence a guerra travada não com o seu superior ou dominador, mas com aquele que lhe é fundamentalmente diferente e incompatível, segundo ideais iluministas do século XVIII e, a terceira questão, pauta-se na busca pela compreensão do modo como se dá a construção da hierarquia entre o homem e a mulher, determinando para ambos a fatalidade da “impossível” igualdade social e cultural entre os sexos.

Retomar-se-ão essas perguntas na seção seguinte, momento em que se pretende, pautado em estudiosos da sociologia, da filosofia, da antropologia e da história, respondê-las a partir de uma descrição historiográfica do como, ao longo da história, se produziu saberes sobre a relação entre os sexos. Para responder a tais questionamentos é imprescindível a compreensão de que não há outro caminho de acesso ao funcionamento discursivo do dispositivo da sexualidade do homem e da mulher senão a partir da historicização dos enunciados ditos ou escritos sobre o tema. Isso sinaliza a possibilidade de apreensão da transformação histórica de indivíduos em sujeitos.

Entendidos esses passos metodológicos de construção e de organização do objeto de constituição do arquivo, vale esboçar, também, uma divisão concernente aos suportes midiáticos aos quais as referidas materialidades fazem parte. Como critério de escolha dos suportes midiáticos, levou-se em conta, primeiramente, a metodologia de análise adotada na pesquisa, a saber, análise arqueogenalógica e, depois, por se estar tratando dos discursos midiáticos que subjetivam e objetivam o homem e a mulher contemporâneos, partiu-se de um levantamento de jornais *online*, pela facilidade de acesso que essa

modalidade oferece e porque a internet tem sido apontada como um suporte profícuo para analistas de discursos que buscam entender a mídia como agenciadora de saberes sobre os sujeitos na atualidade, como se mostrou na seção anterior quando da apresentação de alguns grupos de pesquisas em AD no Brasil. Revistas semanais e mensais impressas, como *Época* e *Veja*, e a revista de entretenimento, *Caras*, também foram escolhidas pelo fato de estas terem uma circulação relevante no país. Diferentemente do jornal, elas podem ser facilmente encontradas na modalidade impressa em salas de espera de consultórios médicos, dentários ou de empresas de modo geral, em salões de beleza etc., o que permite sua leitura mesmo por aqueles ou aquelas que ainda não dispõem de acesso a meios eletrônicos.

Voltando à metodologia de análise, ela justifica o fato de se ter como materialidade de análise livros do gênero romance, como é o caso da trilogia *50 tons de cinza*, um documento oficial como o PME e um episódio do programa de entretenimento *Amor e sexo*, que se constitui o material audiovisual. É importante salientar que o que importa, para a análise, são os enunciados ditos ou escritos extraídos das referidas materialidades.

Um levantamento a partir dessas materialidades realizado entre os anos de 2012 e 2015 permitiu constatar que o referencial “guerra dos sexos” aparece normalmente em forma de reportagem e, quase sempre, trata-se de apontar dados históricos e/ou estatísticos a respeito das diferenças sexuais. Esse referencial, quando estendido a discursos sobre sexo, sexualidade ou gênero, se materializa nos mais variados suportes.

Desses suportes, destacam-se os jornais na modalidade *online* como a *Folha de S. Paulo*, *BBC Brasil*, *G1*. Os gêneros textuais materializados nesses suportes são, em sua maioria, entrevistas com psicólogos, médicos, educadores ou celebridades. Quando o assunto em pauta não é tema de entrevista ele está quase sempre envolvido em alguma polêmica. Nesse caso, *blogs* são utilizados pelos interlocutores por permitirem atualização rápida dos artigos, das discussões ou dos *posts*. Os interlocutores normalmente são feministas ou grupos de feministas reagindo a algum acontecimento discursivo do momento no qual a referência à sexualidade de homens ou de mulheres é recorrente. Para esses episódios, a resposta argumentativa é o gênero textual mais utilizado pelos internautas.

A rede social *Facebook*, embora em concorrência com o aplicativo *WhatsApp*, ainda é um suporte de peso para manifestações sociais quando a temática é a sexualidade. Exemplo disso são as páginas de *Facebook* intituladas *Memória feminista* e *Empodere*

*duas mulheres*³⁰. Nessas páginas é bastante recorrente o uso de frases de efeito que enaltecem a mulher e inferiorizam o homem, além do fato da rápida atualização concernente às notícias referentes à mulher e ao homem.

Quanto ao suporte televisivo, o programa de entretenimento *Amor e sexo*³¹, da Rede Globo de televisão, ganha destaque por se considerar, neste trabalho, que o programa exibido pela TV aberta torna-se uma vitrine de visibilidade para a sociedade brasileira. Com temas “quentes” ou ainda considerados tabu nesta sociedade, e de forma bem humorada, o sexo e a sexualidade são discursivizados por pessoas especializadas ou não. Sujeitos são chamados a falarem de sua sexualidade e a confessarem seus desejos mais secretos.

Uma vez definidos os objetivos desta seção, explicita-se o trajeto: a discussão percorrerá um caminho teórico que passa, principalmente, pelo legado de Michel Foucault (1982, 1988, 2009), cuja teoria, esclarece Deleuze (1988), opõe-se a duas principais técnicas empregadas pelos “arquivistas”: a formalização e a interpretação. Isso significa dizer que os enunciados analisados no capítulo destinado à descrição e à interpretação do arquivo serão considerados fatos de discurso e, por essa razão, serão historicizados, conforme se explicitará mais adiante o percurso foucaultiano em suas pesquisas.

Para tanto, expõe-se, em um primeiro momento, os principais conceitos elaborados pelo filósofo quando da escrita de *Arqueologia do saber* (2009). O conceito de enunciado, definido por ele também como um “átomo do discurso”, ocupará lugar de destaque em toda a análise empreendida na seção 5, seguido das definições de *a priori histórico* e de arquivo (FOUCAULT, 2009). O conceito de poder imbrica-se aos anteriores para formarem, juntos, uma conjunto de estratégias para análises que se pretendem articuladas com o discurso, com a história e com a linguagem. Valendo-se desse conjunto, têm-se condições de explicitar as características da descrição arqueogenealógica e sua contribuição para uma análise histórico-discursiva.

³⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Mem%C3%B3ria-Feminista-673184746158497/>> e <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>>. Acesso em: 30 out. 2015. Chegou-se às referidas páginas em razão da polêmica acerca da questão do exame ENEM cuja temática sobre a sexualidade buscou respaldo em Simone de Beauvoir, feminista conhecida pela célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Sobre os pormenores do exame e da inserção dessa questão no exame, ver seção 4.

³¹ O programa é exibido pela Rede Globo de televisão desde agosto de 2009, com temporadas que duram de 3 a 4 meses a cada ano. O programa ainda tem previstas temporadas para 2016 e 2017. O tema tratado no programa é o sexo e para falar do assunto, a atriz Fernanda Lima, apresentadora do programa, recebe convidados especializados ou não.

O diálogo entre esses conceitos permite uma leitura da atualidade que, por sua vez, culmina naquilo que se pode denominar “o verdadeiro de uma época”, isto é, permite que se problematize essa atualidade interrogando-a sobre as condições sob as quais emergiram os enunciados sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher, classificando-os e naturalizando sua subjetividade, pois tais enunciados não se formaram a partir do fundo confuso das ideias; essa emergência, todavia, foi possibilitada por outros enunciados que tratam do mesmo objeto, ainda que dispersos. É nessa dispersão, no tempo e no espaço, que se buscam a “ruptura acontecimental”; os estilhaços da(s) história(s), enfim, para fazer aparecer certa regularidade, constituindo-se em acontecimento discursivo, atentando-se para os possíveis efeitos de sentido produzidos pela configuração dos dizeres sobre o homem e a mulher contemporâneos.

3.2 PELA BUSCA DE UMA HISTÓRIA DO PRESENTE

Embora estudos e discussões sobre o poder sejam quase sempre relacionados ao nome de Foucault, é importante ressaltar que a questão do sujeito é que constitui o tema geral e ocupa lugar de destaque nas pesquisas desse pensador, conquanto tenha se envolvido sobremaneira com a questão do poder, posto que fosse necessário estender as dimensões de uma definição de poder para se estudar a objetivação do sujeito; dimensões, estas, que se distanciam dos modos de pensar o poder com base nos modelos legais ou de acordo com um modelo institucional.

Ademais, é comum a discussão sobre a presença de Foucault quanto à abordagem de seus conceitos, por analistas de discursos, nas mais variadas linhas de pesquisas, sejam elas na Psicologia, na Sociologia, na Educação, na História, e mais recentemente nos estudos voltados para a Mídia. Giacoia Júnior (2015), professor do departamento de Filosofia da Unicamp, em artigo publicado pela revista *Cult* (2015), chama a atenção para o fato de se correr um risco de empobrecimento e de banalização da presença e da significação de Foucault relacionadas à figura unilateral do “crítico do humanismo”. É preferível lembrá-lo pela ligação inseparável entre filosofia e vida, explica o professor.

Não é simples apropriar-se dos conceitos de Foucault com intuito de traçar um percurso teórico-metodológico, quando ele próprio afirmou que suas ideias, reflexões ou

estudos do discurso não representam nem uma teoria e nem um método. Rabinow e Dreyfus (1995) também afirmam que ele nunca produziu uma teoria universal do discurso, apesar de tentado pelo estruturalismo e sensível aos atrativos da hermenêutica, sobretudo em meados dos anos 1960.

Não obstante, a partir dos anos 1970, Foucault passa a combinar um tipo de análise arqueológica, cuja característica é a de preservar o efeito de distanciamento do estruturalismo, a uma dimensão interpretativa no interior da qual o investigador situa-se e compreende o significado de suas práticas culturais. Com esse novo método, chamado por Rabinow e Dreyfus (1995, p. X) de analítica interpretativa, Foucault teve a possibilidade de mostrar como os seres humanos tornam-se objetos e sujeitos analisados pelo estruturalismo e pela hermenêutica.

Sem o propósito de analisar o fenômeno do poder e de elaborar fundamentos para tal análise, Foucault (1995, p. 231) explicita seu desejo:

Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos. (FOUCAULT apud RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 231).

Os três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos de que fala Foucault dizem respeito, a princípio, ao modo de investigação que se pretende científica, objetivando o sujeito do discurso na gramática, na filologia e na linguística; objetivando-o quando de seu trabalho e de sua produção na análise das riquezas e na economia; ou, ainda, a objetivação do sujeito da história natural e da biologia. Em segundo lugar, o sujeito, objeto das chamadas “práticas divisoras” que consistem em dividi-lo não apenas em seu interior, mas também em relação aos outros, como, por exemplo, louco/são, doente/sadio etc., e, por fim, o modo pelo qual os homens se reconhecem como sujeitos de sexualidade.

Na relação triádica, do saber, do poder e da ética, o sujeito estabelece relações sobre as coisas, sobre a ação dos outros e também sobre si. Daí o sujeito significar, para Foucault, uma noção histórica, como observou Gregolin (2008). A autora explica que nesse panorama o sujeito foi sendo construído por acontecimentos discursivos que, por sua vez, são conflituosos. Entende-se, assim, que por se tratar de um produto histórico de práticas discursivas, ao sujeito são disponibilizadas posições possíveis de subjetividade, ou

seja, são disponibilizadas maneiras pelas quais o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade. Se o sujeito é um produto histórico, as transformações históricas é que são responsáveis pela constituição dos indivíduos em sujeitos, como se viu na seção 2. Consoante ao exposto, Gregolin (2008) explicita que pelo fato de os sujeitos terem sido, primeiramente, objetivados por ciências e, em um segundo momento, normalizados pela disciplina e, finalmente, dotados de uma subjetividade pela invenção de uma ciência sobre o sexo, se tem um sujeito que é delineado pela história e a história, como se explicitará mais à frente, é feita de descontinuidades, daí a constituição do indivíduo em sujeito pelas transformações, como já exposto na seção anterior.

Revel (2005) entende que Foucault fez crítica às análises do sujeito apresentado como dotado de consciência e desprovido das determinações históricas que lhe constituem, isto é, um sujeito a-histórico, daí a preocupação de Foucault, segundo Revel (2005), de se conceber o sujeito constituído na e pela história. Assim, a autora conclui que, para Foucault, o sujeito nunca se constitui sobre uma identidade psicológica, mas sempre por práticas de saber, de poder ou, ainda, por técnicas de si. Gregolin (2008) também reforça essa ideia ao explicar que, para o filósofo, o ser humano tem acesso a si através de saberes ou “jogos de verdade”. Nesse âmbito, o homem produziria por meio de técnicas de produção, haveria também as técnicas simbólicas pelas quais o sujeito se comunica e, a partir de relações de poder, governaria aos outros e a si mesmo; neste último caso, utilizaria, para tal tarefa, as tecnologias do eu.

Portanto, sua incondicional dedicação ao fazer uma “história do presente” lega uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na cultura ocidental e mostra como, a partir dos três modos de objetivação, os seres humanos transformaram-se em sujeitos. Quando, na atualidade, se vê um enunciado como “A mulher venceu a guerra dos sexos” (ÉPOCA, 2012), por exemplo, não se tem à disposição outro caminho de acesso a esse dizer senão a partir de sua historicização. Isso sinaliza a possibilidade de entendimento da transformação histórica de indivíduos em sujeitos.

A subjetividade do homem ou da mulher representada pelas mídias, impressas ou televisivas, comporta em seu bojo o atravessamento da historicidade em torno do que significa seu sexo e sua sexualidade. A representação é algo da ordem de uma interpretação na qual os saberes, historicamente constituídos, têm um papel importante. Sobre a relação triádica exposta há pouco, importa entender o modo como o saber, o poder e a ética relacionam-se com os sujeitos. Sobre a relação do sujeito com o saber, vale pensar

em como os saberes sobre o sexo e a sexualidade atravessam a produção discursiva midiática; sobre sua relação com o poder, buscar identificar que efeitos de poder circulam sobre aquilo que se comenta sobre o sexo ou a sexualidade e como esses efeitos incidem sobre esses sujeitos e seu modo de gerir a vida como mulher ou como homem; na relação de si para consigo, buscar entender como se dá o processo de subjetivação na relação do discurso com a história e com a linguagem.

Trilhar o caminho de acesso ao pensamento de Foucault não significa apresentar conceitos e análises definitivos quando ele próprio não teve tal pretensão. Entretanto, ele recusou definições que unificam os discursos, como a noção de autor, a de autoria, a de obra e a de comentário, apenas para citar algumas. Percorrer o caminho ora empreendido é, antes de tudo, adotar uma perspectiva analítica movida não só pela inquietante suspeita de que a suposta evidência dos grandes temas constituintes do homem da atualidade possa ser problematizada, mas também pelo intento de mostrar que um acontecimento singular, em dada sociedade e época, é atravessado pela descontinuidade histórica e jamais fruto de uma continuidade ideal.

Sob esse mirante, pretende-se descrever práticas sociais em sua descontinuidade histórica. Essas práticas, conforme se almeja mostrar, estão imersas nas relações de poder e são produzidas discursivamente, embora também sejam produtoras de discursos. Voltando ao poder, mencionado no início desta seção, adianta-se que aqui ele assume “[...] o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 103). Fazendo remissão às considerações iniciais deste trabalho, a ideia que move a pesquisa é a de que os enunciados que ensejam construir subjetividades, tanto para o homem quanto para a mulher contemporâneos, erigem uma verdade que se define por “identidades” que ora perpetuam o corpo da mulher como superfície para o exercício do poder e do homem como o “sexo” da humanidade, como no romance *50 tons de cinza* (2012), ora permitem perceber uma mulher protagonista de uma história da liberação sexual com todas as conquistas que essa liberação traz em seu bojo, tendo como pano de fundo um homem que precisa reinventar sua identidade, como se vê no enunciado: “Elas chegaram ao comando da família, das empresas, do país. Aos homens, cabe inventar para si mesmos uma nova identidade, que permita acompanhá-las”, ou, neste outro: “Eles acompanharam as mudanças femininas e estão mais presentes na vida familiar”, ambos veiculados por *Época* em março de 2013. O recorte que compõe o arquivo, embora ínfimo frente aos muitos outros produzidos alhures, atesta essa forma de fazer história.

Uma leitura menos distraída do enunciado “A mulher venceu a guerra dos sexos” (ÉPOCA, 2012) permite operar com a questão da emergência dos discursos, isto é, indagar-se sobre o porquê do surgimento de determinados enunciados e não de outros em dada sociedade e época. Foucault (1982) compreende que cada sociedade tem seu regime de verdade e que tal regime consiste em acolher determinados discursos e fazê-los funcionar como verdadeiros. A sociedade, assim, movida por uma vontade de verdade, produz discursos que decorrem tanto do feixe de relações que permite dizer as coisas de uma forma e não de outra quanto dos efeitos de poder que permeiam os discursos. Saber e poder são, portanto, as duas instâncias que dão suporte para a constituição e para a formulação dos enunciados pelos quais os enunciadores dos dispositivos midiáticos em questão se manifestaram para a construção de efeitos de verdade sobre as subjetividades.

Foucault (1982) já explicava, ao discorrer sobre o problema político essencial do intelectual, que não se trata de mudar a consciência das pessoas, mas sim o regime político, econômico e institucional de produção da verdade. Quando se fala em construção de efeitos de verdade, é importante entender que a verdade, para esse autor, é deste mundo e nele é produzida, devendo, portanto, ser compreendida como um regime, isto é, como o “[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1982, p. 14). Nesta investigação acerca da “guerra dos sexos” e os efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher em discursos midiáticos, não se busca ou se trava um combate em favor da verdade. Ao contrário, problematiza-se a atualidade, nos moldes foucaultianos, em busca da configuração da verdade e do papel político-econômico que ela desempenha. Daí a importância de se explicitar o modo de se fazer uma análise arqueológica do arquivo, conforme será exposto na próxima subseção.

3.3 POR UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO ARQUIVO

Negar teorias totalizantes para explicação da realidade social, bem como negar uma visão de “progresso” científico ou de “progresso” da razão ou, ainda, negar a superioridade do presente em detrimento do passado como fez Foucault em *História da loucura* (2003), *O nascimento da clínica* (1980) e em *As palavras e as coisas* (1999) é a pretensão deste

trabalho. Como a proposta é fazer uma análise discursiva sobre os corpos do homem e da mulher atuais imersos na “guerra dos sexos” que tem lugar na mídia, corpos aqui entendidos como o lugar discursivo em que se alojam os sentidos na e pela construção das subjetividades, explanam-se, nesta subseção, os principais conceitos a serem articulados no momento da análise do arquivo.

Os conceitos de enunciado, a *priori* histórico, arquivo, e poder serão apresentados e discutidos a fim de que, na seção destinada à análise, possa se elaborar um quadro síntese desses conceitos com intuito de reunir os aspectos principais de cada um. Isso, além de promover uma visualização geral dos instrumentos aos quais se fará remissão em todo o percurso aqui trilhado, permite configurar o domínio de objeto de análise. Não se pode perder de vista, porém, que os objetivos desta subseção são, para além da explicitação do percurso teórico-metodológico, fazer compreender o porquê do material de análise ser caracterizado como enunciado e, como tal, qualificado de acontecimento. Outro fator importante a se esclarecer refere-se a vários outros conceitos elaborados por Foucault que serão manipulados, mas não expostos nesta subseção. O intuito, em um primeiro momento, é de apontar as características da descrição arqueogenealógica. No momento oportuno, conceitos como o de dispositivo e de governamentalidade serão tratados em suas especificidades.

Vale lembrar que Michel Foucault surgiu no cenário intelectual com a obra *História da Loucura* no início dos anos 1960, na qual se pôde vislumbrar a experiência ocidental da loucura. Os olhares da crítica se voltaram para o referido texto cujo teor vertera para a loucura como doença mental, permitindo-lhe ser historicizada, datada e localizada a partir do século XIX. O fato de ser datada e localizada não significa que essa história tenha se pretendido retrospectiva, como a história que articula passado e presente por meio de argumentos que invocam precursores e continuidades, noções amplamente refutadas por Foucault, explica Queiroz (1999); mas o contrário, ela pretendeu denunciar justamente esse equívoco dos discursos sobre a loucura.

Curioso para entender como os saberes se formam, posto que sua hipótese era de que toda ciência se forma em um campo de saber, Foucault (2003, 1980, 1999) interessou-se, na fase chamada arqueológica, pela constituição das ciências e não pela sua estrutura interna ou suas condições epistemológicas. É importante esclarecer, no entanto, dois pontos a esse respeito: o primeiro ponto refere-se a alguns equívocos em torno da noção de constituição das ciências que não se tratou para ele de uma história contínua e tradicional

em que se pudesse vislumbrar a evolução da ciência como requer a “história das ideias”; já o segundo diz respeito ao vocábulo escolhido pelo filósofo para nomear sua história do saber, isto é, o termo arqueologia.

Retomando o primeiro ponto, vale lembrar uma passagem em que Foucault insiste em mostrar que a análise arqueológica diferenciava-se, em muito, daquela pautada na “história das ideias”:

[...] eu não teria o direito de estar tranqüilo enquanto não me separasse da ‘história das idéias’, enquanto não mostrasse em que a análise arqueológica se diferencia de suas descrições. Não é fácil caracterizar uma disciplina como a história das idéias: objeto incerto, fronteiras mal desenhadas, métodos tomados de empréstimo aqui e ali, procedimento sem retitude e sem fixidez. [...] ela conta a história dos elementos secundários e das margens. Não a história das ciências, mas a dos conhecimentos imperfeitos, mal fundamentados, que jamais puderam atingir, ao longo de uma vida obstinada, a forma da cientificidade (história da alquimia e não da química, dos espíritos animais ou da frenologia e não da fisiologia, história dos temas atomísticos e não da física). História das filosofias obscuras que perseguem as literaturas, a arte, as ciências, o direito, a moral e até a vida cotidiana dos homens; [...] a história das idéias se dirige a todo esse insidioso pensamento, a todo esse jogo de representações que correm anonimamente entre os homens; [...] Trata-se da disciplina das linguagens flutuantes, das obras informes, dos temas não ligados. Análise das opiniões mais que do saber, dos erros mais que da verdade; não das formas do pensamento, mas dos tipos de mentalidade. [...] A história das idéias é, então, a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história (FOUCAULT, 2009, p. 154-156).

O que é a arqueologia, então? Em entrevista concedida a J. J. Brochier³², em abril de 1969, Michel Foucault é indagado sobre o título atribuído a uma de suas principais obras, *A arqueologia do saber*: “Por que arqueologia?”, pergunta Brochier. Este obteve a seguinte resposta:

Por duas razões. Inicialmente, empreguei essa palavra de maneira um pouco cega, para designar uma forma de análise que não seria efetivamente uma história (no sentido em que se relata, por exemplo, a história das invenções ou das idéias), e que tampouco seria uma epistemologia, ou seja, a análise interna da estrutura de uma ciência. Trata-se de uma coisa diferente, e então eu a chamei de ‘arqueologia’; [...] depois retrospectivamente [...] essa palavra arqueologia pode querer

³² Jornalista francês, à época redator do *Magazine Littéraire*.

dizer: descrição do *arquivo*. Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados. (FOUCAULT, 2005, p. 145, grifo do autor).

Ainda nessa entrevista, Foucault explicou que o termo arqueologia, embora remeta à escavação e por essa razão recubra temas como o de origem, não deve ser assim entendido, pelo menos em seus escritos. Longe de pretender estudar o começo, no sentido de origem primeira, do fundamento, o “arqueólogo” procurou, antes, estudar os começos relativos, as instaurações ou as transformações. Quanto à escavação, termo que o incomodou igualmente, ele jamais procurou as relações que seriam secretas, que estariam escondidas frente à consciência do homem. Tentou, ao contrário, definir relações que estão na própria superfície dos discursos (FOUCAULT, 2005, p. 145-146).

Compreende-se de tudo isso que uma análise arqueológica aponta para a própria experiência da ordem do saber. Essa análise requer um estudo que se esforce para entender a partir de que conhecimentos e teorias a ciência e a filosofia se tornaram possíveis ou segundo que espaço de ordem se constitui o saber. Pautar-se em uma análise arqueológica, portanto, exige que se refute, de imediato, a noção básica de continuidade histórica, aquela que seria totalizante e global. Trata-se de uma arqueologia que se define, enfim, como explica Queiroz (1999), por sistemas de simultaneidade e por série de mutações que são necessárias e suficientes para circunscrever o limiar de uma positividade nova. Ser positivista, para Foucault, significa substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos. Segundo ele, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico. Sobre esta última noção, retomar-se-á mais adiante.

De que modo, então, abarcar as descontinuidades históricas quando da constituição ética e moral da subjetividade do homem e da mulher atuais? Na tentativa de responder à questão, pretende-se identificar, na própria história, que acontecimentos repetem-se e atravessam a atualidade, engendrando uma série de discursos e, por conseguinte, de práticas e de comportamentos, ao mesmo tempo em que se buscam, nessa atualidade, os traços de uma ruptura acontecimental. Se, na perspectiva cartesiana, durante todo o século XVII, tanto o sexo feminino quanto o masculino figuravam como sujeitos da Razão e a única diferença sexual residia nos órgãos reprodutores - embora essa diferença não determinasse distinções mentais e morais com relação à mulher - e se, nessa mesma perspectiva, a necessidade do orgasmo feminino para a reprodução era inquestionável, vê-

se, ao contrário, no século XVIII, a necessidade política de construir novas realidades sociais para homens e mulheres. Estabelece-se aí, impulsionada por valores iluministas, a hierarquia entre os sexos, problematizando a “impossível” igualdade social e cultural entre os sexos, justificada por uma biologia da incomensurabilidade, isto é, a mulher não vista como inferior ao homem, mas como fundamentalmente diferente e, portanto, incompatível a ele. Com ecos no século XIX, essa história da diferença entre os sexos eterniza a imagem da mulher como frágil, sensível e dócil, fadada à esfera privada, redentora da família e da sociedade, enquanto o homem à esfera pública, onde tudo se origina da abstração e do conceito. Remove-se a mulher da vida pública e da competição com o homem. No fio da história é possível constatar rupturas, fragmentações, regularidades e dispersões quanto à subjetividade do homem e da mulher. É preciso, então, ir em busca dos começos relativos, das instaurações e das transformações, isto é, das discontinuidades no interior das quais constituem-se os sujeitos.

O que se vê nesses enunciados são discursos historicamente detectáveis e que constroem verdades. Eles podem ser localizados e datados. É preciso compreender os “jogos de verdade” que possibilitam o estabelecimento e a naturalização de certos sentidos na cultura a propósito do dispositivo da sexualidade. É nítida a percepção de que a subjetividade da mulher e a do homem não são discursivizadas sempre do mesmo modo nas diversas cronologias. Elas são retomadas ou transformadas no curso da história. Com o objetivo de analisar as experiências práticas dos séculos XVII e XVIII que levaram à exclusão dos chamados “desprovidos de razão” do convívio social, Foucault desvelou o modo pelo qual a loucura fora transformada em doença mental. Navarro (2006) informa que Foucault tratou “[...] ‘do grau zero da loucura’, ou seja, não daquilo que foi pensado sobre a loucura, mas das condições de possibilidades de emergência de um discurso sobre a loucura” (NAVARRO, 2006, p. 74-75). Consoante a essa reflexão, trata-se não do que se pensou ou do que se pensa sobre a “guerra dos sexos”, mas das condições de possibilidades de emergência de um discurso sobre a “guerra” entre o homem e a mulher e, por conseguinte, da configuração da subjetividade desses sujeitos objetivados e subjetivados por práticas que ora os virilizam ora os docilizam. A profundidade que define a posição arqueológica é, supõe-se, a percepção institucional caracterizada pelo grande “confinamento” das subjetividades no interior daquilo que se pode chamar de verdadeiro da época.

É possível distinguir, entretanto, a partir do século XVIII, quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos específicos de saber e de poder sobre o sexo. Primeiro a histerização do corpo da mulher, depois a pedagogização do sexo da criança, seguido da socialização das condutas de procriação para, enfim, colocar em prática análises clínicas das anomalias com intuito de normalizá-las e de patologizá-las quando da psiquiatrização do prazer perverso. Tem-se, aí, nesse modo de fazer arqueologia, primeiro o privilégio da linguagem em detrimento do olhar, no século XVII, depois a simultaneidade entre os aspectos quando da histerização do corpo da mulher e da psiquiatrização do prazer: olhava-se e dizia-se. E hoje, o que se tem a respeito do sexo e da sexualidade do homem e da mulher contemporâneos, senão uma incitação aos saberes sobre suas subjetividades. São revistas especializadas do campo da medicina, da psicologia, da psiquiatria ou da educação; são romances eróticos, programas de entretenimento, enfim, cada qual “legitimado” dentro de seu campo para construir e governar as “identidades” do sexo e da sexualidade de homens e mulheres.

Mas como, pergunta-se, reconstituir a história dos saberes sobre o sexo e a sexualidade? Em *As palavras e as coisas* (1999), por exemplo, a escolha metodológica de Michel Foucault recaiu sobre a tentativa de descobrir as regras estruturais que dirigem o discurso com o objetivo de “purificar” e reter os aspectos formais de suas pesquisas anteriores. Michel Foucault concentrou-se, como informam Rabinow e Dreyfus (1995), quase que exclusivamente no discurso e em tudo que a ele está implicado, como sua autonomia e suas transformações descontínuas. Para ele era preciso separar o discurso de sua fundamentação social para se descobrir as regras de sua autorregulamentação. Para tal tarefa, Foucault restringe seu método à análise do discurso abrangendo, dessa forma, seu domínio de investigação, a fim de entender a forma pela qual os homens se compreendem a si mesmos. Na civilização ocidental, os aspectos que eram mais acessíveis aos seres humanos como o social, o indivíduo e o corpo foram transformados, segundo Foucault (1995; 2005), no estudo de várias disciplinas que se relacionam, por sua vez, com o trabalho, a vida e a linguagem. Essas reflexões lançam luz ao modo pelo qual se pode reconstituir a história de homens e de mulheres comuns da atualidade.

O projeto arqueológico de Michel Foucault, na busca de uma história dos saberes, consistiu-se, principalmente, de seu interesse pela constituição das ciências e não pela sua estrutura interna ou suas condições epistemológicas, como também não se refere à história das ideias. Foi, antes de tudo, conforme explicita Machado (2006), a investigação que

procurou, principalmente, entender o que tornou possíveis tais conhecimentos e tais teorias; daí não se tratar de uma história com o sentido tradicional que esse termo possa implicar, mas de uma arqueologia do saber. Passa-se, assim, à *A arqueologia do saber* com intuito de munir-se dos instrumentos que, juntos, constituem estratégias de análise.

A escrita das três obras que tratou da percepção da loucura por meio da história da captura dela pela razão, do olhar médico e da constituição das ciências humanas, respectivamente, exigiria ou inspiraria a escrita da última obra que marcaria igualmente essa fase dita arqueológica. Aí o filósofo articulou a questão da história com a do “método” de análise arqueológico. No tocante à metodologia de análise empreendida nesta investigação, apresentada na introdução, é sobre a obra *A Arqueologia do saber* (2009) que se dispensa grande parte das atenções, visto que nela se aprecia um dos principais conceitos elaborados pelo filósofo, a saber, a noção de enunciado, seu tema central ao discorrer sobre análise de discursos. Tal noção permite chegar àquela de formação discursiva e à de arquivo. Foucault elaboraria, como explica Deleuze (1988), a teoria geral dos dois elementos de estratificação: o enunciável e o visível, as formações discursivas e as formações não-discursivas, as formas de expressão e as formas de conteúdo.

Se para analisar o aparecimento das ciências humanas em determinado momento, conforme explica Machado (2006), foi necessário descrever outras épocas assim como descrever outros saberes da modernidade sem os quais não poderia haver ciências humanas, constata-se que houve, como também assinalam Rabinow e Dreyfus (1995), um novo método foucaultiano na análise do processo das ciências do homem. É justamente em *A arqueologia do saber* (2009) que Foucault encontra terreno para o detalhamento do “novo método”, propondo uma perspectiva para se analisar discursos. A tal perspectiva chamou arqueologia, que consiste em identificar os enunciados discursivos, escritos ou efetivamente ditos que formam, mesmo que dispersos no tempo e no espaço, uma rede de relações que Foucault nomeou formações discursivas. Tais formações discursivas constroem, por si só, um sistema chamado pelo filósofo de arquivo.

Vale ressaltar que os conceitos tratados nessa obra, articulados com os demais conceitos elaborados por Foucault em trabalhos posteriores a ela, perpassam todo o trabalho aqui empreendido. Todavia é principalmente em *A arqueologia do saber* que se encontram os instrumentos considerados metodológicos, isto é, o “método arqueológico”, com os quais se dialogará no momento da análise do arquivo, uma vez que o arquivo se constitui de enunciados escritos. Logo, pretende-se apresentar, na seção destinada às

análises, o gesto de descrição e de interpretação de fatos de discursos ancorado no procedimento chamado serialista, que consiste em agrupar os enunciados que, por meio de uma rede de relações, formam uma série enunciativa ou o arquivo. Esse procedimento recobre importante efeito metodológico, uma vez que permite agrupar enunciados segundo critérios especificados pelo exercício da função enunciativa. O procedimento serialista, explicita Navarro-Barbosa (2004), refere-se ao modo escolhido por Foucault para estudar, na *História da loucura* (2003), as condições de validade e de possibilidade do saber psiquiátrico em relação à loucura. Essa forma de proceder à análise permite fazer de documentos históricos um monumento, por meio do qual se constituem séries, definir seus elementos e limites para se descobrir o tipo de relação que lhes são específicas e a lei que as rege. Isso faz aparecer não só as rupturas, as discontinuidades, mas também as regularidades nas práticas discursivas com relação ao objeto tratado, daí a denominação monumento em oposição a documento.

É importante lembrar, entretanto, que Foucault não teve como objetivo construir uma teoria do discurso, ao contrário, limitou-se a descrever formas históricas assumidas pelas práticas discursivas. Outrossim, para explorar esse novo domínio de análise, Foucault elaborou o instrumento necessário à sua exploração na relação circular formação-discursiva-enunciado-formação-discursiva, pois seria preciso um método para analisar os enunciados. Tal método empenha-se em encontrar a emergência de discursos para, a partir deles, entender “[...] como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2009, p. 30).

Tomar enunciados como arquivo a ser descrito e interpretado se dá pelo fato destes tornarem-se relevantes para a análise uma vez que, na perspectiva adotada, o enunciado tem o estatuto de acontecimento, pois que os enunciados se inserem em um feixe de relações sendo as formações discursivas, daí resultantes, capturadas em sua dispersão. Assim, ainda que paradoxalmente, os enunciados formam uma regularidade, possibilitando a emergência de um arquivo sobre o qual o analista se debruça para identificar e descrever a existência acumulada dos discursos. Assim, propõe que se entenda, desde logo, que definir enunciado é colocá-lo, antes de tudo, em uma rede de relações. Tendo em vista a tríade língua, história e discurso, a relação do sujeito com o mundo quando da materialização dessa tríade, entretanto, não é direta, posto que entre as coisas (os objetos) do mundo e os sujeitos existem os discursos, para se especificar o campo a partir do qual se

fala neste trabalho, isto é, o campo da AD. O discurso, por seu turno, media a relação entre o homem e a realidade.

Como bem observou Vieira (2009), partindo da noção de *différance*³³ cunhada por Derrida, há uma diferença que não é traduzível no processo de significação dos signos assim como não é possível sua organização nas polaridades identitárias como *eu/outro*, *nós/eles*, *sujeito/objeto*, etc. Essas classificações binárias, segundo Vieira (2009), criam a ilusão de representações que seriam, conforme o modo ocidental de se captar o mundo, completas. Assim não deixariam resíduos. No entanto, é na própria linguagem que se encontra a incompletude das representações, pois significantes e significados nunca se correspondem inteiramente.

Para a análise que ora se propõe interessa conhecer a relação entre os discursos midiáticos e as condições históricas, econômicas e políticas que possibilitou a emergência do discurso que constrói e enaltece, como se fosse algo homogêneo, a supremacia feminina na atualidade ao mesmo tempo em que configuram novos modos de subjetivação para o homem contemporâneo. Procura-se, frente ao exposto, realizar uma descrição de acontecimentos singulares que se opõem a descrições meramente linguísticas, que, por sua vez, requerem, a partir de um conjunto finito de regras, um número infinito de desempenhos. O conceito fundamental para o método arqueológico é o enunciado. Todavia, se se colocar o enunciado em uma rede de relações para tão logo obter sua definição fosse tarefa fácil, Foucault não teria reservado toda a terceira parte de sua obra para explicitar de que modo isso se dá. Resta, então, percorrer tal caminho para deixar falar aquele que elaborou o conceito.

Foucault, ao refletir sobre seus trabalhos anteriores, levantou as seguintes questões: “[...] de que falei até aqui?”, “qual foi o objeto de minha pesquisa?”, “E estava em meus propósitos descrever o quê?” (FOUCAULT, 2009, p. 89). Era chegada a hora de retomar, como afirma o autor, a definição de enunciado para então verificar se ela se aplicaria igualmente às análises empreendidas anteriormente e se era de enunciado que se tratava na análise das formações discursivas.

No entanto, ao acessar a terceira parte dessa obra, depara-se com inúmeras assertivas que dizem aquilo que o enunciado não é. Foucault preferiu operar com a

³³ O conceito de *différance*, neologismo construído a partir do vocábulo francês *différence*, foi elaborado por Derrida (2002) para analisar o conceito de signo na obra *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, sobretudo com relação ao par significante/significado tratado por Saussure nessa obra. A esse respeito ver a obra *Gramatologia* (2004), de Derrida.

distinção dessa unidade em relação a outras, como proposição (estrutura lógica), frase (estrutura linguística ou gramatical) e *speech acts* (atos de fala). Ao fazer essa distinção, Foucault faz entender que o enunciado se situa no nível do discurso e que por isso mesmo não deve ser confundido com as três unidades descritas anteriormente (a proposição, a frase e os atos de falar), assim como não deve ser confundido com representações psicológicas.

Sendo um átomo do discurso, uma das características atribuídas por Foucault (2009), o enunciado é a menor unidade de uma formação discursiva. Aí deve-se tomar o cuidado de não se atribuir ao seu caráter de unidade o mesmo estatuto de unidade com o qual se opera a propósito de uma proposição, de uma frase e de um ato de linguagem, pois deve-se considerar que o enunciado não se apoia em tais critérios, quais sejam critérios estruturais de unidade. Para compreender, enfatiza-se uma de suas principais características que é o fato de ser singular, isto é, não é totalmente linguístico e nem exclusivamente material. A esse respeito, Foucault ensina que:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. [...] É uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2009, p. 98).

Assim Foucault conclui o primeiro tópico da terceira parte da *arqueologia* explicando que o enunciado não é, em si mesmo, uma unidade, mas que é “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2009, p. 98). Com isso, consegue-se entender que, para ele, enunciar é o exercício de uma função, ou seja, uma função enunciativa da qual o enunciado é o elemento mais fundamental.

Nesse ponto é preciso esclarecer que uma função enunciativa apresenta algumas características que lhe são próprias, o que permite compreender algumas condições sob as quais uma sequência de signos possa ser considerada como um enunciado conferindo-lhe seu modo singular de existência: 1ª) um referencial ou princípio de diferenciação, 2ª) uma posição sujeito, 3ª) um campo associado e 4ª) uma existência material.

Quanto à primeira condição, importa entender que o enunciado está relacionado a um referencial; este, por sua vez, é constituído de “[...] leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2009, p. 103). O referencial do enunciado, segundo Foucault, define as possibilidades e o aparecimento de delimitação daquilo que dá à frase seu sentido, e à proposição seu valor de verdade.

Já a segunda condição tem relação ao que se estabelece entre o enunciado e o sujeito que o enuncia não sendo, por isso mesmo, reduzido a elementos gramaticais, como se quer em uma análise formal, em uma investigação semântica ou em uma verificação, por exemplo. Ao contrário, o sujeito de um enunciado, e aí se tem a distinção, mais uma vez, entre enunciado e frase, caracteriza-se por um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por todo e qualquer indivíduo sob determinadas condições. Descrever e interpretar, portanto, os saberes relativos à guerra dos sexos e da constituição histórica da subjetividade do homem atual consiste em determinar qual é a posição que se pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

Aqui se chega a um ponto importante, pois que faz entender que uma função enunciativa não pode se exercer sem a existência de um domínio associado; dito de outro modo, para que se trate de um enunciado é preciso relacionar a frase ou a proposição a um campo adjacente. Com a constatação de que “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 110), o autor faz perceber que não há enunciado neutro, livre ou independente, mas que ele sempre é parte de um conjunto, de uma série, pois é parte integrante de um jogo enunciativo. Voltando às margens, elas não devem, de forma alguma, ser igualadas ao que se entende por contexto, ou seja, a situação mais imediata que em determinado momento permite que algo seja dito ou escrito. As margens vão além, uma vez que possibilitam que todo enunciado se ligue a uma memória e que reatualize outros enunciados.

Há, ainda, uma quarta e última condição para que uma sequência linguística possa receber o estatuto de enunciado, a saber, sua existência material. Tal materialidade refere-se a uma espessura material a qual constitui o enunciado. Se ela o constitui é porque lhe é necessário uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Lembrando que um enunciado pode ser repetido inúmeras vezes, no entanto, ele está inserido em um “regime complexo de instituições materiais”. O fato de ser repetível faz do enunciado, como explica Foucault (2009), um objeto específico e paradoxal ao mesmo tempo em que se

caracteriza como um objeto entre os demais objetos que “[...] os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem” (FOUCAULT, 2009, p. 118). Finalmente, entende-se que o enunciado é singular porque se trata de um gesto, mas que apesar disso, inscreve-se em um regime de materialidade repetível, visto que um mesmo enunciado pode aparecer em suportes distintos. Toma-se aí o cuidado de perceber que mesmo o enunciado sendo o mesmo em sua “forma”, sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. Uma vez definido o enunciado, passa-se à compreensão daquilo que consiste a tarefa de sua descrição, sem a qual não se pode operar o *corpus* de análise.

Para uma análise que se pauta em uma perspectiva arqueológica é preciso, primeiramente, deixar em suspenso quaisquer rastros de uma análise que busca uma descrição totalizante e exaustiva da linguagem. É preciso, antes, colocar em jogo o enunciado frente à frase ou à proposição, isto é, não tentar encontrar nessa superfície de análise totalidades perdidas ou um sentido que estaria “escondido”, pronto a ser revelado pelo analista. Ao contrário, a análise arqueológica busca compreender os enunciados em um nível específico de descrição, a saber, definir as condições nas quais tal enunciado foi produzido (falado ou escrito) dando, por sua vez, a uma série de signos, uma existência específica.

Contudo, é interessante ressaltar que o próprio filósofo reconhece aí um paradoxo, visto que um enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto. A esse respeito, o fato de não ser oculto explica-se pela simples razão de ele, o enunciado, ter sido efetivamente produzido, o que dá margem a observações, a leituras, a transformações etc. A análise enunciativa, nessa perspectiva, caracteriza-se por uma análise histórica, pois que ela se interessa pela descrição das coisas ditas justamente porque foram ditas. A propósito de tais “coisas”, questiona-se o seu aparecimento, sua manifestação em detrimento de qualquer outra coisa em seu lugar na evidência da linguagem efetiva. Quanto aos dispositivos midiáticos em relação à “guerra dos sexos” e da subjetividade do homem e da mulher, eles provêm de saberes que se constituem de enunciados e que tiveram um aparecimento em dado momento histórico, como, por exemplo, os ideais iluministas, já discutidos na seção 1 e na subseção 3.2, sobre o fato de a única diferença sexual entre ambos residir nos órgãos reprodutores.

Como já exposto em outro momento, a análise arqueológica de Foucault, segundo Deleuze (1988), opõe-se às técnicas empregadas pelos “arquivistas” tradicionais que

requerem a formalização e a interpretação. Para os arquivistas é difícil, metodologicamente, ater-se ao que efetivamente é dito; essa dificuldade é percebida até mesmo na linguística, quando se observa que suas unidades nunca são do mesmo nível do que é dito. Deleuze (1988, p. 26) explica que:

[...] às vezes extraem da frase uma proposição lógica que funciona como seu sentido manifesto: ultrapassam assim o que é 'inscrito' no rumo de uma forma inteligível, que por sua vez pode ser inscrita sobre uma superfície simbólica, mas que é, em si, de uma ordem diferente daquela da inscrição. Outras vezes, ao contrário, ultrapassam a frase no rumo de uma outra frase, à qual ela secretamente remeteria: duplicam assim o que está inscrito mediante outra inscrição, que talvez constitua um sentido oculto, mas que, antes de tudo, não inscreve a mesma coisa e não tem o mesmo conteúdo.

Para Michel Foucault, é inútil que se procure para além das análises da linguagem, sejam estruturais, formais ou interpretativas, um domínio que seja liberto de qualquer positividade ou onde o sujeito encontraria sua total liberdade como a forma de certo discurso filosófico que privilegia um "ser da linguagem". O nível enunciativo, embora não pertença à lógica ou à linguística, não deve ser pensado, e isso Foucault repele veemente, como uma descrição que se queira transcendental ou antropológica.

Logo, o nível enunciativo, nem oculto e nem visível, encontra-se no limite da linguagem e tudo o que se diz ou se escreve, enfim, tudo o que se enuncia, surge sempre no domínio de exercício da função enunciativa, posto que antes da linguagem o que se encontram são as condições segundo as quais se efetuará a função enunciativa. Em se tratando de uma análise enunciativa há, ainda, três características a serem consideradas para que uma frase ou uma proposição seja um enunciado: a raridade, a exterioridade e o acúmulo. Espera-se, portanto, no momento da descrição e de interpretação do arquivo, expor essa forma de análise, isto é, apontar a espessura dos enunciados que têm como referencial a guerra dos sexos.

Para Foucault (2009), o enunciado é raro porque nem tudo é sempre dito. Não se deve entender por isso que o não-dito seja algo que foi reprimido ou que está oculto, pois tudo isso já foi explicitado. Deve-se captar os enunciados como ocupando uma posição singular, segundo ramificações no sistema das formações que permitam demarcar sua localização. Tal raridade indica, segundo Foucault em *A ordem do discurso* (2006b), que os enunciados não têm uma transparência infinita, ou seja, nem tudo pode ser dito em um

lugar qualquer por um sujeito qualquer. A análise enunciativa libera-se para devolver aos enunciados sua dispersão.

É justamente pelo fato de o enunciado ser considerado em sua dispersão e em sua descontinuidade que ele se caracteriza pelo princípio da exterioridade. Tal análise permite que não se tome um sujeito individual, uma consciência coletiva ou uma subjetividade transcendental como referência. É uma análise que se efetua sem referência a um sujeito fundador, visto que ela se situa no nível do “diz-se”, ou seja, no nível do conjunto das coisas ditas, com as relações, as regularidades e as transformações daí resultantes. Desse modo, não se indaga a respeito de quem fala, pois o que foi dito não foi dito de um lugar qualquer, pois que é considerado no jogo da exterioridade.

Com isso chega-se à conclusão de que as noções de raridade e de exterioridade caminham juntas e que não podem ser desvinculadas da noção de acúmulo, uma vez que a análise proposta por Foucault substitui a busca da origem pela análise do acúmulo. Sempre relacionando suas reflexões com as indagações a respeito dos dispositivos midiáticos sobre a “guerra dos sexos”, trata-se não de investigar quem estava ou está com a verdade com relação a esses discursos; assim como não é objetivo julgar se os discursos que ora virilizam o homem e a mulher ora os docilizam são válidos ou não. Aqui se diz respeito, isto sim, à análise do acúmulo do que se disse sobre a subjetividade deles no curso da história. Como entendia Foucault, a particularidade da análise enunciativa não é despertar textos de seu sono atual para reencontrar o clarão de seu nascimento, mas ao contrário, procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados, para além de sua enunciação.

Embora em *A arqueologia do saber* (2009), Foucault tenha tratado primeiramente das noções de discurso e de formação discursiva e, somente depois, da noção de enunciado, aqui se inverteu a ordem, pois se se entende que o enunciado é um átomo do discurso, entende-se, igualmente, que esse átomo comporia uma formação discursiva e, por conseguinte, discursos, daí a inversão na definição dos conceitos. É importante ressaltar, porém, que isso configura uma relação circular.

Ao definir enunciado, Foucault alertou sobre os problemas que teria que enfrentar para tal empreendimento, sendo a tarefa de descrevê-lo, um deles. Um segundo problema que se coloca parte da seguinte formulação: como a descrição dos enunciados, assim definida, pode ajustar-se à análise das formações discursivas?

Vale lembrar, no entanto, que muito se discute sobre a autoria de elaboração do conceito de formação discursiva. Entretanto, foi seu desenvolvimento por Foucault que teria contribuído no sentido de eliminar o problema da homogeneidade concernente aos *corpora* discursivos em AD empreendidos por Pêcheux. Aqui importa, entretanto, apenas o conceito elaborado por Foucault, uma vez que se opera com uma análise que se quer histórica, ou seja, que se interessa pela descrição das coisas ditas justamente porque foram ditas.

Quando se definiu enunciado, buscou-se explicitar que para entendê-lo é preciso colocá-lo em uma rede de relações, pois, nessa rede, ele encontra outros enunciados de mesmo tipo, ou não, que, por sua vez, são regidos por leis internas, constituindo um sistema relativamente autônomo, chamado por Foucault de formação discursiva. Mas em que consiste exatamente esse sistema que paradoxalmente se constitui em sua dispersão?

Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz freqüentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os lingüistas), descreveria sistemas de dispersão. No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2009, p. 42-43, grifo do autor).

Foucault (2009) fez duras críticas às noções que organizam os saberes pelo fio da continuidade, como, por exemplo, as noções de tradição, de influência, de desenvolvimento, de evolução, de espírito de uma época, bem como as de livro, de obra, de autor, de origem e de já-dito.

Houve, segundo ele, enunciados sobre a economia política, a biologia ou a psicopatologia; houve ainda aqueles sobre a gramática ou sobre a medicina, levando-o a indagar-se sobre: O que seriam essas unidades? Que laços haveriam entre esses enunciados? Na busca por respostas sobre tal regularidade discursiva, o filósofo lança quatro hipóteses que apontariam para a constatação de relações entre os enunciados sem que para isso fossem submetidos às noções de unidades há muito suspensas pelo autor.

A primeira hipótese supõe que enunciados formam um conjunto quando estes se referem a um mesmo objeto. Ressaltando que serão sempre diferentes em sua forma, já que são únicos, e também estarão dispersos no tempo. Como exemplo, o autor cita a loucura, que foi percebida de diferentes maneiras em diferentes épocas. Assim, um discurso sobre a loucura não seria uma unidade válida para constituir um conjunto de enunciados. Entende-se, com isso, que não existem objetos dados *a priori*, que por sua vez, resultariam em discursos, mas o que é dito, em dado momento, sobre algo, é que daria existência ao objeto.

Com a segunda hipótese, Foucault recua as suas reflexões feitas em torno da medicina no século XIX para explicitar que, nesse período, a ciência médica se caracterizava por um estilo de enunciação. Diz, por exemplo, que a enunciação descritiva não passava de uma das formulações do discurso médico. Logo, para ele, “se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados”; seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência dos enunciados dispersos e heterogêneos, caracterizar o sistema que rege sua repartição; verificar como um enunciado se apoia em outro, ou, ainda, supõe um outro ou o exclui. Percebe-se, nesse contexto, que para definir uma formação discursiva é necessário buscar a lei das enunciações diversas e o lugar de onde elas vêm, indagando-se a propósito de: Quem fala? Quem tem a competência e o saber para falar sobre determinados objetos? Quais são os lugares institucionais de onde quem fala obtém seu discurso? Quais as posições adotadas pelo sujeito que fala?

Já na terceira hipótese, o historiador das ideias parte da premissa de que os enunciados poderiam ser agrupados segundo o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que se encontram em jogo nesse agrupamento. Todavia explica, tomando a gramática como exemplo, que mesmo ela constituiria apenas na aparência uma figura coerente, sendo, portanto, uma falsa unidade. Haveria, talvez, uma unidade discursiva se se buscasse em sua emergência simultânea ou sucessiva, em sua incompatibilidade e não na coerência dos conceitos. É preciso analisar, então, o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão. A formação dos conceitos corresponde às formas de coexistência dos enunciados que delimitam, por sua vez, um **campo de presença** (enunciados já formulados alhures e que são retomados); um **campo de concomitância** (enunciados que se referem a domínios de objetos diferentes e a tipos de discursos diferentes, trazidos para confirmação analógica, para servirem de premissas ou de modelos de raciocínio); e um **domínio de**

memória (enunciados em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica).

Por fim, sua quarta e última hipótese refere-se ao que ele chama de formação das estratégias. Foucault dá o nome de *estratégias* aos **temas** e às **teorias** que constituem uma dada formação discursiva. Assim, para analisar a formação das estratégias de um discurso, o autor propõe que se leve em conta: a) o papel desempenhado pelo discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos; b) a função exercida pelo discurso estudado em um campo de práticas não discursivas; e c) os regimes de apropriação do discurso, que apontam para o fato de que o direito de falar está reservado a um grupo determinado de indivíduos.

A partir das quatro hipóteses é que Foucault (2009) explicita o porquê de falar em descrição de dispersões e de regularidades, pois a propósito das grandes famílias de enunciados, como ele mesmo denomina, acerca da medicina, da economia ou da gramática, indagara-se a respeito de sua unidade. Constatou, no entanto, que encontrou, em vez de unidade, “[...] séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações” (FOUCAULT, 2009, p. 42). Encontrou, ainda, formulações de níveis diferentes e de funções heterogêneas; deparou-se com conceitos que se diferiam em estrutura e em regras de utilização; temas diversos que seriam, *a priori*, incompatíveis. Foi na descrição dessas dispersões que constatou poder encontrar regularidades: “[...] uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas” (FOUCAULT, 2009, p. 42).

Há, como se viu, uma repartição discursiva constituída de elementos, a saber, os objetos, a modalidade de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Tais elementos não são livres, pois se submetem a condições chamadas por Foucault de *regras de formação*. Estas são as condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva.

Assim, Foucault confirma que o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que estão ligados no nível dos enunciados. Para o autor é justamente na descrição do enunciado em sua especificidade que se encontra a análise das formações discursivas, daí a noção de enunciado ser uma questão fundamental para suas análises.

Nesse ponto de suas reflexões, Foucault busca esclarecer a noção de discurso que, segundo ele próprio, teria “usado e abusado” desse termo em sentidos diferentes. Assim, ele se indagava sobre a constatação de que se uma formação discursiva constituía-se de um grupo de enunciados é porque eles seriam sinônimos de “discurso”? A esse respeito, o filósofo explica que certamente os discursos são feitos de signos, no entanto, não um conjunto de signos entendidos com os seus elementos significantes que sempre irão remeter a conteúdos ou a representações, mas que devem ser entendidos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”; explica, ainda, que tais sequências de signos devem ser apreendidas como enunciados aos quais se pode atribuir modalidades particulares de existência.

Em relação ao termo discurso, o autor o compreende como um conjunto de enunciados. Todavia, é preciso, para sê-lo, que se apoie em uma mesma formação discursiva; ele não será jamais uma unidade que persegue o fio de uma continuidade pelo qual se poderia contemplar-lhe na história, aquela tradicional, mas ao contrário, ele, o discurso, em uma perspectiva foucaultiana, possui um número limitado de enunciados que, por sua vez, submetem-se a condições específicas de existência, não sendo confundido, por conseguinte, com uma forma ideal, passível de interpretação.

É justamente no horizonte dessa história descontínua, conforme explica Navarro-Barbosa (2004), que a noção de discurso deve ser compreendida como acontecimento discursivo. Para que se considere o discurso como acontecimento é preciso libertá-lo de toda e qualquer referência a uma origem ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas. É preciso, além disso, entender que é o discurso que funda a interpretação; é ele que constrói uma verdade sobre as “coisas” e não um sujeito fundante, consciente do seu dizer e por isso origem de seus discursos. Dessa ideia de discurso como acontecimento, Foucault faz entender o porquê de se colocar em suspenso as formas prévias de continuidade, pois elas são responsáveis pela vinculação dos discursos a um sentido dado antes, em algum lugar, dando a impressão de se fazer a própria história pelo fio da continuidade.

Tem-se, então, neste primeiro momento, que discurso é prática, mas uma prática que não tem a ver com competência ou desempenho do sujeito falante, pois aquela é, antes, um conjunto de regras que, segundo Foucault, são anônimas e históricas, assim como serão, sempre, determinadas no tempo e no espaço. A prática tem a ver com o exercício do sujeito na função enunciativa que obedece a regras. A esse conjunto de regras Foucault deu

o nome de *a priori* histórico, visto que tais regras determinam as condições de exercício da função enunciativa em um momento dado, para determinada área social, econômica ou linguística. Com o conceito de *a priori* histórico, o autor fixa o papel desenvolvido pela positividade de um discurso, pois essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) “[...] define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, transformações de conceitos, jogos polêmicos” (FOUCAULT, 2009, p. 144).

Os *a priori* históricos é que regem tudo o que pode ou não ser dito em dada época e em dado domínio social, econômico ou linguístico. Desse modo, e ainda seguindo de perto as reflexões de Foucault, chega-se ao conceito nuclear da proposta de análise foucaultiana, a saber, o conceito de arquivo.

Antes de tratar do conceito de arquivo, é necessário, porém, uma pausa para retomar a noção de acontecimento, ainda pouco explorada aqui. Fazer remissão ao conceito de acontecimento diz respeito, para além da consideração dos enunciados como acontecimentos discursivos, à atualidade e à problematização. Dito de outro modo remete-se à atitude filosófica de questionar o presente. A proposição que se almeja expor, discutir e defender concerne à interrogação filosófica, como propôs Foucault ao fazer uma leitura crítica de Kant a propósito de uma atitude filosófica, a saber, “[...] interrogar o presente para nele tentar decifrar os sinais que anunciam um acontecimento iminente” (FOUCAULT, 2005, p. 336). Atitude filosófica, para Foucault, significa um modo de relação que concerne à atualidade. Logo, a noção de acontecimento não deve ser desvinculada daquilo que Foucault entendeu por atualidade e problematização.

Foucault (2005), ao reler Kant a propósito das críticas filosóficas por ele fundadas, isto é, uma em que é dada a ênfase na filosofia analítica da verdade e outra que se ocupará de uma crítica ontológica da atualidade, decide pautar-se nesta segunda interrogando-se em relação à atualidade:

Gostaria, por um lado, de enfatizar o enraizamento na *Aufklärung* [no conhecimento] de um tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo; gostaria de enfatizar, por outro lado, que o fio que pode nos atar dessa maneira à *Aufklärung* [ao conhecimento] não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas, antes, a reativação permanente de uma atitude; ou seja, um *êthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico. (FOUCAULT, 2005, p. 344-345).

É sob esse mirante que se trará à tona a noção de acontecimento. Acontecimento que não se confundirá com uma decisão, um tratado, mas, como o entendeu Foucault (1984b, p. 28):

[...] uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada.

A produtividade desse conceito em materialidades específicas como as que aqui serão tratadas pode ser pensada a partir de questionamentos da atualidade, isto é, em torno de sua problematização como acontecimento. Questionamentos que dizem respeito, por exemplo, sobre o como os enunciados foram produzidos no romance pornoerótico *Cinquenta tons de cinza*, sob que condições. Como uma temática já tão discutida como a do sexo pode vir a ressignificar na sociedade brasileira? Entende-se que os enunciados produzidos nesse *best-seller* e os enunciados que se seguiram a partir dele, postos em circulação pela mídia, se constituem em acontecimento discursivo se se considerar tais enunciados como prática histórica. Ao proceder a uma análise histórico-arqueológica, está se entendendo que tais enunciados são raros, porque únicos, portanto, podem ser caracterizados e descritos como novidade ou diferença. Entende-se, também, sempre à escuta de Foucault, que romper com uma regularidade, uma ordem discursiva de determinado objeto, em uma sociedade dada, isto é, passar de um saber a outro pode ser caracterizado como um acontecimento discursivo. Retomada e explicitada a noção de acontecimento, passa-se à noção de arquivo.

O conceito de arquivo é amplo e nuclear como bem assinalou Gregolin (2004). Conforme o exposto até aqui, um conjunto de enunciados constitui um discurso, este, por sua vez, é, neste primeiro momento, uma prática entendida como um conjunto de regras denominado *a priori* histórico que dá, ao discurso, sua positividade. Logo, o arquivo é, para Foucault:

[...] de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se

componham uma com as outras segundo regularidades específicas; [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade*. [...] é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento*. [...] é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o *sistema geral da formação e da transformação* dos enunciados. (FOUCAULT, 2009, p. 147-148, grifo do autor).

A partir dessa definição é preciso, desde logo, dizer aquilo com o que jamais a noção foucaultiana de arquivo deverá ser confundida, isto é, aquela concepção mais genérica, que remete à conservação e à manutenção de documentos, como também não é uma superfície na qual se alojariam os discursos.

O arquivo é o lugar a partir do qual pode se analisar as práticas discursivas de uma sociedade. No entanto, não é possível uma análise exaustiva, seja de uma sociedade, de uma cultura, por exemplo; nem mesmo o próprio arquivo, uma vez que ele, entendido como objeto do discurso, é que dá “[...] seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento” (FOUCAULT, 2009, p. 148). Logo, deve-se entender que um arquivo jamais será descrito em sua totalidade, pois ele desprende os indivíduos de suas continuidades. Ele não estabelecerá, jamais, a autenticação de uma identidade pelo jogo das distinções, pois que se é, em essência, a própria diferença. Conforme Sargentini (2004), operar com a noção de arquivo requer uma análise que se pautem em um conjunto de enunciados efetivamente produzidos. Tal conjunto responderá, por sua vez, a um sistema de enunciabilidade, ou seja, à lei do que pode ser dito, fazendo do enunciado um acontecimento singular.

Uma vez entendida a teoria dos enunciados e os elementos que a comportam, pode-se, explanar aquilo que seria o grande motor das análises que se empreende nesta pesquisa, a saber, as características da descrição arqueológica.

Nunca é demais lembrar que Foucault fez questão, em *A arqueologia do saber* (2009), de afirmar por várias vezes que as análises que empreendera diferiam, em muito, daquelas da “história das ideias”. Essa teoria implica, já dizia Deleuze (1988), opor-se às duas principais técnicas empregadas pelos “arquivistas”: a formalização e a interpretação. Viu-se que o enunciado não se confunde com uma frase ou uma proposição, pois é apreendido como fato de discurso, permitindo ser, por esta razão, historicizado. Pensa-se,

então, a arqueologia como o conjunto das pesquisas, das descrições e das análises empreendidas por Foucault.

Foucault se autoneomeou um “historiador das ideias” e quis, como sua forma de compreender o discurso pode atestar, renovar inteiramente sua disciplina. Isso significa que ele não se pautava em gênese, em continuidade ou em totalização que se liga a uma forma tradicional de análise histórica. Essa forma tradicional de história daria, ainda que em aparência, uma sensação de conforto. Foucault rejeitava essa forma de análise continuísta da história, pois a descrição arqueológica arranca esse manto confortável em que se teria um fio de continuidade sempre pronto a ser explorado do começo ao fim ou, o contrário, não alterando jamais a pretensa “identidade” para deixar indivíduos expostos a uma forma de história muito diferente de tudo aquilo que se diz ou que se faz, levando a aceitar a impossibilidade de se reconstruir integralmente, como sujeito, a partir da história.

Foucault explica, então, que a arqueologia busca definir os próprios discursos que, são práticas que obedecem a regras. No entanto, tais discursos não devem ser considerados como documentos transparentes que estariam sempre prontos a provar qualquer coisa, mas como monumento. Os enunciados analisados nesta investigação podem tomar forma de documentos, se apreendidos como verdade, mas a consequência disso é a perpetuação de certo passado idealizado, porém, uma vez interpretados nos moldes propostos pela chamada *Nova História*, conforme discutido na introdução desta tese, substitui-se a História por histórias e impõe-se, segundo Dosse (2001), uma história fragmentada que “[...] renuncia a realizar um programa de síntese para melhor se desdobrar com vistas aos múltiplos objetos que se oferecem a seu olhar sem limites” (DOSSE, 2001, p. 28-29).

Dito de outro modo, essa possibilidade de análise de fatos discursivos pode se somar a uma forma de fazer história, a qual elege aquilo que os sujeitos dizem. Como postula Foucault (2005), é possível fazer, por meio dos enunciados efetivamente ditos, uma história do tipo serial, que, ao invés de privilegiar objetos gerais e constituídos por antecipação, como, por exemplo, a revolução industrial, “[...] define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais dispõe” (FOUCAULT, 2005, p. 290). O exemplo dos arquivos do porto de Sevilha, no século XVI, dado pelo autor, ilustra esse tipo de estudo.

De posse de todos os elementos que compõem as características da descrição histórico-arqueológica, passa-se à chamada segunda grande parte dos estudos empreendidos pelo filósofo. Nesta, vislumbra-se um novo direcionamento para o método

arqueológico que, como se viu, priorizava as práticas discursivas que constituem saberes de dada época. Nela opera-se com fatos de discursos, isto é, com os enunciados efetivamente produzidos, os quais têm, por isso mesmo, o estatuto de acontecimento.

Sobre a noção de acontecimento é importante lembrar que ele não é um objeto, uma substância, uma qualidade ou processo; não é, também, da ordem dos corpos, embora tenha existência material; no entanto, não possui unidade material, pois se produz na dispersão material e, por essa razão, permite as dispersões dos sujeitos. Estes, por sua vez, têm à sua disposição uma pluralidade de posições e de funções. Todavia, o discurso acarreta perigos, pois ao constituir saberes, os discursos passam a ser regidos por coerções (FOUCAULT, 2006b). Depara-se, a partir de então, com uma análise que busca relacionar as práticas discursivas às diversas formas de poder que as permeiam. Por questões de organização didática, dividiram-se as discussões sobre a fase arqueológica e a fase genealógica, no entanto, ambas se imbricam para formar o procedimento de análise sobre o qual se debruçará no momento da análise do arquivo, isto é, a análise arqueogenealógica.

3.4 POR UMA GENEALOGIA DO SUJEITO

Já foi explicitado em outro momento que a questão do sujeito é que constitui o tema geral e ocupa lugar de destaque nas pesquisas de Foucault, conquanto tenha se envolvido sobremaneira com a questão do poder, posto que fosse necessário estender as dimensões de uma definição de poder para se estudar a objetivação do sujeito; dimensões, estas, que se distanciam dos modos de pensar o poder com base nos modelos legais ou de acordo com um modelo institucional. Embora não pretendesse invalidar o passado, o filósofo perseguiu seu trabalho partindo de outra questão diferente daquela perseguida em *A arqueologia do saber*.

Se em sua arqueologia buscou entender **como** os saberes apareciam e se transformavam, posteriormente, ao estudar o poder, Foucault questionou-se a propósito do **porquê** dos saberes aparecerem e se transformarem. Segundo Machado (1984), ao alterar seu questionamento, Foucault teria introduzido, principalmente em *Vigiar e Punir* (1975) e em *A vontade de Saber* (1976), “[...] análises históricas sobre a questão do poder como um

instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes” (MACHADO, 1984, p. X).

A pesquisa empreendida acerca dos efeitos de verdade sobre a sexualidade e subjetividade dos sujeitos homem e mulher reclama métodos de análise que permitam, justamente, entender como e por que certos saberes apareceram, transformaram-se, repetiram-se, foram esquecidos ou reatualizados, enfim. Logo, para análise que se propõe é necessário trazer à tona aquilo que culminaria na constituição do sujeito, isto é, as relações saber-poder das quais o sujeito é um efeito e das quais seus discursos emergem.

O poder não é algo unitário e global que se pudesse localizar no tempo e no espaço; é antes uma prática social e, por isso mesmo, constituída historicamente. Para Foucault, o poder é microfísico, isto é, está em todos os lugares, funcionando, se exercendo, ali, no corpo social. Logo, o poder não seria sinônimo de repressão e não se situaria apenas em uma instituição, como o Estado, por exemplo.

A esse respeito vale destacar que foi justamente estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, a constituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade que Foucault pôde afirmar que Estado e poder não são um resultado do outro. Após pesquisas minuciosas, o filósofo constata que saberes específicos, como os discursos sobre a medicina, por exemplo, não são encontrados por uma relação direta com o Estado, pensado aqui como um aparelho central e exclusivo de poder, mas por uma articulação com poderes locais, específicos que se exercem de maneiras variadas, integrados ou não ao Estado. Com isso, explicita Machado (1984), Foucault não pretendeu reduzir ou excluir o papel do Estado nas relações de poder; quis apenas evidenciar que ele, o Estado, não era o dispositivo único de poder.

Para Foucault, os mecanismos e as técnicas de poder estão intimamente relacionados com a produção dos saberes que, para sua pesquisa, significou saberes sobre o criminoso, sobre a sexualidade, sobre a doença ou a loucura e tantos outros saberes. Tais definições a propósito do poder caberiam, hoje, para a análise de temas tão diferentes daqueles investigados pelo filósofo francês? Machado (1984) alerta para o cuidado que se deve ter ao se aplicar indistintamente tais conceitos a não importa quais análise, pois se correria o risco de universalizar um método que teve uma área de aplicação bem demarcada.

Todavia, vê-se que os conceitos foucaultianos estão mais atuais que nunca e estão bem vivos em inúmeros trabalhos em que se podem evidenciar grande coerência,

principalmente quanto à aplicação da noção de poder quando este é pensado a partir de instituições como a mídia, por exemplo. Nela veem-se indivíduos representados e, segundo a tese fundamental da genealogia, o poder seria produtor de individualidades (FOUCAULT, 1982), ou seja, o indivíduo é uma produção das relações do poder com o saber, relações das quais o dispositivo da sexualidade seria uma das formas de produção de subjetividades. As inquietações, nesta pesquisa, recobrem a noção de sujeito e a constituição de sua subjetividade permeada pelos discursos como acontecimento no interior dos quais ele emerge. A seguir, a título de exemplo, apresentam-se alguns trabalhos sobre a sexualidade do homem e da mulher desenvolvidos por pesquisadores que se utilizaram do conceito foucaultiano de poder em suas análises.

Em *Para além do sexo, por uma estética da liberação*, Swain (2008, p. 405) argumenta que “[...] a exposição da sexualidade, sugerida ou explícita, esvazia o desejo em sua representação. É assim que o paroxismo mata o desejo e faz do sexo exercício de puro poder” (SWAIN, 2008, p. 405). Fischer (2001) também aborda a temática do poder foucaultiano em seu dossiê *Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV*. Ela comenta que “[...] o problema do sujeito, em Foucault, não se separa do das normas, das prescrições, dos inúmeros rituais das instituições, enfim, do problema do poder” (FISCHER, 2001, p. 593).

A temática do poder também foi abordada, pormenorizadamente, por Butturi Júnior (2012) quando da descrição de uma análise discursiva das práticas monossexuais no dispositivo da sexualidade brasileiro. Ao se referir a um dos cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*, traduzido no Brasil como *Os Anormais*, Butturi Júnior explica que o poder foucaultiano, além de ser descrito como um ridículo, como uma afronta ou como um riso, exige resistências que lhe são correspondentes e que há uma possibilidade de resistência localizada. É a esse último tipo de poder que sua tese se refere. O autor da tese questiona:

[...] haveria uma aplicação desse ridículo no caso das normatizações e transformações das práticas homossexuais no Brasil contemporâneo? Em outros termos: haveria uma questão a se averiguar, qual seja, a de uma incidência constante de um ridículo de poder, constitutivo e não ultrapassável, nas discursividades que surgiram no Brasil em meados da década de setenta e que pretendiam uma subversão das noções de gênero e uma ampliação dos discursos da igualdade e da diferença? (BUTTURI JUNIOR, 2012, p. 19).

Costa (2013), a partir de uma revisão bibliográfica de autores da antropologia do gênero e da crítica pós-feminista, fez uma análise de matérias das revistas *Veja* e *Época* e do jornal *Extra* para discutir os dois conceitos que aparecem ligados à ideia de poder feminino: a noção de feminilidade e a de “guerra dos sexos”. Sob o título *A mulher venceu a guerra dos sexos*: representações de feminilidade e poder em discursos midiáticos contemporâneos, a autora partiu da hipótese de que um modelo de mulher *poderosa* vem sendo amplamente propagado pelos meios de comunicação e o que lhe chamou a atenção foi “a profusão de matérias jornalísticas recentes que se dedicam a discutir e analisar o que seria o novo papel da mulher na sociedade. O assunto extrapolou o âmbito especializado das publicações femininas e ganhou as revistas semanais de informação”. (COSTA, 2013, p. 3). Em sua pesquisa, o conceito de feminilidade aparece como marca de uma revalorização da mulher como, por exemplo, o empoderamento feminino. A autora conclui que diante de uma nova ficção social amplificada por uma série de discursos midiáticos que alcançam um número significativo de pessoas no país, seria necessário questionar se esse modelo representaria ou seria reivindicado por todas ou, pelo menos, pela maioria das mulheres. Ela enfatiza, ao final, que se corre o risco de formular teorias que funcionem como artefatos de reificação de papéis de gênero, que, por sua vez, repetem as velhas fórmulas do patriarcado universal e da identidade feminina totalizante.

Partindo do pressuposto de que a mídia é a responsável pelo engendramento e pela divulgação de novas formas de subjetividade, Freitas (2012) descreveu e interpretou enunciados presentificados nas revistas *Nova* e *Women's Health* (edições relativas aos anos de 2008 a 2011). Ela analisou os movimentos da memória que constroem a história da sexualidade feminina na mídia contemporânea, via discursivização/exposição do seu corpo-sexo. Suas análises possibilitaram ver que o discurso midiático contemporâneo, aliado ao discurso médico e estético, todos envolvidos pelo fio da memória, (re)atualizam dizeres e saberes sobre o sexo que não subvertem, mas que ratificam verdades históricas. A articulação dos jogos de verdade, dos cuidados de si e da confissão, segundo Freitas (2012), além de recorrente nas materialidades sob análise, é o que possibilitou (re)agenciar o sujeito feminino contemporâneo, especialmente em relação ao seu corpo-sexo. Finalmente ela concluiu que o dispositivo da sexualidade não desapareceu do discurso midiático moderno, apenas se modificou, passando, estrategicamente, da função de controle-dominância, para a de controle-incitação.

Como se observa, entretanto, a maioria dessas pesquisas que se utiliza ou não do conceito foucaultiano de poder tem a sexualidade da *mulher* como objeto de análise. Quanto ao homem, quando abordado, está quase sempre inserido nas temáticas que tratam de gênero, mais especificamente de práticas sociais que o discursivizam como homossexual ou de construções da masculinidade em uma determinada região geográfica ou em um dado setor da sociedade. Isso, de certa forma, impulsionou e motivou a escrita deste trabalho que investiga os efeitos de verdade da sexualidade tanto do homem quanto da mulher, sejam homo ou heterossexual, imersos numa “guerra” que tem lugar na mídia e que se convencionou chamar “guerra dos sexos”. Pensa-se, assim, em contribuir para se somar aos trabalhos já empreendidos do homem homossexual, do novo homem ou do homem que, agora, perdeu a guerra ou da mulher poderosa. Percebê-los como subjetivados pelos discursos midiáticos que os virilizam e os docilizam é o intento desta história, pois a escrita de um não se efetiva sem a escrita do outro.

Sobre o exposto, não significou dizer que a sexualidade do homem não tenha sido objeto de pesquisas. Todavia, como dito antes, são pesquisas mais específicas relacionadas a gênero ou a particularidade de homens de determinada região geográfica. É importante expor, igualmente, o que se comenta sobre o homem. Os trabalhos expostos na sequência, no entanto, não esgotam as pesquisas já realizadas a respeito da sexualidade do homem; assim, selecionaram-se aqueles que, para o momento, se julga relevantes quanto aos saberes sobre sua sexualidade.

Em uma minuciosa pesquisa, cujo teor resultou na publicação do livro *Rumo equivocado*, Badinter (2005), embora trace, mais propriamente, os contornos do feminismo, chama atenção para os rumos equivocados a que o feminismo militante pode levar se não se atentar para a armadilha do discurso feminista dominante que, em busca de igualdade entre os sexos, reata laços com o separatismo. Sobre o homem, sua pesquisa é esclarecedora no ponto em que aborda a questão da já consagrada “dominação masculina” e sua variante no que tange à violência, física ou moral. Sob justificativa de que os dados estatísticos judiciais comprovam a tamanha dissimetria entre a mulher e o homem quando da condenação por homicídio doloso e por agressão violenta, a autora explica que discursivizam o homem como o vilão e, exceto psicólogos e psicanalistas, ninguém mais se interessaria pela violência que partiria da mulher. Assim, a mulher é a eterna vítima, pois a violência exercida por ela seria insignificante frente a do homem, pois quase sempre a violência exercida ocorrem uma resposta à violência masculina, considerada, desse modo,

uma violência legítima. Abordando a violência em suas vertentes histórica, cotidianas ou conjugais, a filósofa e historiadora entendeu que “[...] as mulheres podem matar, humilhar e torturar. Elas nem sempre matam por decepções amorosas ou para se defender de maridos violentos. Matam também por interesse ou por sadismo” (BADINTER, 2005, p. 82). A autora conclui que reconhecer uma violência feminina não significa minimizar a importância de conter a violência masculina. Porém, argumenta, “[...] para tentar lutar melhor contra nossas fraquezas, tanto naturais quanto educativas, é preciso renunciar a uma visão angelical das mulheres que serve de justificativa para a demonização dos homens” (BADINTER, 2005, p. 92).

O historiador Albuquerque Júnior (2011), especialista em estudos sobre a construção histórica e cultural da identidade do homem nordestino, sobrepõe-se à dicotomia esfera pública e esfera privada, cara a autores como Habermas, para entender como se construiu, via discurso, a imagem do macho nordestino. Fugindo ao discurso vitimista ou masculinista no qual o homem seria vítima de fatores psíquicos e sociais, ele explica em *Máquina de fazer macho: gênero e práticas culturais*, desafio para o encontro das diferenças, que o homem deve ser uma preocupação central dos feminismos, pois “[...] excluir os homens de suas práticas e reflexões não seria reproduzir a exclusão que as mulheres sofreram durante séculos nas práticas e formas de pensar dos homens?” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 41).

Caldas, ao organizar o livro *Homens* (1997), composto por sete artigos cuja temática discorre sobre o comportamento, a sexualidade, a identidade, crise e vaidade masculinos, lembra que a mídia, principalmente os cadernos de comportamento dos grandes jornais, vem tentando delinear os contornos daquele que ainda é um desconhecido, o homem. Entendendo a mudança como um movimento irreversível, ele explica que “[...] se o homem contemporâneo recusa o peso em que parece ter-se transformado uma certa ideia de masculinidade [...] do tipo ‘seja homem!’, ao mesmo tempo ele quer saber: o que será, então, ser homem neste fim de século?” (CALDAS, 1997, p. 9).

Um estudo que permite refletir sobre a atual condição do homem na sociedade, inserido na referida obra, intitula-se *Um “homem de verdade”* e foi realizado por Nolasco (1997), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse estudo, pressupondo uma crise masculina advinda de uma sociedade que adota por princípios a economia, o mercado e o tecnológico, ao trocar ideais por produtos, o autor parte da hipótese de que essa crise transcende uma abordagem individual “[...] e pode ser compreendida como uma

tentativa, uma possibilidade para os homens diferenciarem-se do padrão de masculinidade socialmente estabelecido para eles” (NOLASCO, 1997, p. 16). Ele explica que muitos homens não partilham seus conflitos e dúvidas por temerem por sua sexualidade. Mas, afinal, “o que é ser homem?”, questiona. Para ele, o homem oriundo de uma sociedade patriarcal, na qual papéis determinados para meninos convergem para aquilo que é reconhecido como *homem de verdade*, transforma-se na sociedade individualista, na qual revisões de papéis são permitidas, o que resulta na emergência de novas demandas sociais tanto para o homem quanto para a mulher. A problemática disso, entretanto, reside no fato de que entre o que se espera de um homem, na sociedade patriarcal, e o que lhe é permitido diante de novas demandas sociais, aparece a “nova masculinidade” que, por sua vez, requer um homem sensível sem que isso comprometa sua virilidade.

Em uma história cheia de humor, o antropólogo DaMatta (1997) relembra sua mocidade na cidade mineira de São João Nepomuceno, em Minas Gerais. O que essa história teria a dizer sobre o homem? Ele conta que uma brincadeira típica dos rapazes de sua época os perturbava. Tal brincadeira consistia em apalpar, desabusadamente, o traseiro do amigo e questionar em tom debochado: “Tem pente aí?”. Trazendo sua história para a atualidade, DaMatta (1997) propõe reflexões sobre a identidade masculina. A reação violenta do rapaz que era apalpado era a diversão dos demais que observavam. Reagir com indiferença ao gesto era decepcionante, explica o autor. A ambiguidade da ação, buscar um pente ou passar a mão em um lugar proibido no corpo masculino, residia no ritual que provocava riso e nervosismo. Reagir violentamente podia dar indícios de tendência à homossexualidade, já que a pegada provocaria uma sensibilidade naquela região. Trazer à tona essa história, explica o autor, possibilita mostrar que a chamada crise da masculinidade, no Brasil, é conhecida há muito tempo; depois chama a atenção para aspectos valorizados da masculinidade e como o masculino era construído para, em seguida, colocar à prova a macheza, denunciando o lado obscuro e frágil da masculinidade colocando-a em dúvida e em crise.

Em *A metáfora do homem*, Carneiro Júnior (2011) disserta sobre a sexualidade masculina tentando recortar o que na relação do homem com a virilidade seria próprio ao homem e não algo tributário de uma situação social ou de uma “moralidade”. Segundo ele, haveria um discurso contemporâneo denunciante de uma “crise viril” e uma consequente “decadência” do masculino. Carneiro Júnior (2011) faz suas considerações finais explicando que a decadência viril seria muito mais fruto de uma confusão entre o que

seriam “significações” da virilidade. Essas significações da virilidade, representadas pelos atributos tidos como garantias de masculinidade, como rudeza, agressividade, força, macheza, é que começam a entrar em declínio. O autor, porém, prefere falar em deslocamento, o que afetaria o homem em suas identificações.

A travesti também vem sendo objeto de estudo para várias pesquisas, sobretudo na área da antropologia, como observou Braga (2007). A esse respeito, um trabalho realizado por ele contribuiu para que se observe, via discurso, como “[...] a crise do sujeito moderno está implicada nas formas e possibilidades pelas quais o [*sic*] travesti vive seu desejo, transgredindo no corpo a determinação genético-sexual” (BRAGA, 2007, p. 8). O autor sugere entender a travesti como uma metáfora da modernidade, pois, para ele, a travesti esvazia completamente de sentido um signo para se restabelecer em outro. Assim, a travesti exerce a exaustão de toda e qualquer outra forma de interpretação. Finalmente, conclui que pensá-la como uma metáfora da modernidade abre a possibilidade de entender que a construção de um novo significante procura atribuir um significado “novo” ao seu corpo.

Os trabalhos já realizados acerca da sexualidade do homem e da mulher auxiliam a compreender como ambos vêm sendo delineados nos diversos campos do saber. A relação entre a análise arqueológica, isto é, a descrição dos enunciados como forma de entender como os saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher aparecem e se transformam a partir de sua dispersão e de sua regularidade no tempo e no espaço, e a análise genealógica, entendida como a apreensão do porquê desses saberes aparecerem e se transformarem, culmina naquilo que será o procedimento de análise dos enunciados em relação aos efeitos de verdade sobre a subjetividades dos sujeitos homem e mulher, daí dizer análise arqueogenealógica. Dito de outro modo, a arqueogenealogia dá sustentação ao imbricamento entre a análise do arquivo e a análise das estratégias de poder aí circunscritas.

A partir disso, então, utiliza-se do procedimento serialista que consiste em agrupar os enunciados repartindo-os em séries temáticas, conforme descrito anteriormente, pois ao propor uma análise que se queira arqueogenealógica, implica deixar claro que ela se justifica uma vez que considera o saber, e aqui se faz referência a determinados saberes sobre o sexo e à sexualidade do homem e da mulher que povoam os discursos, como materialidade, como prática, como acontecimento que podem ser considerados como um dispositivo de poder, e que, por isso, produz individualidades, no caso aqui estudado, os

sujeitos que ora são virilizados ora são docilizados por tais dispositivos, como os trabalhos apresentados indicam.

Nesse âmbito, é oportuno compreender o espaço midiático, dentre outros, como um dispositivo que produz subjetividades, visto que a mídia é um espaço de enunciação no qual os saberes, transmitidos principalmente pela cultura industrial de massa, se instauram juntamente com o poder. Para Gore (2008), todos os discursos podem ser vistos como regimes de verdade, se se considerar que a verdade e o poder estão ligados em uma relação circular. Enfim, como analisa Foucault (1984b), não se trata de libertar a verdade do poder, já que a própria verdade é poder, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia, sejam sociais, econômicas, culturais, no interior das quais ela funciona. Frisasse a importância de dispor desse procedimento de análise arqueogenalógico ou desses instrumentos, como preferia dizer Foucault, para empreender uma pesquisa que parte de inquietações muito próximas das que tinha o filósofo a propósito das relações verdade/poder e saber/poder. Como dito em outro momento, saber e poder são as duas instâncias que dão suporte para a fabricação de sujeitos. Embora se tenha esboçado as noções que gravitam em torno do poder nos moldes foucaultianos na seção anterior, vale frisar que tais noções serão retomadas nas seções que se seguem, sobretudo na seção da análise. Entende-se que a relação entre poder, sujeito e resistência é algo com o qual se deparará quando se trata de sexo e de sexualidade de sujeitos.

O objetivo geral deste texto foi, como exposto no início desta seção, congregando o referencial teórico-metodológico, pautado nos contributos de Foucault, o qual será mobilizado no momento da análise. Desse objetivo mais abrangente, outros se desdobraram com intuito de explicitar o percurso do trabalho. Assim, apresentou-se o trajeto de construção da série enunciativa oriunda dos discursos midiáticos e os critérios de sua seleção. Buscou-se, também, justificar o porquê da série enunciativa ser caracterizada acontecimento.

Para que a análise se efetive, no entanto, é preciso também buscar, na história, a produção de saberes sobre a relação entre os sexos para identificar quais acontecimentos se repetem e quais se rompem para, nessas discontinuidades, fazerem emergir discursos sobre a sexualidade e a subjetividade do homem e da mulher. Para isso, ancora-se em especialistas de campos do saber como a filosofia, a antropologia e a história, conforme seção seguinte.

4 POR UMA HISTORIOGRAFIA DA “GUERRA DOS SEXOS”

Um dia,
 Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
 Que o mundo masculino tudo me daria
 Do que eu quisesse ter
 Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara
 É a porção melhor que trago em mim agora
 É o que me faz viver
 Quem dera
 Pudesse todo homem compreender, ó mãe quem dera
 Ser o verão o apogeu da primavera
 E só por ela ser
 Quem sabe
 O super-homem venha nos restituir a glória
 Mudando como um Deus o curso da história
 Por causa da mulher
 Gilbert Gil (1979).

Na seção anterior elencou-se três questões que devem, agora, ser retomadas e respondidas. A primeira questão refere-se aos acontecimentos, na história, que se repetem e atravessam a atualidade, engendrando uma série de discursos e, por conseguinte, de práticas e de comportamentos, ao mesmo tempo em que se buscam, nessa atualidade, os traços de uma “ruptura acontecimental” quanto à subjetividade do homem e da mulher. Já a segunda intenta compreender como a mulher, historicamente retirada da vida pública e da competição com o homem, vence a guerra travada não com o seu superior ou dominador, mas com aquele que lhe é fundamentalmente diferente e incompatível, segundo ideais iluministas do século XVIII e, a terceira questão, pauta-se na busca pela compreensão do modo como se dá a construção da hierarquia entre o homem e a mulher, determinando para ambos a fatalidade da impossível igualdade social e cultural entre os sexos.

Essas três questões foram suscitadas a partir da leitura dos discursos midiáticos nos quais os sujeitos, homem e mulher, se objetivam/subjetivam por novas produções de efeitos de verdade sobre sua sexualidade. A partir disso, ancora-se em sociólogos, antropólogos, historiadores, filósofos, médicos e feministas, para que, a partir de uma descrição historiográfica, se possa compreender como, ao longo da história, se produziu saberes sobre a relação entre os sexos. Assim, pauta-se, sobretudo, nos estudos empreendidos por Butler (2012), Bauer (2001), Beauvoir (1986), Cattoné (1994), Faria

(2012), Foucault (1988), Gonzáles (2010), Kritzman (2013), Nunes (2000), Perrot (2012), Rousseau (1995) e Santos (2012).

Para isso é preciso ir, portanto, em busca dos começos relativos, das instaurações e das transformações, isto é, das descontinuidades no interior das quais se constitui o homem e a mulher, tarefa principal desta seção. Fazer uma descrição historiográfica não significa contrariar a perspectiva metodológica de análise adotada nesta pesquisa. Em vários momentos, sobretudo na seção 3, tomou-se o cuidado de explicitar ao leitor a abordagem analítica que prioriza a arqueologia em detrimento da história das ideias. Em longa citação, na referida seção, Foucault (2009) estabelece a diferença. Longe de traçar uma história que se pretende cronológica e linear, com sua aparente sucessão de fatos, reporta-se à mudança e às transformações tratadas por Foucault em seus pormenores na quarta parte de *A arqueologia do saber*.

Nos anos 1970, Perrot (2012) na esteira dos acontecimentos de maio de 1968 e do movimento norte-americano das mulheres, interessou-se por uma história que, segundo ela, ainda não existia ou era escassa, a saber, a história das mulheres. Sob o argumento de que as mulheres foram, por muito tempo, destinadas à obscuridade, estando fora do tempo e do acontecimento, e contrariando o estruturalismo de Lévy Strauss, que, por sua vez, insistia no papel da mulher na reprodução e no parentesco, Perrot ofereceu um primeiro curso na Sorbonne, em 1973, intitulado *As mulheres têm uma história?*

Pautada mais em interrogações que em materiais e métodos, a autora se inscreve em um movimento coletivo, quando iniciativas semelhantes foram tomadas no âmbito da psicologia social, na França, ou, ainda, dos movimentos feministas anteriores a esse período e bem mais intensos, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Depois, seu rápido desenvolvimento na Holanda, Alemanha, Itália, na Espanha e Portugal. Hoje, um movimento mundial ativo como se tem notícia no Canadá, Brasil, Índia e Japão etc.

Para Perrot (2012), partiu-se de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para se chegar a uma narrativa das protagonistas no espaço público da cidade, no trabalho, na política, na guerra, na criação. Nessa “nova” narrativa, as mulheres passam de vítimas a mulheres ativas. Para ela, a história não é mais das mulheres, mas mais especificamente uma história do gênero. Nessa perspectiva, insiste-se nas relações entre os sexos e integra-se a masculinidade.

Os motivos que causaram a exclusão feminina da narrativa histórica apontam os homens como principais responsáveis pelos registros históricos, daí o fato de a política e a

economia estarem sempre no centro dos interesses e as mulheres, pouco ativas nessas áreas devido a questões contextuais, ficariam excluídas das descrições históricas. Tomando partido em defesa das mulheres em sua história, Perrot, mesmo considerando que a afirmação segundo a qual os espaços públicos e privados pertencem a homens e a mulheres, respectivamente, seja falsa, entende que há uma diferença na maneira como esses espaços são ocupados por homens e mulheres.

Abrindo um parêntese para não perder a linha de raciocínio da historiadora, vale mencionar uma pesquisa realizada acerca de como mulheres e homens participam do processo da formulação das ciências e, mais especificamente, de como se dá a participação de mulheres e de homens na Política de Ciência e Tecnologia na Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Nesta pesquisa, Santos (2012) explica que a desigualdade entre os sexos vai além da divisão sexual entre as áreas de formação acadêmica. Mesmo quando homens e mulheres exercem a mesma profissão, os cargos de chefia são assumidos por homens. Para a autora, o campo da Ciência e Tecnologia construiu-se, no ocidente, tendo por base teorias e correntes intelectuais sexistas que legitimaram e reproduziram uma suposta superioridade masculina. Santos (2012) dá destaque aos pensamentos biologicistas como os de Durkheim que, por sua vez, naturalizam a não aptidão feminina para assuntos científicos.

Não se pode perder de vista, porém, que a luta pela libertação das mulheres tinha sido travada muito antes desse período descrito por Perrot. Faz-se referência, aqui, à Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, ocorrida em Copenhague, em 1910, apresentada e discutida em seus detalhes por González (2010) em *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. Inspiradas no exemplo das estadunidenses que, em anos anteriores, tinham organizado o *Woman's Day*, uma mobilização pelo direito ao voto, as mulheres socialistas russas aprovaram a proposta de um dia de luta unificado internacionalmente. O direito ao voto foi, assim, a bandeira central das socialistas, visto que reconheciam nele um instrumento indispensável para que os demais direitos pudessem existir.

Em 1949, Beauvoir também dava sua contribuição para a luta pela transformação do papel destinado à mulher na sociedade capitalista. Muito antes da invenção da categoria de gênero, Beauvoir já dizia que “não se nasce mulher: torna-se mulher”. Com sua célebre obra *O segundo sexo* (1986), a filósofa e feminista francesa analisava as causas da

existência da mulher na história como o “outro”, isto é, como o segundo sexo em relação ao universo masculino.

Estendendo o parêntese aberto há pouco e considerando que a subjetividade de homens e de mulheres não são discursivizadas sempre do mesmo modo nas diferentes cronologias, é oportuno considerar que aos 66 anos da primeira publicação dessa obra, bastante criticada à época, Beauvoir parece reacender a fúria entre os leitores desse enunciado emblemático, mas, desta vez, em território brasileiro, quando uma questão constante do caderno de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aplicada aos candidatos no dia 25 de outubro de 2015, cita sua famosa frase. Enquanto feministas comemoravam a inclusão do tema na prova na página do *Facebook Empodere duas Mulheres*, criada por Maynara Fanucci (2015), em outras redes sociais a filósofa francesa era acusada de nazista e pedófila, segundo informou a *BBC Brasil* de São Paulo em 29 de outubro de 2015³⁴.

O verbete “Beauvoir” teve um salto considerável quanto ao número de visitas³⁵ na *Wikipédia*³⁶. Sua página sofreu vandalismos de toda ordem, o que resultou na restrição de suas edições³⁷. A apresentação inicial descrevendo-a como escritora que havia publicado romances e monografias sobre filosofia, política e sociedade sofreu alteração ao ser acrescida à descrição a menção de que ela não entendia nada de biologia.

Pouco mais de meio século depois das afirmações de Beauvoir, parece que as reflexões e constatações de Santos (2012) elencadas anteriormente ressignificam em 2015. Faz-se referência, aqui, aos pensamentos biologicistas de Durkheim considerados pela autora como responsáveis, juntamente com as correntes sexistas, pela legitimação e reprodução de uma suposta superioridade masculina. Ainda sobre tais constatações, é preciso lembrar que a questão da hierarquia entre os sexos, além de um problema, tornou-se uma complicação a partir da progressão do pensamento liberal, como bem explicou Nunes (2000). Segundo seus estudos acerca da mulher, do masoquismo e da feminilidade:

³⁴ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2015/10/29/enem-simone-de-beauvoir-ganha-acusacoes-de-nazista-e-pedofila-na-wikipedia.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

³⁵ Ver nota anterior.

³⁶ Wikipédia é um projeto de enciclopédia multilivre de licença livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>>. Acesso em: 31 out. 2015.

³⁷ Ao se consultar o verbete “Beauvoir” na Wikipédia e clicar em “ver código-fonte”, o leitor tem a seguinte mensagem: “Esta página está protegida. Apenas pode visualizar o seu conteúdo [alt-shift-e]”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Simone_de_Beauvoir&action=edit>. Acesso em: 31 out. 2015.

[...] Desde Poullain de la Barre, a possibilidade de a mulher poder ser pensada como igual ao homem tornou-se um problema, pois a premissa de uma igualdade sustentava-se na idéia de que todo indivíduo era portador de uma mesma razão. Além disso, o pensamento liberal emergente advogava também que, em função dessa Razão, todos, homens e mulheres, deveriam ser iguais perante a lei. O problema então, era como justificar a dominação da mulher pelo homem, sua exclusão da esfera pública e as diferenças sociais, se todos deveriam ter os mesmos direitos. O século XVIII trouxe então novas 'luzes' sobre o problema; o dilema foi resolvido pela ancoragem da diferença social e cultural dos sexos em uma biologia da incomensurabilidade, a partir da qual homens e mulheres são tratados como radicalmente diferentes. A consequência lógica desse percurso foi que, a partir da idéia de uma diferença biológica 'natural', passou-se a justificar e propor inserções sociais diferentes para os dois sexos. (NUNES, 2000, p. 37).

Frente ao que se viu desde o início desta seção, já se pode identificar rupturas quanto aos saberes sobre a sexualidade dos sujeitos, sobretudo concernentes ao estatuto da mulher, caso seja considerada sua "vitória" com relação ao homem, conforme afirmou *Época*, em dezembro de 2012. Entretanto, afirmar que a mídia equivoca-se ao anunciar uma suposta vitória feminina trairia a própria metodologia de análise assumida nesta pesquisa. Os efeitos de sentido sobre a supremacia feminina estão, de certo modo, postos pelos discursos midiáticos, logo não haveria necessidade de fazer uma revelação a esse respeito. O que interessa, de fato, é interrogar a naturalização dessa supremacia da mulher estabilizada por esses discursos.

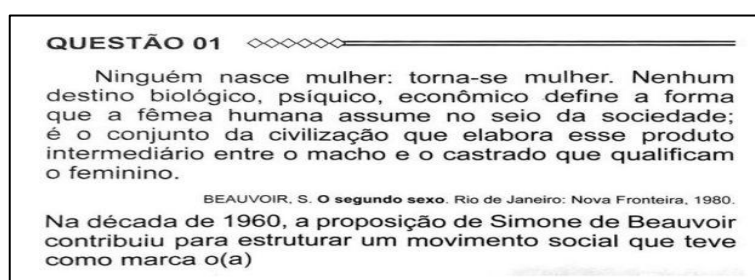
Voltando às reflexões de Foucault (2009), pode-se dizer que os saberes sobre o homem e sobre a mulher constituem o verdadeiro de/e para uma época. Assim, a subjetividade de um e de outro se submete a um confinamento no interior desse verdadeiro. Esses saberes, todavia, são práticas que constroem socio-historicamente, via discurso, subjetividades. Desse processo, a mídia participa ao recolher, organizar e disseminar tais saberes. Conclui-se que não se tratará, aqui, de descaracterizar ou de legitimar os discursos midiáticos pela oposição falsidade/autenticidade, mas se tratará de buscar compreender o modo como isso se dá, ou seja, compreender o modo como as subjetividades são construídas e de compreender a configuração da verdade e o papel político-econômico que ela desempenha (FOUCAULT, 1982).

O que possibilitou, no entanto, que o enunciado de Beauvoir constante na prova do ENEM (2015) pudesse gerar tanta polêmica? Responder-se-á pautado em Foucault (2009), pois ele ensina que não se analisam enunciados considerando que estes estariam em lugar de outros, mas, ao contrário, como estando sempre em seu próprio lugar. Isso significa que

ele só pode ocupar o lugar que lhe pertence, que é seu por direito. Pensando na sua lei de raridade, multiplicam-se os sentidos nele contido, assim como o liberta de uma subjetividade fundadora para deixar falar a exterioridade que o constitui para, enfim, restituir-lhe sua positividade. Nas discussões elencadas na seção 3, viu-se que “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 110). Disso conclui-se que ele deve ser sempre inserido em uma rede de relações, daí seu estatuto de acontecimento. Esse enunciado não pode, sozinho, produzir sentidos.

Para compreender de que modo um enunciado se insere em uma rede de relações, procede-se à leitura do enunciado questão da prova³⁸ do exame tentando compreender não o que ele diz, mas como ele foi dito. O enunciado em questão constitui-se de uma imagem e, portanto, retrato fiel à publicada pelo *site* do MEC.

Figura 1 – Questão do ENEM



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

Para essa questão, a alternativa C, do gabarito publicado no *site* oficial do Ministério da Educação (MEC), foi considerada correta. Segundo ela, a proposição de Beauvoir teve como marca a “organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero” (ENEM, 2015 – Provas e Gabaritos). A questão em pauta está inserida na temática “Ciências Humanas e suas Tecnologias”.

O verdadeiro de uma época é retomado ou transformado no curso da história. Jogos de verdade possibilitam o estabelecimento e a naturalização de certos sentidos na cultura a propósito do dispositivo da sexualidade. Pensando no objeto desta pesquisa, a “guerra dos sexos”, no interior da qual o homem e a mulher ora são vítimas de uma docilização ora de uma virilização compulsórias, entende-se que quem estaria confinado ao silêncio e teria

³⁸ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENEM. Disponível em: <<http://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

sido excluído da história seria o homem e não a mulher. Compreender o efeito de raridade, de exterioridade e de acúmulo desse enunciado permite apreender a positividade do discurso da “guerra dos sexos”.

Conservadores saíram em defesa da regularidade instituída por sociedades patriarcais ao relacionarem o nome de Beauvoir ao nazismo e à pedofilia. Segundo Barifouse (2015), da *BBC Brasil* em São Paulo, vários usuários se manifestaram nas redes sociais dizendo que Beauvoir teria escrito um “livro de estupro”, enquanto outro afirmou que ela teria feito campanha em prol da legalização da pedofilia ou que era antifeminista, conforme um terceiro usuário³⁹. Na contramão, especialistas da vida e da obra de Beauvoir e de Sartre entenderam ser desonesto e inconsequente classificá-la como defensora do nazismo ou da pedofilia⁴⁰.

A polêmica em torno da questão de número 1 do caderno de Ciências Humanas e suas Tecnologias não fere apenas a memória da vida e obra da filósofa francesa. Na rede social *Facebook*, em especial nas páginas *Empodere duas Mulheres* e *Memória Feminista*⁴¹, os usuários dessa rede comemoravam a inclusão da questão sobre gênero em um exame nacional como o ENEM. O enunciado “Pego o caderno primeira questão que eu vejo FEMINISMO. Que delícia manda mais, que os machistas da minha sala vão tudo bombar no Enem”, de autoria de um usuário da rede social, sinaliza a possibilidade de pensar a objetivação e a subjetivação do homem e da mulher contemporâneos ou, este outro: “Tô bombando no ENEM => chorem machistas” e “Olá omi machistinha. Já pensou não passar por minha causa?”, podem atestar essa análise.

Retomando as discussões da seção anterior, segundo as quais haveria uma tradição da história que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal, o acontecimento discursivo desse outubro de 2015 pode ajudar a compreender que um acontecimento singular, em dada sociedade e época, é perpassado pela descontinuidade histórica e jamais fruto de uma continuidade ideal. Como explicou Foucault (2009), um enunciado efetivamente produzido, escrito ou dito, dá margem à leitura, à observação, à

³⁹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_simone_bauvoir_wikipedia_enem_rb>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁴⁰ Djamila Ribeiro é filósofa e integrante da *Simone de Beauvoir Society*. Clarisse Fukelman é professora do Departamento de Comunicação da PUC-SP. Informação disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2015/10/29/enem-simone-de-beauvoir-ganha-acusacoes-de-nazista-e-pedofila-na-wikipedia.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>>. Acesso em: 26 out. 2015 e Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Mem%C3%B3ria-Feminista-673184746158497/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 31 out. 2015.

repetição. Assim, o enunciado dito e escrito por Beauvoir há 66 anos retorna para ser observado, re(lido), repetido, mas já não é o mesmo, visto que todo enunciado é raro, isto é, único. Ele ressignifica em uma época bem demarcada. Ele pode ser agora, datado e localizado.

Por que não somente mulheres, mas também homens reagiram à inserção desse enunciado em uma prova cujo público é composto de jovens com menos de dezoito anos, pelo menos a maioria? Não se sabe se todos esses jovens, de escolas públicas e privadas, leram ou leem Beauvoir. Ignora-se, também, se estão a par das teorias feministas ou se participam das discussões inflamadas sobre gênero, recentemente inseridas nas pautas das câmaras municipais em território nacional. Não é intuito, porém, buscar dados estatísticos que comprovem a preparação ou a falta dela por parte dos candidatos ao exame em questão. Todavia, não se pode fingir não ver o quanto o tema da relação entre os sexos foi abordado em um único exame que se realiza em dois dias em território nacional. Apenas para lembrar que nem se falou ainda sobre o tema da redação desse exame, cuja proposta foi discorrer sobre a persistência da violência contra a mulher. A verdade deve ser compreendida como um regime, já dizia Foucault (1982). É preciso que se entenda, como dito em outros momentos, a configuração da verdade e o papel político-econômico que ela desempenha. Ao modo de Foucault, não se trata de libertar a verdade do poder, uma vez que toda verdade é poder, mas é preciso desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas como, por exemplo, as instituições sociais, econômicas ou culturais, no interior das quais a verdade se produz.

Seguindo esse raciocínio foucaultiano a propósito da verdade, é possível fazer aparecer o modo como os sujeitos postos em “guerra” vão se constituído ética e moralmente na trama histórica, uma vez que não se produz verdade(s) sem a constituição de subjetividades. Voltando à metáfora do mito da caverna de Platão, os discursos midiáticos podem representar a realidade, mas não dão conta da própria realidade. É nas formas diferentes pelas quais o masculino e o feminino são imaginados e, depois, representados, que reside a diferença entre uma subjetividade e outra. Voltando ao leque de possibilidades disponíveis aos sujeitos, o homem e a mulher apropriam-se dessa(s) verdade(s), para nela(s) se reconhecerem, o que, inevitavelmente, causa impacto nos sujeitos homens e mulheres. Não somente feministas, mas mulheres comuns comemoraram o fato de a temática da relação entre os sexos, mas mais especificamente da mulher, ter sido retomada. Nas (micro) lutas dos discursos, sujeitos se digladiam para vencer batalhas.

E se fala da verdade. É essa verdade estratégica que lhe permite conseguir a vitória. Mais uma vitória das mulheres... Será?

Sob que condições, todavia, discursos conservadores puderam emergir para reclamar a ordem instituída, que agora se vê ameaçada por discursos que lhe são contrários como, por exemplo, discursos segundo os quais é papel da escola apresentar, discutir e instruir sujeitos sobre sua sexualidade a partir da ideologia de gêneros? O que possibilitou que enunciados como o da feminista Beauvoir retornassem para reativar a discussão? A própria história encarrega-se de responder a essas questões. Mas, considerando que não há enunciado neutro, livre ou independente porque ele sempre é parte de um conjunto, de uma série, isto é, sempre parte integrante de um jogo enunciativo, vale frisar que os enunciados tanto de conservadores quanto os enunciados como os de Beauvoir puderam emergir ou retornar graças à possibilidade que todo enunciado tem de se ligar a uma memória e de reatualizar outros enunciados. Ligar-se a uma memória não significa estar preso a um dado contexto, entendido como uma situação imediata que permitiu que algo fosse dito ou escrito. Ligar-se a uma memória tem a ver com a busca, na história, dos saberes que apareceram em dado momento, se repetiram, se transformaram, sobre determinado objeto, enfim, para dar visibilidade às condições de possibilidade sob as quais um enunciado pôde ser formulado e não outro em seu lugar.

O ano de 2015 não é um ano comum do ponto de vista político, social e econômico no Brasil. Noticiários não só nacionais, mas internacionais, dão conta de uma suposta crise geral. Em meio à crise, cada setor tenta sobreviver como pode. No âmbito da educação, em meio a greves e massacres ocorridos em vários estados brasileiros por conta de descontentamentos de toda ordem por parte de técnicos e de professores do setor público, políticas de reformas, sobretudo no campo da supervalorização da diversidade sexual, étnica e racial, não cessam de aparecer.

Segundo informou o MEC em uma nota técnica de 17 de agosto de 2015, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n. 13. 005, de 25 de junho de 2014) pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, iniciaram o processo de construção de seus planos de educação correspondentes. Diante do leque de temas debatidos, ganharam maior visibilidade os projetos que visavam a inserir questões de gênero e de orientação sexual nos respectivos planos de educação.

Ao se reportar à dimensão de gênero e de orientação sexual no âmbito educacional, autores dessa nota técnica explicam que a escola organiza seu currículo ancorado em conceitos heteronormativos, o que significa dizer que se segue a cartilha de comportamentos instituídos para meninos e para meninas sem levar em conta a diversidade de desejos, de relações sexuais e de afetividades. Disso decorre que a disposição de meninos e de meninas em algumas salas de aula seja milimetricamente pensada, que as expectativas de professores e de pedagogos com relação a alunos e alunas são distintas, que a tolerância da violência física ou verbal entre os meninos quase nunca ocorre quando se trata de meninas, que a abordagem da sexualidade pelo livro didático é quase que exclusivamente biológica, assim como as representações heteronormativas de homens e de mulheres nos manuais didáticos de literatura e de história, por exemplo. Tudo isso evidencia o quanto a escola já ensina aos sujeitos da educação sobre o que é ser homem, o que é ser mulher, o que é família, o que é sexo, enfim. Entretanto, fugir à norma é transgredir as expectativas hegemônicas de gênero.

Importa ressaltar, porém, que nem sempre as formas de discriminações são de responsabilidade do currículo escolar e de suas diretrizes, pois há modelos de comportamentos atribuídos historicamente a homens e mulheres que não são instituídos por diretriz pedagógica alguma, uma vez que cada profissional traz consigo suas representações sobre a masculinidade e a feminilidade, desencadeando uma série de desdobramentos em sua forma de trabalhar o currículo. Isso atesta, também, a forma de análise escolhida aqui, pois se aprendeu com Foucault que embora as instituições sejam importantes para a organização das relações de poder, deve-se buscar o ponto de apoio dessas relações, entretanto, fora das instituições. Dito de outro modo, não se deve, ingenuamente, culpabilizar única e exclusivamente as instituições como a escola e seu currículo pelo exercício do poder, uma vez que se deve considerar, ainda, a liberdade que lhe é constitutiva.

As recomendações do MEC, nessa nota técnica, apontam para estratégias segundo as quais todas as formas de discriminação devem ser rechaçadas do espaço escolar. Reconhecem que tratar da dimensão do gênero e da orientação sexual é imprescindível para a compreensão das desigualdades históricas entre homens e mulheres, além da compreensão e do enfrentamento que ela engendra, das formas de discriminação e de violência com relação ao machismo, ao sexismo, à homofobia, ao racismo e à transfobia.

Recuando pouco mais de um ano antes da nota técnica ser expedida pelo MEC, mais precisamente em junho de 2014, a redação do inciso III, no artigo 2, o qual trata das diretrizes do PNE de 2014, diz:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (BRASIL, 2014, p. 2).

A redação anterior, entretanto, reprovada pelo Poder Legislativo, dizia:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, e na garantia de acessibilidade. (FERREIRA, 2015, p. 2).

Saindo do âmbito do Distrito Federal chega-se a Maringá, cidade do interior do Paraná, onde o PME foi aprovado com ressalvas, isto é, tendo parte de sua redação alterada. A lei n. 10.024 aprovada pela Câmara Municipal de Maringá e sancionada pelo Prefeito então em exercício, Carlos Roberto Pupin, entrou em vigor a partir da data de sua publicação, 22 de junho de 2015. Em votação na câmara no dia 16 de junho de 2015, o Projeto de Lei que visava à inclusão da “ideologia de gênero” no referido PME foi vivamente rechaçado. Aplaudido por uma grande parcela da comunidade, o então vereador maringaense, Luciano Brito (2015), defensor da família convencional, já estabilizada sobre bases patriarcais e, portanto, contrário ao projeto, parabenizou, por meio de seu *blog* os conservadores de plantão.

Com discursos inflamados em apologia à virilização do homem, do *macho*, e com debates de cunho religioso, justificados pelo determinismo biológico, a maioria presente na câmara disse não à inserção das metas 15 e 16, cujas estratégias tratam da dimensão do gênero e da orientação sexual. Quanto à meta 15, não foi possível acesso à sua redação original, antes da aprovação. Já quanto à meta 16, mais precisamente 16.9, lia-se:

16.9) Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado, Município e IES, a formação inicial e continuada dos profissionais de instituições de Educação Básica, em todas as modalidades de ensino, promovendo a educação das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, indígena e cigana, a educação das relações de

gênero e diversidade sexual, dos direitos humanos e a educação do campo⁴².

No referido PME, aprovado em 22 de junho de 2015, lê-se:

16.9) Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado, Município e IES, a formação inicial e continuada dos profissionais de instituições de Educação Básica, em todas as modalidades de ensino, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, as necessidades das pessoas com deficiência, os direitos humanos e a educação do campo⁴³;

Graças a esses enunciados, historicamente datados e localizados, não só enunciados como o de Beauvoir, mas outros puderam instaurar ou transformar verdades instituídas. Em um momento em que políticos se digladiam no intuito de, supostamente, reestabelecer a ordem nacional, principalmente no âmbito da educação, nada mais oportuno que tais temáticas sejam destaque.

Embora a luta pela libertação das mulheres tenha sido travada há muito, como se viu, é na chamada segunda onda do feminismo, todavia, que se destaca a proposta da autonomia das mulheres e a almejada igualdade no âmbito das relações pessoais e do exercício da sexualidade. Ocorrem aí duras críticas aos modelos tradicionais de família e insiste-se na importância do controle sobre a reprodução. Faria, da *Sempreviva Organização Feminista* (2012 apud PERROT, 2012, p. 12), chama a atenção para o fato de que duas lógicas aparentemente contraditórias se complementam. Houve, ao mesmo tempo, um esforço de colocar a mulher no mercado de trabalho e um reforço de seu lugar na família. O movimento sindical, predominantemente masculino, sustentou e reforçou o papel da família operária e o lugar ideal da mulher, isto é, no lar como mãe de família. A constatação de Faria faz lembrar um enunciado publicado por *Época* em 2012, segundo o qual “Há uma barreira natural à evolução profissional das mulheres: a maternidade. [...] As mulheres avançam no mercado de trabalho, mas nem por isso conseguem apoio para cuidar das crianças.”. Dentro dessa lógica, entende-se porque, durante décadas, foi natural que mulheres fossem demitidas ao se casarem. Para Faria, tais mecanismos de controle da exploração dos trabalhadores, principalmente das mulheres, favorecem trabalhadores do sexo masculino e reforçam, com isso, a desigualdade entre mulheres e homens.

⁴² Disponível em: <<http://lucianobrito.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

⁴³ Disponível em: <<http://www.cmm.pr.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

Ainda na apresentação do prefácio dessa obra, Faria enfatiza que é preciso refletir sobre o que é constitutivo da luta feminina, isto é, a afirmação da autonomia e da soberania das mulheres e a igualdade entre os sexos como parte fundamental de todos os processos de transformação, devendo ser esse o lugar do 8 de março. Na contramão, entretanto, em particular após os anos 1980, os meios de comunicação, assim como instituições e empresas tentam transformar o Dia Internacional das Mulheres em um evento comercial como um dia em que mulheres “precisam” receber flores, homenagens, presentes etc. Parece que há, segundo Faria, até mesmo uma investida antifeminista ao se questionar se existe ou se ainda é necessário a busca pela igualdade quando as mulheres já conquistaram boa parte ou tudo do que reivindicam. Dizem, ainda, que é preciso um combate aos exageros feministas para que a mulher não perca a feminilidade.

As reflexões de Faria abrem a possibilidade para pensar que se tem aí uma tentativa de “docilização” da mulher que tem, agora, seu posto de “sexo frágil” ameaçado em razão de suas conquistas. Quanto à investida antifeminista descrita por ela, discursos mais recentes dão conta de que “As mulheres já garantiram seu espaço e estão por cima [...] o homem é que passou a reivindicar o seu lugar”, afirmou Sílvio de Abreu (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012, p. 74). No ano seguinte, a mesma revista anuncia que “Elas chegaram ao comando da família, das empresas, do país. Aos homens, cabe inventar para si mesmos uma nova identidade, que permita acompanhá-las”. Há quem diga, entretanto, que o movimento feminista, surgido com ímpeto no final da década de 1960, teve seu auge entre 1970 e 1980, mas iniciou um retrocesso a partir de então, como analisou Bauer (2001) ao traçar uma *Breve história da mulher no mundo ocidental*.

Esses discursos, isto é, efeitos de instituições, acerca da mulher, têm seus pontos de origem múltiplos e difusos como se observou. Se a mulher estava fadada à obscuridade e ao silêncio, como postulou Perrot (2012), ou era considerada o segundo sexo em relação ao homem, como analisou Beauvoir (1986), parece, entretanto, que ao final das contas, a mulher tem sido exaustivamente discutida. Mesmo que a história tenha sido escrita pela ótica masculina, o homem não parece ter sido objeto dessa mesma história, visto que apenas recentemente se tem notícias de um “novo” homem sendo configurado pelos discursos midiáticos, conforme conclusões de estudos apontadas na primeira parte deste trabalho.

Todavia, como lembrou Bonácio (2009), embora a mídia caminhe para a homogeneização dos discursos, segundo os quais há um novo homem, esses discursos não

são endereçados a todo e qualquer sujeito, mas, em especial, àquele que pode render lucros a ela e às empresas que a patrocinam. De qualquer modo, cria-se, aos poucos, um arquivo que delinea a subjetividade desse sujeito, objetivando e subjetivando-o.

Essas considerações iniciais ajudam a perceber como a relação entre os sexos foram e vem sendo construídas historicamente. No entanto, percebe-se, também, que a discussão sobre a mulher foi e é realizada sobremaneira, seja para mostrá-la como ser inferior ao homem nos diversos âmbitos, seja para mostrar suas conquistas, principalmente no campo do trabalho. Como a escrita de um não pode ser inteligível sem a escrita do outro, sempre se falará do homem em relação à mulher e da mulher em relação ao homem. Nas subseções seguintes, buscar-se-á compreender como nas narrativas históricas acerca do homem e da mulher, ambos são objetivados e subjetivados, ora vítima de uma docilização ora de uma virilização compulsórias.

4.1 DO MUNDO DE DOIS SEXOS

Se por um lado, o homem pode ser considerado vilão e dominador do sexo frágil, por outro lado, houve tempos em que a mulher foi considerada causa de todos os males. Somente no deserto os homens estariam a salvo das tentações e, especialmente, das mulheres, sugeria Santo Agostinho (CATTONE, 1994). Essa imagem ameaçadora, concebida pelo cristianismo primitivo, sobrevive durante toda a Idade Média, passando pelo Renascimento, indo até o século XVII. O cristianismo, maior responsável pela construção da mulher maléfica, instituiu uma relação entre a feminilidade, o sexo e o mal. Nessa perspectiva, a mulher era traiçoeira, pois lançava os homens uns contra os outros, semeando luxúria e ciúmes. A partir da crença de seu surgimento da “costela de Adão”, “[...] a mulher passa a corporificar a corrupção material associada à carne” (NUNES, 2000, p. 22).

Concebida, então, como filha e herdeira de Eva, cria-se que ela era inerentemente inferior, não apenas fonte do pecado original, mas também um instrumento do diabo por ter sucumbido à tentação. Conforme Nunes (2000), o clero, mesmo devendo pensar a humanidade, a sociedade e a Igreja, incluindo aí orientações no plano da salvação, distanciava-se das mulheres, enclausurado que estavam no universo masculino em prol do

celibato e, portanto, de uma vida imaculada. Distanciava-se, enfim, da portadora do mal e da morte, tendo como única imagem salvadora a da Virgem Mãe, esta, inacessível às “Evas mortais”. O que se tinha até aqui é uma inferioridade contra a qual é inútil lutar, visto que a mulher era tida como naturalmente inferior ao homem, já que somente graças a ele pôde vir a existir.

No âmbito da razão, há quem diga que a ciência e a filosofia, por exemplo, não lhe são compatíveis. Entretanto, Nunes (2000) retoma dados de estudos como o do filósofo de la Barre que, ancorado em preceitos cartesianos, para os quais a razão independe do corpo, postulava a possibilidade de igualdade, ao menos intelectual, entre os dois sexos. Para ele, a vocação das mulheres à maternidade é uma superioridade moral, pois do contrário, não se lhe atribuiria uma responsabilidade tão grande como a maternidade a um ser tão desqualificado. Seria preciso a chegada do novo século, todavia, para que a imagem diabólica da mulher começasse a mudar. Transformam-na em um ser sensato e indulgente. Finalmente, Eva, sem espaço para sê-lo, dá lugar à Maria.

O novo perfil feminino, surpresa nenhuma, traz em seu bojo mudanças na forma de pensar o perfil masculino. Diferenças entre homens e mulheres passam, assim, a ser vinculadas à diferença sexual, diferentemente do que se fazia em períodos anteriores ao século XVIII. O segundo sexo, de que falava Beauvoir (1986), parece ser fruto de um período bem anterior à sua existência, período em que a mulher é percebida como um *homem incompleto*, pensamento que dominou o Ocidente da Antiguidade tardia à Renascença. A teoria dos humores de Aristóteles e de Galeno e a descrição judaico-cristã formam dois sistemas que alicerçam tal pensamento.

Nesta passagem, descrita por Foucault (1985) quando de sua interpretação das análises de Galeno a propósito dos *aphrodisia* no tratado *Do uso das partes*, compreende-se a teoria dos humores relacionada à diferença sexual:

[...] para ele como para toda uma tradição filosófica, é na falta de eternidade que se enraíza a necessidade da separação dos sexos, a intensidade de sua atração recíproca e a possibilidade da geração. [...] ‘vire para fora as partes da mulher, vire e volte para dentro as do homem, e encontrareis a ambas muito semelhantes’. Ele supõe a emissão de esperma da mulher como no homem, a diferença consistindo em que a elaboração desse humor é menos perfeita e menos completa na mulher: o que explica seu papel menor na formação do embrião. (FOUCAULT, 1985, p. 110-112).

As análises de Galeno inserem-se na temática antiga das relações entre morte, imortalidade e reprodução. A questão da extensão do caráter sexual para além da reprodução ficou fadada a um longo silêncio, do século XVII ao início do século XVIII, por parte de filósofos e de anatomistas, quando finalmente o silêncio rompido deu lugar a questionamentos, o que resultou em uma nova forma de pensar a diferença sexual. Nessa nova forma, tal diferença é considerada determinante do caráter de homens e de mulheres.

O período da Renascença, citado há pouco, é marcado pela escrita de vários textos em que se sublinham o masculino ao confrontar “[...] a masculinidade à questão da impotência como à percepção do poder e o lugar das mulheres na sociedade” (KRITZMAN, 2013, p. 217). Ao transpor a formulação de Beauvoir para quem não se nasce, mas torna-se homem ou mulher, Kritzman (2013) enfatiza que a virilidade não é um efeito comandado pelo corpo, mas é uma construção social e um fenômeno psicológico, os quais dão acesso à virilidade.

Toda mudança, porém, pressupõe não só transformações positivas de cunho social e/ou político como também pressupõe, muitas vezes, problemas. A par da diferença, aparece a problemática da complementaridade. Concomitante às transformações que tiveram como maior motivador a necessidade política de construção de novas realidades sociais para homens e mulheres, a questão feminina torna-se objeto a ser estudado, controlado, investigado. No furor dessas transformações, descobre-se que Rousseau, ele próprio, foi um dos maiores responsáveis por instituir a lei da complementaridade ao pressupor divisões de papéis diferentes e complementares para os dois sexos. Desde então, a esfera doméstica ficaria a cargo das mulheres, enquanto que a esfera pública se configuraria como espaço de atuação dos homens.

Contrariando sua proposta de igualdade universal, Rousseau negou às mulheres o estatuto de cidadã, mas não deixava de valorizá-las ao atribuir-lhes a perfeição. Perfeição, porém, quanto às suas características morais e biológicas condizentes com as funções maternas e com a vida doméstica, sob o argumento de que isso não era uma imposição social, mas um desígnio da natureza. Ideais eternizados em *Emilio*, quando Rousseau apregoava que “Sem mãe, não há filho”. (ROUSSEAU, 1995, p. 22). O pai é dispensável, caso se resolva desconsiderar esse determinismo biológico? A essa pergunta, o próprio filósofo respondeu: “Se as mulheres voltarem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos” (ROUSSEAU, 1995, p. 21).

A propósito da mulher como objeto a ser estudado, investigado ou controlado, reporta-se, mais uma vez, a Foucault (1988) quando explica que é possível distinguir, a partir do século XVIII, quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos específicos de saber e de poder sobre o sexo. Primeiro a partir da histerização do corpo da mulher, depois da pedagogização do sexo da criança, seguido da socialização das condutas de procriação para, enfim, das análises clínicas das anomalias com intuito de normalizá-las e de patologizá-las quando da psiquiatrização do prazer perverso. Assim, ao lado da mulher histórica, outras três figuras tornam-se objetos privilegiados de saber, a criança masturbadora, o casal malthusiano⁴⁴ e o adulto perverso, estando aí, homens, mulheres e crianças implicados.

No campo do prazer, é ainda no século XVIII, a partir de pesquisas no campo da biologia com relação às diferenças fundamentais entre os sexos, que o prazer feminino entraria em pauta, conforme explica Nunes (2000). Para o pensamento ocidental, a necessidade do prazer feminino para a reprodução era inquestionável, até que, ao final desse século, a ciência médica deixa de dar relevância ao orgasmo feminino para a reprodução em prol da ideia, segundo a qual, o homem estaria mais ligado ao sexo e a mulher à maternidade e ao afeto.

Encetar as conclusões que cobrem esse período torna-se tarefa complexa, no entanto é possível depreender dele que, para Rousseau, a razão nunca será compatível a homens e mulheres, como requerem os cartesianos. Voltando à relação de complementaridade, cabe à mulher, segundo esse pensador, criar condições favoráveis ao homem para que construa seu saber. O século das Luzes desenha, assim, um perfil de feminilidade cujas características principais de sua essência são doçura, amor, fragilidade, passividade e subserviência.

Já no século XXI, em entrevista à revista *Caras*, de abril de 2014 (ver anexo), o jogador Conca, ao responder sobre o sucesso do homem ser atribuído à mulher, conforme o ditado popular segundo o qual *há sempre uma grande mulher por trás de um grande homem*, afirma que é muito importante para ele ter uma mulher que cuida de tudo em casa: “Com certeza. Paula é dedicada. Se preocupa com tudo em casa [...]. Ela poderia muito

⁴⁴ Ao discorrer sobre os quatro conjuntos estratégicos para desenvolvimento de saber e poder sobre o sexo de homens e mulheres, Foucault (1988) faz alusão à teoria de regulação populacional de Thomas Robert Malthus. Sobre sua teoria ver *Ensaio sobre o princípio da população* (1999).

bem ficar sem fazer nada [...]”. Apenas para mostrar que os ideais rousseauianos podem estar bem vivos nos dias atuais.

Embora estudos sobre as diferenças sexuais tenham ganhado força no século XIX, a ideia de uma diferença de essência permanece sobre bases indissolúveis. A problemática agora se configura por um caminho ambíguo: uma dupla imagem feminina. A mulher frágil, dócil e essencialmente passiva preconizada pelo filósofo Rousseau ou a “mulher nervosa” descrita por Foucault (1988) caminham a passos firmes ao lado daquela descrita pelos ideais cristãos, cuja organização física e moral, dotada de um excesso sexual que deve ser controlado, são suas características principais. Nesse século, anatomistas a classificavam como o ser mais ínfimo na cadeia da evolução, ao lado das crianças e dos povos primitivos. A ideia de que a mulher foi feita para ter filhos e criá-los é reforçada, assim como se reforçou a lei da complementaridade entre homens e mulheres. A figura, por excelência, da feminilidade desse século é a bailarina: etérea, desencarnada, assexuada.

Entretanto, o estatuto de cidadã negado às mulheres por Rousseau lhes foi restituído, graças ao momento histórico próprio ao século XIX. Conforme Perrot (2012), a perspectiva de vida das mulheres se alterou, principalmente quando de sua participação na vida pública, mudança que já vinha ocorrendo desde o século anterior. Nesse contexto nasce o feminismo, discutido anteriormente.

Teriam-se notícias do homem a esta altura? Sim! As atividades da esfera pública estavam ao seu cargo, visto que nessa esfera tudo se origina da abstração e do conceito. Sob argumentos complementaristas, remove-se as mulheres da vida pública e da competição com o homem. A mulher-mãe é colocada em um pedestal, é santificada, nunca antes tão valorizada! O filósofo Michelet, explica Nunes (2000), convoca os homens ao matrimônio para que isso os transformem em um novo padrão de masculinidade. Só a mulher seria capaz de temperar a rudeza do homem e de adoçar seu caráter. Considerada pela medicina a pedra angular do equilíbrio familiar, a mulher é supervalorizada como aquela que iria educar os filhos e transformar os homens.

Teria-se aí, talvez se possa antecipar, a primeira vitória das mulheres com relação ao homem, haja vista que a redenção deles estaria em suas mãos. Talvez aí possam estar localizadas, também, as primeiras tentativas de docilização do homem.

Os ideais de Michelet, os discursos da medicina e os ideais cristãos, formam, por assim dizer, um dispositivo de regulação da mulher, pois considerada redentora e beatificada, ela deve ser controlada e entender que o corpo é o maior inimigo da alma, um

obstáculo no caminho da salvação. Se se fizer um recuo, lembrar-se-á de que o cristianismo primitivo acusava a mulher de corporificar a corrupção material associada à carne; já no século XIX ela é assexuada. O prazer feminino, antes fundamental para a reprodução, agora é rechaçado por um discurso científico que prega a não necessidade do prazer feminino para a fecundação.

Quanto ao homem, Foucault (1984a) ao tratar dos usos dos prazeres, faz, a partir de três textos, uma descrição pormenorizada de três políticas da temperança quanto à moderação sexual exigida do homem pelo casamento. Embora distintos um do outro, os textos parecem marcar uma exigência que se aproxima daquilo que se poderia chamar o princípio de “duplo monopólio sexual”. Assim, a atividade sexual encontraria lugar somente na relação conjugal, relação na qual o marido, assim como sua esposa, aparecem como obrigados a obterem prazer somente entre si. O casamento, nessa perspectiva, é definido como lugar exclusivo da relação sexual moralmente aceita. Quanto às “Leis” platônicas, há uma regulamentação coercitiva que prescreve a idade ideal para o casamento no caso dos homens, entre 25 e 30 anos, para que se faça filho nas melhores condições, assim como prescreve a relação exclusiva entre os cônjuges e com ninguém mais.

Nesse dispositivo grego, feito por homens e para homens, nada é dito sobre a conduta da mulher sob o pressuposto de que suas regras são conhecidas e de que é sobre o homem e sua maneira de agir que está em jogo. Nessa relação dual, e mesmo paradoxal, o dispositivo da sexualidade se superpõe ao da aliança sem, com isso, reduzir sua importância. Enquanto no primeiro destacam-se, dentre seus principais objetivos, o vínculo matrimonial entre parceiros e a fixação e desenvolvimento de parentescos e, por conseguinte, de transmissão de nome e de bens, no segundo o que conta são as sensações do corpo, a natureza e qualidade dos prazeres. Ambos, todavia, dispositivo da aliança e dispositivo da sexualidade, articulam-se com a economia graças ao seu papel desempenhado para transmissão de riquezas em um e à articulação com o corpo que produz e consome, no outro. Enquanto no primeiro o olhar está voltado para o reproduzir, no segundo esse olhar volta-se para o proliferar, marcar os corpos e o controle das populações.

Para as mulheres, suas relações sexuais devem ser mantidas sob um rígido controle. Nunes (2000) informa, de acordo com relatos médicos do século XIX, que o período sexualmente ativo das mulheres se dá entre os 21 e os 35 anos, estando o ato sexual interdito fora desse período. Deve-se evitá-lo, também, na gravidez, durante os ciclos

menstruais, quando do puerpério e do aleitamento. No período de climatério recomenda-se, no entanto, que a atividade sexual seja abandonada definitivamente. A alimentação não foge a essa política de temperança para as mulheres. Sua alimentação deve ser suave e pouco excitante para que sua sexualidade não seja despertada. Vinho, café ou carnes sangrentas podem ser bons para os homens, mas não para as mulheres, pois a ingestão pode causar-lhes estados de violência, de vulgaridade ou mesmo de perturbação.

Voltando ao campo do sexo, uma das metas da educação das jovens era evitar o desenvolvimento inadequado de um apetite sexual. Em lugar do instinto sexual, busca-se produzir o instinto materno. Para tanto, recomenda-se para a adolescente a criação de um animal, como um gato, por exemplo. Quando mais velha, pode participar da educação de uma criança. A boneca chega com força total nesse período e foi considerada por Michelet uma maneira de aprender a ser mãe e um instrumento capaz de desenvolver a habilidade de amar.

Um paradoxo, entretanto, paira sobre o século XIX. Se a mulher está para a natureza e o homem está para a arte e a ciência, por que o homem seria rude e desprovido de afeto? Se o século XIX condenou a mulher à vida privada devendo, por uma ordem natural, criar filhos e cuidar de seu marido, pergunta-se, novamente, por que o homem se tornou tão rude se sua criação foi inteiramente realizada pela redentora, passiva, frágil e doce mulher? De onde viria essa rudeza? Pode-se indagar, ainda, a respeito do casamento, pois se somente ele poderia garantir à mulher a proteção de que tanto precisa, por que seria necessário docilizar o sexo forte que está ali justamente para lhe garantir proteção? Se a natureza, esse princípio normativo, advoga que cada sexo tem sua especificidade e seu lugar no mundo, como preconizava o “grande” filósofo Rousseau, e se, a dependência do sexo frágil em relação ao seu oposto é condição natural, por que esse mesmo filósofo fez prescrições severas no tocante à educação das meninas? Disciplinar seu corpo, seus sentimentos e seus desejos para que seu caráter dócil, passivo e subserviente estivesse a salvo, como se vê nesta passagem:

Justificai sempre os trabalhos que impondes às meninas, mas não deixeis de impô-los. O ócio e a indocilidade são os dois defeitos mais perigosos para elas, e os de cura mais difícil uma vez que os tenham adquirido. As meninas devem ser vigilantes e laboriosas; não é só isso: elas devem ser incomodadas cedo. Essa infelicidade, se é que se trata de uma infelicidade, é inseparável de seu sexo, e nunca se livrarão dela, a não ser para sofrer outras muito mais cruéis. Serão durante toda a vida sujeitas aos incômodos mais contínuos e mais severos, que são os da

conveniência. Devemos treiná-las primeiro para as coisas obrigatórias, para que nunca lhes custem; devemos ensiná-las a domar todas as suas fantasias, para submetê-las às vontades de outrem. Se quisessem trabalhar sempre, deveríamos às vezes forçá-las a nada fazer. A dissipação, a frivolidade, a inconstância são os defeitos que nascem facilmente de seus primeiros gostos corrompidos e sempre satisfeitos. Para prevenir esse defeito, ensinaí-as principalmente a vencerem a si mesmas. Nas nossas loucas instituições, a vida da mulher de bem é uma luta perpétua contra si mesma, e é justo que a mulher compartilhe o sofrimento pelos males que nos causou (ROUSSEAU, 1995, p. 509).

Os homens não teriam escapado à “rigidez” rousseauiana. Quando de sua extensa descrição a propósito da escolha de uma profissão para *Emílio*, sob a justificativa de que o trabalho é um dever indispensável ao homem social, afirmou:

Dai ao homem um ofício que convenha a seu sexo e ao jovem um ofício que convenha à sua idade; toda profissão sedentária e caseira, que efemina e amolece o corpo não lhe agrada nem lhe convém. Nunca um jovem rapaz aspirou a ser alfaiate; é preciso ter arte para levar a esse ofício de mulheres o sexo para o qual ele não foi feito. A agulha e a espada não poderiam ser manejadas pelas mesmas mãos. Se eu fosse rei, só permitiria a costura e os ofícios de agulha às mulheres e aos coxos reduzidos a trabalhar como elas. Ao supor que os eunucos são necessários, acho os orientais muito loucos por fazê-los propositalmente. Por que não se contentam com os que a natureza fez, com as multidões de homens covardes cujo coração ela mutilou? Teriam o suficiente, aliás, para o necessário. Todo homem fraco, delicado, temeroso, é condenado por ela à vida sedentária; é feito para viver com as mulheres ou à maneira delas. Que exerça alguma profissão que lhes seja própria, muito bem; e, se forem absolutamente necessários verdadeiros eunucos, que se reduzam a tal estado os homens que desonram seu sexo exercendo empregos que não lhes convêm. Sua escolha anuncia o erro da natureza; corrija tal erro de uma maneira ou de outra, e só tereis feito o bem. Proíbo ao meu aluno os ofícios insalubres, mas não os ofícios penosos, nem mesmo os ofícios perigosos. Eles exercitam ao mesmo tempo a força e a coragem; são próprios unicamente para os homens; as mulheres não os pretendem; como é que eles não têm vergonha de se intrometer nos que elas fazem? (ROUSSEAU, 1995, p. 256-257).

De qualquer modo seria um ledô engano e uma ingenuidade imputar-lhe a construção do mundo de dois sexos no qual as leis da complementaridade, da essência e, por consequência, do determinismo biológico criariam a fatal incompatibilidade entre o homem e a mulher, seja física, moral ou intelectual. Retomando Foucault (2009), para quem os discursos não se formam no fundo confuso das ideias, mas, ao contrário, sua emergência é possibilitada por outros enunciados que tratam do mesmo objeto, ainda que

dispersos, compreende-se queé justamente nessa dispersão, no tempo e no espaço, que se buscam a “ruptura acontecimental”; os estilhaços da(s) história(s), enfim, para fazer aparecer certa regularidade a partir da qual se confugura um acontecimento discursivo.

4.2 DO FALOCENTRISMO E DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

A regularidade mencionada há pouco faz referência a um suposto discurso heteronormativo que permeia a sociedade brasileira segundo o qual a relação entre os sexos construiu-se sobre bases heterossexuais e falocêntricas. Advindo de uma concepção equivocada de sexo, o discurso heteronormativo naturaliza as categorias de masculino e de feminino, ancorado em um determinismo biológico (BUTLER, 2012). Como consequência, a trama histórica na qual a mulher, pedra angular do equilíbrio familiar, constitui figura central para a instituição da naturalização de que o filho lhe pertence, quase que exclusivamente, sobrevive neste século, em que pese seu declínio desencadeado pelo programa do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, intitulado *Pai Presente*, iniciado a partir de 06 de agosto de 2010, e pela lei 13058/2014 da GC, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 22 de dezembro de 2014.

Tão somente neste quase um quarto de século se veria restituir um direito, há muito, privado ao homem. Um avanço concernente aos direitos do sujeito masculino. Conquanto grande parcela ignore o programa e a lei, tais iniciativas como as mencionadas desencadeiam polêmicas de toda ordem e dividem opiniões de especialistas no assunto. Estaria aí localizada uma ruptura acontecimental? Demasiado cedo para afirmar que sim!

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em estatísticas do Registro Civil de 2013, em casos de pais separados, 85, 07% dos filhos restam com suas mães e apenas 5, 35% com o pai, restando ao regime de GC uma ínfima parcela de 7, 73%, como informou o IBGE⁴⁵, no referido ano. A advogada Gladys Maluf Chamma, especialista em direito de família⁴⁶, explica que a luta de homens que almejam estar mais presentes na vida do filho tem sido incansável, uma vez que a guarda materna é quase “natural”. De acordo com Lima (2007), a GC já é definida em lei desde 2008.

⁴⁵ Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/guarda-compartilhada-o-que-muda-com-a-nova-lei/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

⁴⁶ Ver nota anterior.

Entretanto, sua baixa adesão se deve à confusão com a Guarda Alternada (GA), explica a autora. Desse modo, em 2014, os artigos 1583, 1584, 1585 e 1634 da Lei 10. 406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)⁴⁷, são alterados a fim de estabelecerem o significado da referida expressão bem como dispor sobre sua aplicação. Sobre as GA e GC, a autora explica que, herdadas da tradição patriarcal, as modalidades de guarda dos filhos conhecidas como Única ou Unilateral, Dividida, Uniparental, Material ou Exclusiva, elas passam a entrar em declínio com as mudanças de paradigmas ocorridas no Direito de Família (LIMA, 2007). Diante disso, surgem as novas modalidades como a GA e a GC. A confusão entre ambas, porém, se dá pela semelhança que elas guardam em alguns aspectos e, assim, acabam por gerar conflitos quando da separação do casal. Lima (2007) explica que enquanto a modalidade GA se caracteriza pela residência do menor na casa de ambos os genitores, alternadamente, por períodos de dias, semanas, meses e até anos, na GC não se compartilha a guarda, mas compartilha-se o exercício da autoridade parental. Assim, o menor residirá com um dos genitores.

Pautada nos princípios constitucionais “do melhor interesse da criança”⁴⁸, a GC acaba por privilegiar também o pai que, segundo estudos, transita entre novos valores e os já consolidados na sociedade brasileira. Para Gomes e Resende (2004), a figura do pai se depara com a demanda subjetiva advinda da exigência de revisão de seu papel no mundo contemporâneo. Consoante a essa ideia, Lima (2007) explica que em sua trajetória a família evoluiu da era da colônia à contemporaneidade, passando do modelo patriarcal, hierarquizado e patrimonializado para chegar a uma concepção eudemonista nos dias atuais. A questão da evolução da família, todavia, não é algo neutro ou algo natural dentro de um curso de história que segue uma continuidade ideal, como poderiam supor os mais desavisados. A sexualidade, entendida como um ponto de passagem denso pelas relações de poder entre homens e mulheres, jovens e velhos, pais e filhos, entre educadores e alunos, torna-se um instrumento no qual se apoiam e se articulam as mais variadas estratégias (FOUCAULT, 1988). Com isso, entende-se que a redução do sexo à função unicamente reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta, tendo o casamento como único lugar legítimo, não dá conta dos mais variados objetivos e ações nas políticas sexuais no

⁴⁷ Para detalhes das alterações dos referidos artigos, consultar o texto integral. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm>. Acesso em: 7 nov. 2015.

⁴⁸ Esse princípio segue os preceitos da doutrina da proteção integral, primando, desse modo, pelo atendimento às necessidades do menor em detrimento do interesse parental. (LIMA, 2007).

que tange aos dois sexos. Lembre-se dos quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos estratégicos de saber e de poder sobre o sexo a partir do século XVIII.

A concepção eudemonista de família de que fala Lima (2007) se superpõe àquela patriarcal e patrimonializada para reduzir sua importância, mas não dá conta de substituí-la. A família, já dizia Foucault (1988), é o permutador da sexualidade com a aliança. Para ele,

Essa fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça ‘incestuosa’ (FOUCAULT, 1988, p. 119-120).

Retomando a forma original pela qual Foucault retomou a genealogia empreendida por Nietzsche, Butler (2012, p. 114) explica que “[...] o tabu do incesto é lei jurídica que supostamente proíbe os desejos incestuosos e constrói certas subjetividades com traços de gênero por meio de mecanismo da identificação compulsória”. Mas, ao modo de Foucault, Butler questiona a garantia ou a necessidade dessa lei universal. Seu percurso crítico, então, se dá pela indagação sistemática sobre a construção dos gêneros e das identidades. Seu objetivo maior foi, justamente, desconstruir a lei de interdição do incesto ao mostrar como ela foi transformada no fundamento do falocentrismo e da heterossexualidade compulsória.

Face ao exposto, entende-se que discursos heteronormativos e a evolução da concepção de família caminham lado a lado. Diante do avanço irrefutável no que tange às concepções de família, parece que o falocentrismo e a heterossexualidade como instâncias que alicerçam, via discurso, construções sociais e culturais de identidades e de gêneros, de que falava Butler, não têm suas bases abaladas, pois, de outro modo, leis como a da GC não necessitariam ser revisitadas, alteradas e, notadamente, polemizadas em pleno século XXI.

Nesse sentido, o CNJ informa que desde que o programa *Pai Presente* foi iniciado, mais de quatorze mil reconhecimentos espontâneos de paternidade foram contabilizados. Embora com o registro paterno na certidão de nascimento o filho passe a ter direitos patrimoniais à herança e à pensão alimentícia, a busca pelo reconhecimento é, de modo geral, de ordem afetiva. Isso atesta essa forma de pensar a relação paradoxal entre o

dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade: a forma histórica do discurso e da prática denominada por Foucault (1988) de sexualidade nasceu da separação do sexo, que é uma questão familiar, e do dispositivo da aliança, ligado à troca e à transmissão de riqueza. A sexualidade, por sua vez, é uma questão individual e, por isso, concerne aos prazeres individuais ocultos, às fantasias secretas. Mas o dispositivo de sexualidade não substitui ou invalida o dispositivo de aliança, pois eles coexistem como se vê no exemplo do programa do CNJ com relação à busca pelo reconhecimento paterno.

É curioso notar que no texto *Pai presente e Certidões* (2015), do CNJ, há um enunciado segundo o qual o programa em questão “[...] busca fomentar a regularização do vínculo familiar e estimular os pais que não registraram seus filhos na época do nascimento a assumirem essa responsabilidade, mesmo que tardiamente” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015, p. 8). Uma leitura menos distraída permite, no mínimo, problematizar o porquê da escolha do verbo “assumir”. Caso se entenda que assumir uma responsabilidade é também cumprir uma incumbência, entende-se, igualmente, que o documento em questão presume o não cumprimento, por parte do pai, de seu dever. Não foi encontrado no referido texto menção à mãe que, por ventura, tenha ocultado voluntariamente o nome do pai.

Não discordando, sob hipótese alguma, da relevância dessa iniciativa, é imperativo atentar-se ao fato de que dados enunciados constantes do Provimento número 12, a partir do qual se instituiu o programa *Pai Presente*, pressupõem verdades relativas ao reconhecimento paterno. No artigo 3º do referido Provimento, lê-se:

Recebida a informação, o juiz competente providenciará a notificação de cada mãe, para que compareça perante o ofício/secretaria judicial, munida de seu documento de identidade e, se possível, com a certidão de nascimento do filho, para que, querendo, informe os dados (nome e endereço) do suposto pai, caso estes realmente não constem do registro de nascimento (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, PROVIMENTO, 2015, p. 30).

Pelo modo como está organizado esse enunciado, pelo menos dois sentidos são produzidos quando da leitura desse artigo: 1) o modo como está dito sugere que o nome do pai não consta do registro porque a mãe assim determinou, uma vez que ela sabe de quem se trata; neste caso, o verbo querer é um indício de que se sabe da informação, mas ela só será revelada caso a mãe deseje; 2) cabe unicamente à mãe revelar quem é o pai ou, pelo

menos, à mulher é concedido o poder da revelação ou a manutenção do estado atual. No artigo não há referência a outro parente que possa assumir a responsabilidade legal pelo menor como, por exemplo, no caso de pessoas adotantes. Pelo modo como foi produzido o enunciado, pressupõe-se que há pais, então, que nunca saberão da existência de seus filhos, pois dependerá sempre do desejo da mãe em revelar ou não a paternidade.

Tanto a lei da GC quanto o programa *Pai Presente* trazem em seu bojo uma série de verdades construídas socialmente, via discurso que, por sua vez, sustentam saberes históricos dos quais muitos já estão estabilizados na sociedade brasileira e perpassam continuamente as práticas sociais. Não se pode, entretanto, deixar de observar o funcionamento discursivo e os efeitos de verdade daí resultantes. Nessas práticas discursivas dos referidos documentos citados veem-se estratégias, mecanismos próprios para a narrativa da identidade dos sujeitos homem ou mulher. Trata-se, no limite, de estratégias para produção da sexualidade.

A construção social da relação entre os sexos e a hierarquia entre eles abre precedentes para uma discussão que não se esgota em uma seção. Entretanto, a busca pelos começos relativos, pelas instaurações e pelas transformações, históricos, auxiliam para a compreensão de que a exclusão feminina da vida pública, conquanto tenha sido imputada ao homem, é mais fruto de pensamentos biologicistas e de correntes sexistas cujos ideais perpassam, ainda hoje, as práticas sociais, como se observou a partir de vários exemplos.

Em meio à disputa entre rupturas acontecimentais e seu oposto, a continuidade ideal, aqui se refere à história linear combatida por Foucault, apreendem-se acontecimentos singulares, demasiado dispersos no tempo e no espaço para que se dissolva em um fio linear da(s) e na(s) história(s). Destarte, tais rupturas e acontecimentos se inscrevem no corpo social ao engendrar uma série de efeitos de instituições, marcando inteiramente a subjetividade do homem e da mulher contemporâneos. É a eles e a elas que se dedicará a próxima seção. Seguindo a tríade sexualidade-subjetividade-verdade, problematizar-se-ão os efeitos de verdades sobre a “guerra dos sexos”.

5 SEXUALIDADE, PODER E VERDADE NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM DISCURSOS MUDIÁTICOS

Toda militância esbarra numa dificuldade: levar em conta a diversidade da realidade.

Elisabeth Badinter (1985).

Pautou-se, na seção quatro, em estudiosos e pesquisadores da sociologia, antropologia, história, filosofia e medicina para compreender como, ao longo da história, se produziram saberes acerca da relação entre os sexos. Com a discussão realizada, entendeu-se que os saberes sobre o homem e a mulher são construtos sócio-históricos. Se esses saberes são construtos sócio-históricos, significa que não há uma verdade a ser buscada em uma etapa constitutiva do saber. Desse modo, a presente seção tem o intuito de analisar o modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade quando da instituição de saberes sobre sua sexualidade.

A série enunciativa, como já explicitado na introdução deste trabalho, está agrupada em três séries temáticas: 1ª) dispositivo da sexualidade na mídia; 2ª) a “guerra dos sexos”; e 3ª) a virilização e a docilização da mulher e do homem contemporâneos. Relembrando, na primeira série temática estão congregados enunciados que discursivizam a mulher e o homem, apontando para saberes sobre seu sexo e sua sexualidade; da segunda série temática fazem parte os enunciados que apontam para o modo como a hierarquia entre os sexos foi construída (na esfera pública, na esfera privada e na esfera sexual); e na terceira série figuram os enunciados cujo teor verta para a ideia segundo a qual a mulher teria vencido a guerra dos sexos e ao homem caberia reinventar sua subjetividade, ambos objetivados e subjetivados pela docilização e pela virilização compulsórias.

É preciso, ainda, que se explicita a demarcação do recorte temporal e discursivo apresentado anteriormente. A série enunciativa analisada foi suscitada a partir da leitura de discursos midiáticos e, principalmente, a partir da expressão “guerra dos sexos”, muito presente nesses discursos no período entre 2012 e 2015. Relembrando, o enunciado *A mulher venceu a guerra dos sexos*, veiculado pela revista *Época*, de outubro de 2012, fez pulular vários efeitos de verdade, como se viu no recorte apresentado e discutido na seção 2, acerca da mulher e do homem em território brasileiro desde então. Além dessa

publicação, se teve, à mesma época, o lançamento do romance pornoerótico *50 tons de cinza* (JAMES, 2012). Este, por sua vez, causou *frisson* em muitas mulheres que já não se consideravam as mesmas após sua leitura, segundo depoimentos publicados pela revista *Veja* de setembro de 2012. Quanto aos homens, eles não escapariam ao burburinho provocado pelo fenômeno editorial a ponto de *Veja* (2012) partir à escuta de empresárias, de modelos, de donas de casa e até de ministras de estado para saber o segredo do *best-seller* que “hipnotizaria as mulheres” e “incomodaria os homens”. A série enunciativa conta, ainda, com a obra *A ilusão dos 50 tons* (ETHRIDGE, 2012), com enunciados transcritos do episódio audiovisual *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, exibido pelo Programa *Amor e Sexo*, da Rede Globo de Televisão em outubro de 2012, e com enunciados extraídos da revista *Caras* e do PME (2015).

Para problematizar a tríade subjetividade-sexualidade-verdade relacionada ao que se convencionou chamar “guerra dos sexos”, se demarca, também, os conceitos do aporte teórico a serem resgatados para a análise do arquivo. Embora todos os conceitos e noções teóricas apresentados e discutidos nas seções anteriores sejam convocados em um ou outro momento, parte-se, principalmente, dos conceitos de dispositivo da sexualidade e de acontecimento que, articulados às noções de enunciado, saber, poder e de governamentalidade, possibilitam descrever a positividade dos discursos em pauta. A entrada discursiva no arquivo se dará, portanto, pelo imbricamento entre a análise arqueológica, isto é, descrição do arquivo, e a genealógica, análise das estratégias de poder e de resistência.

O quadro construído pela autora deve ser lido tanto vertical quanto horizontalmente, pois somente desse modo viabiliza o procedimento de análise adotado. Descrever os enunciados e analisar suas estratégias de poder retoma as perguntas como e por que, isto, é, como emergiram este ou aquele saber sobre o homem e a mulher e o porquê desses saberes instituírem uma verdade na atualidade acerca desses sujeitos a ponto de, nesse processo de subjetivação, docilizá-los ou virilizá-los. Assim, a organização do quadro é apenas uma forma de facilitar a manipulação dos instrumentos/conceitos de análise.

Quadro 2 – Quadro teórico-metodológico para a análise arqueogenalógica

DESCRIÇÃO ARQUEOGENALÓGICA DO ARQUIVO POR UMA ANÁLISE HISTÓRICO-DISCURSIVA			
ACONTECIMENTO DISCURSIVO			
Verdade Ser-Saber		Sexualidade Ser-Poder	Subjetividade Ser-Si
Enunciado ← Dispersão – Regularidade → Arquivo	Do Dispositivo da Aliança ao Dispositivo da Sexualidade	Biopoder Do mundo de dois sexos: O Falocentrismo e a Heterossexualidade compulsória	Processo de subjetivação Docilização Virilização
Dispositivo da Sexualidade			
GOVERNAMENTALIDADE			

Elaboração do quadro: A autora.

Essa forma de análise permite entender, por exemplo, que o discurso contemporâneo que veicula a ideia de *mulher poderosa*, vencedora da “guerra dos sexos”, leva a se questionar se esse modelo de mulher representa ou se, pelo menos, é reivindicado pela maioria das mulheres. Considerando o acontecimento de maior visibilidade, a “guerra dos sexos”, vinculado a todas as conquistas femininas dos últimos tempos, tem-se a impressão de que além de perpetuar as velhas fórmulas do patriarcado, como bem concluiu Costa (2013), a mulher está em vantagem em relação ao homem, o perdedor da guerra. No entanto, a “guerra” deve ser problematizada como algo que não tem um referente no mundo. Ela é uma construção sócio-histórica. Pensando aí no poder como relação de forças, não existem relações de poder vitoriosas em sua totalidade que seriam, por seu turno, oriundas do binômio dominante X dominado. É no interior dessas microlutas, enfim, que se busca interpretar as descontinuidades gestadas na subjetividade do homem e da mulher contemporâneos.

As três séries temáticas de que se falou no texto introdutório estão dispostas uma a uma. Apesar de cada série temática conter enunciados específicos, ao serem agrupadas, as séries temáticas formam, juntas, um enunciado maior que dá a possibilidade de identificar as regularidades em meio à dispersão, o que culmina em um arquivo. O arquivo é o conjunto dos enunciados não só efetivamente produzidos, mas também que obedecem a regras de enunciabilidade, isto é, a regra daquilo que pode ser dito em dado momento e época. Reunir as três séries temáticas também permite ver que esse enunciado maior, diante de posições discursivas heterogêneas, possibilita a apreensão de uma unidade na dispersão dos saberes sobre a sexualidade dos sujeitos.

Ressalta-se, todavia, que outras formas de entrada no arquivo são igualmente legítimas, mas aqui, vale-se da descrição dos jogos de relações que os enunciados estabelecem no interior do arquivo, isto é, das conexões que materializam efeitos de verdade que circulam no espaço social. Vale frisar, entretanto, que um mesmo enunciado pode transitar entre uma série e outra, ou mesmo aparecer nas três séries temáticas, pois o enunciado é passível de ser repetido, embora ele seja único, daí a análise se apoiar nas noções de raridade e de acúmulo, característica inerente ao enunciado, como ensinou Foucault (2009).

A análise pretendeu ser micropolítica no sentido de opor-se aos privilégios do saber e às representações mistificadoras impostas às pessoas. Não se esperou, com isso, mudar a consciência das pessoas, mas, em vez disso, mostrar que é possível mudar o regime político, econômico e institucional de produção da verdade (FOUCAULT, 1982). A seguir, dispõem-se as três séries temáticas e seus respectivos enunciados.

5.1 DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA MÍDIA

Nesta primeira série temática estão congregados enunciados cujo modo de funcionamento discursivo permita vislumbrar efeitos de verdade sobre o sexo e a sexualidade de sujeitos homem ou mulher. Reportando-se ao quadro teórico-metodológico desta seção, discorre-se nesta série temática sobre a verdade relacionada ao ser-saber. Para essa tarefa, parte-se da relação paradoxal entre o dispositivo da aliança e o dispositivo da sexualidade. Os enunciados fazem parte, principalmente, do romance *50 tons de cinza*

(2012) e da obra *A ilusão dos 50 tons*. Parte-se da ideia de que o romance, com certa nuance libertadora e moderna, intentaria romper com a regularidade instituída por sociedades patriarcais, isto é, a ditadura heteronormativa estabilizada na sociedade, e subverter a ordem que, há muito, estaria estabelecida. Todavia, a narrativa pornoerótica de James (2012) acaba por reforçar o culto às estratégias sociais que fazem figurar o corpo da mulher como superfície para o exercício do poder e do homem como o sexo da humanidade. Na tensa relação dual entre os dispositivos da aliança e da sexualidade há uma prevalência, pelo modo como a narrativa foi construída, da continuidade do dispositivo da aliança na sociedade representada pela relação entre as personagens de *50 tons de cinza*, Christian e Anastasia. O enunciado 1 a seguir pode atestar esse raciocínio.

Enunciado 1

Viro-me, e ele está me olhando com atenção, como sabia que estaria, a expressão completamente inescrutável. Entro mais um pouco no quarto, e ele me acompanha. O objeto de plumas me intriga. Toco nele timidamente. É de camurça, como um pequeno gato de nove caudas, só que mais felpudo, e tem contas de plástico bem pequenas na ponta.

– Chama-se açoite – diz Christian com a voz baixa e macia.

Açoite... hum. Acho que estou em estado de choque. Meu inconsciente desapareceu, ficou mudo ou simplesmente caiu fulminado. Estou paralisada. Posso observar e absorver, mas não consigo articular meus sentimentos, porque estou em estado de choque. Qual é a reação apropriada à descoberta de que um amante em potencial é um completo tarado sadista ou masoquista? Medo... sim... esse parece ser o sentimento preponderante. Reconheço agora. Mas, por incrível que pareça, não tenho medo dele. Não acho que ele vá me machucar, bem, não sem meu consentimento. Muitas perguntas confundem minha cabeça. Por quê? Como? Quando? Com que frequência? Quem? Vou até a cama e passo as mãos nas colunas ricamente entalhadas. São muito resistentes, e o trabalho é impressionante.

– Diga alguma coisa – ordena Christian, a voz enganosamente macia.

– Você faz isso com as pessoas ou elas fazem isso com você?

Ele sorri, achando graça ou aliviado.

– As pessoas? – Ele pisca duas vezes ao considerar a resposta. – Faço isso com mulheres que querem que eu faça.

Não entendo.

– Se você tem voluntárias dispostas, por que estou aqui?

– Por que eu quero muito, muito fazer isso com você.

– Ah. – Engulo em seco. Por quê?

Vou até o fundo da sala, bato de leve no banco estofado da altura da minha cintura e corro os dedos pelo couro. Ele gosta de machucar mulheres. A ideia me deprime.

– Você é sádico?

– Sou dominador. – Seu olhar é abrasador, intenso.

– O que isso quer dizer? – pergunto.

– Quer dizer que quero que você se entregue espontaneamente a mim, em tudo.

Franzo a testa para ele, tentando assimilar a ideia.

– Por que eu faria isso?

– Para me satisfazer – ele murmura, inclina a cabeça para o lado e vejo a sombra de um sorriso.

Satisfazer! Ele quer que eu o satisfaça! Acho que estou boquiaberta. Satisfazer Christian Grey. E me dou conta, naquele momento, de que, sim, é exatamente isso que eu quero fazer. Quero que ele fique absolutamente satisfeito comigo. É uma revelação.

– Em termos muito simples, quero que você queira me agradar – diz ele baixinho. Sua voz é hipnótica.

– Como?

– Eu tenho regras, e quero que você as obedeça. Elas são para o seu bem e para o meu prazer. Se seguir essas regras como eu desejo, eu a recompenso. Se não seguir, eu a castigo, e você aprende – murmura. Ele olha para o armário de bengalas ao dizer isso.

– Então você se excita exercendo sua vontade sobre mim.

– Tudo gira em torno de conquistar sua confiança e seu respeito, para você deixar que eu exerça minha vontade sobre você. Quanto mais se submeter, maior minha alegria. É uma equação muito simples.

– Tudo bem, e o que eu ganho com isso?

– Eu – diz simplesmente. (JAMES, 2012, p. 92-93).

A narrativa, um tanto longa, descreve o momento em que Anastasia vai pela primeira vez à casa de Christian. Este pretende apresentar-lhe seu quarto de “jogos”. Antes da concretização desse momento, porém, Christian a faz assinar um termo de confidencialidade cujo conteúdo é um acordo a partir do qual Anastasia não teria o direito de revelar nada a ninguém sobre o relacionamento entre ambos. O que há de *arte* nesse modo de existência das personagens? Para responder a essa questão, procede-se, em um primeiro momento, à descrição do enunciado para, na sequência, proceder à sua interpretação. Para a descrição não apenas desse mas de todos os enunciados dessa e das demais séries temáticas, reporta-se aos elementos da função enunciativa explicitados na seção três, conforme síntese do quadro a seguir.

Quadro 3 – Elementos da função enunciativa

RARIDADE	EXTERIORIDADE	ACÚMULO
Referente		
Suporte material		
Posição Sujeito		
Campo Associado		
ENUNCIADO		

Elaboração do quadro: A autora

Quanto à descrição dos elementos da função enunciativa, entende-se que o acontecimento discursivo “guerra dos sexos” institui saberes de dada época, logo é a representação dessa “guerra”, via discurso, interpretada historicamente, que compõe o referente. Com relação à(s) posição(ões) sujeito, quando designada(s) por atributos gerais, aqui enunciado, se está, ao mesmo tempo, informando que não importa, em uma perspectiva arqueogenealógica, identificar sujeitos considerados como elemento gramatical ou aquele indivíduo empírico que tenha proferido tal enunciado. No entanto, o enunciado 1 é oriundo de uma materialidade que pode ser datada e localizada, já antecipando sua existência material. Isso significa que a série enunciativa, no interior da qual se encontra o enunciado 1, não se formou do fundo confuso das ideias ou a partir de um sujeito fundante, mas sua emergência foi possibilitada graças a enunciadores que falaram, em dado momento, sobre a sexualidade dos sujeitos homem ou mulher face ao suporte midiático como agenciador dos dizeres. São enunciados efetivamente ditos e escritos, daí sua relação de exterioridade.

Todavia, não há como falar de lugar determinado e posição de sujeito sem vinculá-los a um espaço institucional dentro do qual as enunciações emergem e sem o qual a função enunciativa não poderia se exercer. É preciso, desse modo, a existência de um domínio associado. A esse respeito, considerar a existência de um domínio associado significa admitir que o enunciado para sê-lo, de fato, deve relacionar a frase ou a proposição a um campo adjacente. Com uma interpretação mais livre, pode-se adiantar que o enunciado 1 cita tantos outros enunciados ditos e escritos em tantos outros momentos da história e que, embora dispersos no tempo e no espaço, coexistem no mesmo campo associado. Não há, por assim dizer, nada de “novo” nos dizeres das personagens. A feminilidade relacionada à passividade ou ao masoquismo já teria sido discutida sobremaneira por Freud e, desde o século XVIII, existe uma associação entre mulher, sacrifício e passividade, como explica Nunes (2000). Mas essa ideia ganhou força com a psiquiatria e a sexologia do século XIX, como estratégia de regulação do corpo feminino.

Lembrando que um enunciado pode ser repetido inúmeras vezes, mas que, no entanto, ele deve estar inserido em um regime complexo de instituições materiais, isto é, ter uma existência material, mesmo o enunciado sendo o mesmo, sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. Daí seu efeito de raridade e de acúmulo. Esse enunciado, que não traz nada de novo para a atualidade, pois o fato de a personagem Anastasia ter ficado chocada com as declarações de seu parceiro não é

novidade se se reportar às discussões de Nunes (2000) sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Como explicitado na seção quatro, os ideais iluministas criticavam a mulher trabalhadora, a intelectual ou aquela que exercesse qualquer atividade fora do lar sob o argumento de que isso infringiria a lei da natureza. Como consequência dessas estratégias, se vê, então, no século XIX, um ideal de mulher cuja unidade constitui-se de sexualidade, casamento, amor e reprodução. Esse ideal persiste na sociedade brasileira atual e está materializado nesse romance. Esse enunciado reforça saberes que circularam em outros momentos na história. A esse respeito, vale apresentar, sinteticamente, a descrição do perfil das personagens Anastasia e Christian Grey.

Quadro 4 – Perfil das personagens de *50 tons de cinza*

PERFIL DOS PERSONAGENS DE <i>50 TONS DE CINZA</i>	
ANASTASIA STEELE	CHRISTIAN GREY
<p>Jovem bacharel em Letras Ingênuo Inocente Virgem</p>	<p>Homem atraente Brilhante Profundamente dominador Belo atormentado Jovem empresário</p>

Elaboração do quadro: A autora

Como a linguagem produz a construção da sexualidade que sustenta os regimes de poder presentificados no enunciado 1? Nessa heterossexualidade presumida, que tipos de práticas culturais produzem descontinuidades? Pauta-se em Nunes (2000) para dizer que no âmbito político, no século XIX, o Código Civil de Napoleão instituiu o casamento organizado como um instrumento de dominação masculina. Já no campo da ciência, reforçava-se a ideia de submissão como algo inato à mulher. O homem deve ser o “senhor” ao qual a mulher deve obediência e obtém, desse modo, prazer. Esta passagem sob análise retoma e reforça esse discurso do século XIX:

Satisfazer! Ele quer que eu o satisfaça! Acho que estou boquiaberta. Satisfazer Christian Grey. E me dou conta, naquele momento, de que, sim, é exatamente isso que eu quero fazer. Quero que ele fique absolutamente satisfeito comigo. É uma revelação. (JAMES, 2012, p. 93).

Voltando às relações de poder e das resistências que lhes são inerentes, discursos contrários àqueles veiculados pelo romance pornoerótico *50 tons de cinza* também circularam em território brasileiro. Sob pretexto de que fantasias sexuais não devem governar pessoas, sobretudo a mulher cristã, a psicóloga evangélica Ethridge (2012) explica que é preciso entender o que fantasias sexuais escondem e deixar que Deus cuide do assunto. O próximo excerto materializa as considerações dessa autora.

Enunciado 2

[...] Por que os seres humanos (mesmo os cristãos!) fantasiam sobre coisas como:

- Consumir pornografia ou se envolver em casos extraconjugais.
- *Bondage*, dominação, sadismo e masoquismo (como exaltado na trilogia dos *cinquenta tons*).
- Prostituição, sedução ou estupro.
- Encontros com pessoas do mesmo sexo, trios e orgias. [...] Como sociedade, como igreja, como casais e pessoas solteiras, como homens e mulheres, como pais de meninos e meninas que se esforçam para dar sentido à própria sexualidade, precisamos conversar sobre isso. [...] mas a melhor maneira de ajudar alguém é ajudar a si mesmo em primeiro lugar. (ETHRIDGE, 2012).

Pode-se dizer que os vocábulos “fantasias” e “sexuais” que, juntos formam a expressão “fantasias sexuais”, funcionam como o referente se se considerar que quando se fala de fantasias sexuais não há algo dado ou natural no mundo ao qual se pudesse etiquetar com essa denominação. Mais uma vez problematizam-se efeitos de verdade acerca de determinado objeto, isto é, acerca daquilo de que se fala. Fantasias, consideradas como ficção ou algo que tem apenas existência ideal e nunca real, são construções sociais. Dito de outra maneira, isso significa que o que é considerado uma “fantasia” para um, pode não o ser para o outro. Com relação a atos sexuais entre pessoas, há uma gama de ações que somente as pessoas envolvidas podem afirmar se aquilo é ou não lícito no campo sexual.

Quem pode ocupar a posição de sujeito desse discurso? Compreende-se que o/a enunciator/a ancora-se em um lugar privilegiado, não só como psicóloga, mas também evangélica, para legitimar seu saber sobre o sexo e a sexualidade das pessoas. Ao se utilizar da conjunção *mesmo* para dar ênfase ao adjetivo *cristãos* e, com isso, veicular a ideia de que sua afirmação é surpreendente, o enunciator/a marca seu lugar a partir do qual está autorizado/a a dizer o que diz. Essa ênfase produz um efeito segundo o qual pessoas

podem ter fantasias sexuais desde que não sejam cristãs. Assim, afirmar que mesmo os cristãos têm fantasias sexuais produz um efeito de surpresa, uma vez que se considera que as fantasias existem, mas não são vistas de modo positivo por cristãos.

O modo de funcionamento discursivo desse enunciado faz pulular, a partir desse suporte midiático, verdades já estabilizadas na sociedade que são replicadas. Não se diz nada, entretanto, sem que outros dizeres sejam (re)atualizados, pois do contrário, “mesmo cristãos” não produziria o efeito de surpresa. É preciso que relações se estabeleçam, relembrando aí das reflexões elencadas na seção quatro, quando se explicou que, para o cristianismo primitivo, todos os humanos, embora a mulher fosse considerada a mais culpada, participam, desde o início, do estado de pecado no mundo.

A expressão “mesmo cristãos” proporciona um efeito de memória ao produzir ecos de outros discursos cristãos com relação ao uso da sexualidade de sujeitos. Recorrer ao uso dos parênteses sinaliza, dentre outros efeitos, que pessoas cristãs devem pensar e agir diferentemente de outras pessoas. Sobre o valor do próprio ato sexual, Foucault (1984) explica que o cristianismo teria associado o ato sexual ao mal, ao pecado, à queda do ser humano. Assim, separavam-se os cristãos dos demais humanos.

Entretanto, diferentemente do pensamento cristão primitivo, Ethridge (2012) alivia a culpa imputada aos humanos, pois para ela haveria um culpado muito mais capacitado para levar a humanidade à queda: Satanás. Para sustentar sua consideração a propósito das falácias de Satanás, a autora reporta-se a Gênesis com intuito de instruir os pervertidos e, assim, levá-los à cura.

Enunciado 3

- 1a. Envergonhar-se de nosso corpo e de nossa sexualidade (Gênesis 3: 7 - 10).
- 2a. Poligamia (Gênesis 4: 19)
- 3a. Homossexualidade (Gênesis 19: 5)
- 4a. Fornicação (Gênesis 38: 16-18)
- 5a. Estupro (Gênesis 34: 2)
- 6a. Prostituição (Gênesis 38: 15)
- 7a. Incesto (Gênesis 19: 30-32)
- 8a. Sedução maligna (Gênesis 39: 7) (ETHRIDGE, 2012).

Os versículos constantes no primeiro livro da bíblia cristã a que a autora faz referência narram episódios em que personagens bíblicos como Adão e Eva, Lameque, Ló, Judá, Síquem e José, eternizam modos de existências ou atos condenáveis às leis divinas.

A nudez, por exemplo, causou constrangimento em Adão e Eva no jardim do Eden a ponto de se esconderem temendo punição divina. Assim, a nudez é reprovada e até os dias atuais pode ser punida e criminalizada em determinadas circunstâncias. As condutas das personagens de *50 tons de cinza* criam, segundo Ethridge (2012), a ilusão de que consumir pornografia ou agir como os protagonistas do romance trariam sentido à própria sexualidade. Dar sentido à própria sexualidade por esse viés, como os preconizados pelo romance pornoerótico, entretanto, contrariaria as leis divinas e, portanto, deveria ser rejeitado. Para isso, Ethridge (2012) elenca doze passos que, segundo ela, levaria à recuperação do sujeito pervertido.

Enunciado 4

- 1) Admitir a impotência perante os vícios
- 2) Acreditar na sanidade devolvida por um poder superior a si
- 3) Submeter suas vidas e suas vontades ao cuidado de Deus
- 4) Fazer um inventário de si mesmo
- 5) Admitir a natureza de suas falhas perante Deus, si mesmo e outras pessoas
- 6) Estar pronto para que Deus remova todos os defeitos de caráter
- 7) Pedir a Deus humildemente que remova todos os seus defeitos
- 8) Listar os nomes das pessoas prejudicadas por você e reparar os erros
- 9) Reparação direta sempre que possível
- 10) Continuar o inventário pessoal
- 11) Orar e refletir para obter forças
- 12) Levar esta mensagem a outros e praticar esses princípios em todas as atividades. (ETHRIDGE, 2012).

Os conselhos da psicóloga funcionam como um manual de instrução. Ela ensina o passo a passo, como um guia para chegar à cura da perversão. Pelo modo de funcionamento, esse enunciado veicula efeitos de verdade concernentes à sexualidade de sujeitos, objetivando e subjetivando-os. Os enunciados 3 e 4, porém, não são origem desses saberes sobre a perversão sexual humana. Neles há o efeito de memória, isto é, há a retomada e a atualização de outros saberes que retornam em dado momento para juntar-se a outros saberes e assim produzir sentidos graças a esse feixe de relações que um enunciado estabelece com outro(s). O discurso veivulado pelos referidos enunciados é da ordem do imbricamento do divino-humano e/ou humano-divino. Os enunciados presentes nesse manual de dicas para reeducação da vida sexual corroboram a ideia da política de temperança nos moldes gregos, tal como descrito na subseção 4.1, ao dizerem como cada sujeito, homem ou mulher, deve governar a si quanto ao uso de seus desejos. O manual

colabora para perpetuação de tabus ainda muito correntes na cultura brasileira com relação à sexualidade. Ao veicular saberes funcionam como um instrumento de governamentalidade, aquele que visa a conduzir condutas.

Sobre o uso dos prazeres, enunciados como os veiculados por *50 tons de cinza* configuram um exemplo da dietética grega prescrita com intuito de regular as atividades sexuais dos indivíduos visando à saúde do corpo. Embora os gregos não concebessem o prazer sexual como um mal em si ou como algo inerente ao pecado, a medicina da época relacionava a atividade sexual à saúde, levando médicos a estudarem sobre os perigos da prática sexual. Os enunciados a seguir produzem um efeito de continuidade dessa prescrição grega. Assim, os discursos materializados na fala da personagem Christian Grey, quando da exigência de regras a serem obedecidas por Anastasia, apontam para o paradoxo entre os dispositivos da aliança e da sexualidade que perpassa todo o romance. No caso em tela, a saúde não é prioridade para o bem de Anastasia, mas para satisfazer o homem com quem se relaciona sexualmente.

Retomar as discussões sobre as prescrições gregas justifica-se pelo fato de que fazer a ontologia histórica do sujeito como se anunciou na parte introdutória desta pesquisa, implica analisar discursos que promovem a objetivação e a subjetivação de sujeitos. Os discursos selecionados aqui proporcionam esse modo de análise, pois mantêm laços de filiação com um modo de viver a sexualidade. Embora o modo de viver a sexualidade tal como representado pelas personagens do romance sejam diferentes em alguns aspectos com relação à tradição grega, há elementos discursivos que retornam e se materializam nas prescrições de Christian Grey. Os enunciados a seguir configuram o exemplo.

Enunciado 5

Regras

Obediência

A Submissa obedecerá a quaisquer instruções dadas pelo Dominador imediatamente, sem hesitação ou reserva, e com presteza. A Submissa concordará com qualquer atividade sexual que o Dominador julgar adequada e prazerosa salvo aquelas atividades que estão resumidas em limites rígidos (Apêndice 2). Ela fará isso avidamente e sem hesitação. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 6

Sono:

A Submissa assegurará completar o mínimo de sete horas de sono por noite quando não estiver com o Dominador. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 7

Alimentação:

A Submissa consumirá regularmente os alimentos previamente listados (Apêndice 4) para conservar a saúde. A Submissa não comerá nada entre as refeições, com a exceção de frutas. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 8

Roupas:

Durante a Vigência deste contrato, a Submissa só usará roupas aprovadas pelo Dominador. O Dominador fornecerá à Submissa um orçamento para o vestuário, que a Submissa deverá usar. O Dominador acompanhará ad hoc a Submissa nas compras de vestuário. Se o Dominador solicitar, a Submissa usará, durante a Vigência deste contrato, quaisquer adornos solicitados pelo Dominador, na presença do Dominador e em qualquer outro momento que o Dominador julgar adequado. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 9

Exercícios:

O Dominador fornecerá à Submissa um personaltrainer para sessões de uma hora de exercícios, quatro vezes por semana, em horário a ser combinado de comum acordo entre o personaltrainer e a Submissa. O personaltrainer reportará ao Dominador o progresso da Submissa. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 10

Higiene Pessoal/Beleza:

A Submissa se manterá sempre limpa e depilada. A Submissa visitará um salão de beleza à escolha do Dominador com frequência a ser decidida pelo Dominador e se submeterá aos tratamentos estéticos que o Dominador julgar adequados. (JAMES, 2012, p. 97).

Enunciado 11

Segurança Pessoal:

A Submissa não se excederá na bebida, não fumará, não fará uso de drogas recreativas nem se colocará desnecessariamente em qualquer situação de risco. (JAMES, 2012, p. 98).

Enunciado 12

Qualidades pessoais:

A Submissa não se envolverá em quaisquer relações sexuais com qualquer outra pessoa senão o Dominador. A Submissa se apresentará sempre de forma respeitosa e recatada. Ela deve reconhecer que seu comportamento se reflete diretamente no dominador. Será responsabilizada por qualquer transgressão, delito ou má conduta incorridos quando não estiver na presença do Dominador. (JAMES, 2012, p. 98).

As regras constantes nesses discursos são parte do contrato entre um Dominador e uma suposta Submissa. A designação, entretanto, nessa ordem do discurso, chama a atenção a respeito da posição ocupada tanto por Anastasia quanto por Grey. Mais uma vez a memória social trabalha na determinação do lugar que cada um pode e deve ocupar nessa ordem discursiva. Neste caso, entende-se que Grey retoma as regras de formação de um discurso patriarcal, machista, típico de fantasias sexuais consideradas masculinas. Entendendo que é sempre na e pela língua e pela linguagem que a subjetividade se constitui, a personagem de Grey reveste-se de uma identidade para ocultar a dispersão de sujeito que lhe é inerente. A dispersão tem a seu favor o modo de funcionamento dos enunciados cujo efeito de distanciamento, provocado pelos verbos no tempo futuro, promove a dispersão da individualidade nesse lugar vazio que o discurso pornoerótico produz para os indivíduos ocuparem e, ao mesmo tempo, se subjetivarem como sujeitos pervertidos, sádicos, masoquistas etc. O poder disciplinar e de docilização do (s) corpo (s), a vigilância, a imposição de submissão e o controle estão presentificados nesse recorte.

Considerando que a Submissa não tem obrigação de aceitar determinadas regras, entende-se que ao mesmo tempo em que os doze recortes discursivos veiculam estratégias e táticas de poder a eles circunscritas, há a possibilidade de resistências. Ao ler as regras, Anastasia fica reticente quanto a alguns detalhes:

Enunciado 13

- Não estou certa quanto a aceitar dinheiro para roupas. Parece errado. Remexo-me com desconforto, a palavra ‘prostituta’ chocalhando na cabeça.
- Quero gastar dinheiro com você. Deixe-me presenteá-la com algumas roupas. Posso precisar que me acompanhe em eventos, e quero você bem-vestida. Tenho certeza que o seu salário, quando você conseguir de fato um emprego, não cobrirá o tipo de roupa que eu gostaria que você usasse.
- Não quero malhar quatro vezes por semana.

- Anastasia, preciso de você ágil, forte e resistente. Confie em mim, você precisa malhar.
- Mas com certeza não quatro vezes por semana. Que tal três?
- Quero que sejam quatro.
- Achei que isso fosse uma negociação.
- Ok, Srta. Steele, outro ponto para você. Que tal uma hora três dias por semana e meia hora um dia? (JAMES, 2012, p. 98).

O diálogo entre as personagens veicula uma ideia já cristalizada no meio social quanto ao fato de se aceitar valores em troca de sexo. Ainda que Christian Grey fale em “presente”, não é assim que Anastasia considera a questão. A troca consciente de favores sexuais por dinheiro lhe incomoda, lembrando que a prostituição, legal em alguns países e outros não, ainda é alvo de preconceito em território brasileiro. A remissão de Christian Grey ao salário de sua amante veicula, também, outra ideia já estabilizada no meio social. Ainda que a mulher tenha, em muitos setores, salários iguais ou superiores ao do homem, há indícios de que esse número ainda seja pequeno se comparado ao salário do homem. No caso da personagem Anastásia, ela trabalha em uma livraria e é recém formada em Letras. Embora sua renda financeira não seja mencionada na obra, há passagens na narrativa sugerindo um baixo salário.

A obrigação de fidelidade à mulher com quem se casou imposta ao marido é parte de uma regulação política imposta, nas leis platônicas, ou pelo próprio homem por uma espécie de autolimitação refletida de seu próprio poder, no caso dos textos de Isócrates e Aristóteles, como descreveu Foucault (1984). O enunciado 12 aponta para relações de poder do homem sobre a mulher, como as violências simbólicas apontadas por Bourdieu (2009). Esse (s) enunciado (s), historicamente produzidos, retomam verdades válidas em outras épocas que agora atravessam o modo de existência materializado nas personagens de *50 tons de cinza*. Ao ser (em) materializado (s) nesse lugar específico por tais personagens, produz (em) estranhamento, mas por seu caráter de dispersão, no funcionamento cotidiano, não chega (m) a causar incômodo na sociedade. De certo modo, essas práticas já funcionam no cotidiano da família dita cristã, mas se apaga (m) ou se silencia (m) justamente na e pela dispersão dos discursos.

Assim como as políticas de temperança e a dietética, presentificadas em *50 tons de cinza* e em *A ilusão dos 50 tons*, colaboram para a relação contraditória entre os dispositivos da aliança e da sexualidade, como apontadas nos treze enunciados, é importante compreender que há, também, a questão da incitação ao discurso sobre sexo, outra contradição latente que colabora para essa relação tensa entre os dispositivos e

funcionam como estratégias para objetivar/subjetivar sujeitos. Foucault (1984a, 1985, 1988), ao tratar da sexualidade, desloca a discussão do campo da repressão para o campo discursivo para, com isso, mostrar que o sexo e a sexualidade não são algo pré-existentes, mas são partes da formalização de um discurso que entrelaça saber, poder e prazer. Ainda a esse respeito, vale retomar as reflexões de Freitas (2012) elencadas na subseção 3.2 quando explica que o dispositivo da sexualidade não desapareceu do discurso midiático moderno, apenas se modificou, passando, estrategicamente, da função de controle-dominância, para a de controle-incitação.

Há uma incitação ao discurso sobre o sexo e a sexualidade, sem dúvida, nos enunciados analisados. No entanto, a contradição relaciona-se ao controle das palavras ou ao desejo de calá-las. Há várias passagens em que termos que se referem aos órgãos genitais das personagens não são ditos explicitamente. Porém, entende-se que isso também faz parte do imaginário da obra escrita – a ausência do dizer explícito alimenta o imaginário da proibição e do desejo e isso, de certa forma, aguça a curiosidade e a vontade. Fazendo uma arqueologia “do olhar” e da “linguagem”, como fez Foucault (1980) na história do nascimento da clínica, percebe-se que diferentemente do início do século XVII, quando as práticas sobre sexo e sexualidade, tais como descritas na *História da sexualidade: a vontade de saber* (1988), não eram segredo, isto é, as palavras eram ditas sem reticência excessiva, o que implicou uma tolerância com o ilícito, em alguns momentos de *50 tons de cinza* veicula-se uma intolerância tal como a do regime vitoriano em que o sexo e a sexualidade se calam para serem confiados unicamente à família conjugal.

Enunciado 14

Inclina-se para a frente, roçando o nariz na minha coxa até chegar no vértice entre minhas pernas. Eu o sinto. Ali. (JAMES, 2012, p. 105).

Enunciado 15

Tira a cueca, e a ereção se revela, livre. [...] Ele estica o braço e pega um envelopinho de papel laminado, e aí se mete entre minhas pernas, afastando-as bem. Se ajoelha e coloca uma camisinha e, sua extensão avantajada. (JAMES, 2012, p. 107).

– Fique quieta – ordena ele, a voz meiga mas imperiosa, e enfia o polegar devagarinho dentro de mim, girando e girando, roçando a parede da minha vagina. (JAMES, 2012, p. 110).

Enunciado 16

– O que é sexo baunilha? [...] – É sexo convencional, Anastasia. Nada de brinquedos nem acessórios. [...] Bem... na verdade você não sabe a diferença, mas é o que significa. – Ah. Pensei que tivéssemos feito sexo brownie de chocolate com calda quente. Mas, afinal, o que é que eu sei? (JAMES, 2012, p. 139).

No caso do enunciado 14, o órgão genital feminino é referido pelo advérbio *ali*. A exemplo de muitas outras passagens da obra, ele materializa uma contradição concernente à linguagem esperada e aceita em um romance pornoerótico. O mesmo ocorre com os vocábulos *ereção* e *extensão avantajada*, no enunciado 15. As metáforas representadas pelos vocábulos *baunilha* e *brownie de chocolate* em oposição, possivelmente, a sexo convencional e sexo não-convencional, também atestam essa contradição entre a repressão e a incitação ao sexo e à sexualidade. Como um enunciado, para sê-lo, deve sempre fazer parte de um feixe de relações, como dito em vários momentos, os recortes discursivos 14, 15 e 16 repetem e multiplicam verdades. Porém, essas verdades também são construtos sócio-históricos, o que significa dizer que se deve considerar seus efeitos na e para a fabricação de subjetividades.

Em outro momento, mais especificamente na subseção 2.2, foi trazida para a discussão um enunciado em que James (2012) teria afirmado que “[...] as cenas eróticas contribuíram, mas o romance, a história de amor, é a razão do sucesso da trilogia” (VEJA, 2012, p. 114). No decorrer da narrativa há uma tensão entre os dispositivos da aliança e da sexualidade, como dito antes. Contrariando a ideia de que o romance foi feito sob medida para mulheres modernas e autossuficientes, a personagem Anastasia é um protótipo da imagem da mulher que reconhece no casamento um lugar de estabilidade para a vivência plena do amor. Em determinado momento da narrativa, Anastasia começa a inquietar-se com suas dúvidas a respeito de sexo, pois Christian Grey é seu primeiro parceiro sexual. Mesmo sendo virgem, ao conhecê-lo, Anastasia tem convicções sobre o que seria adequado ou não quanto à atividade sexual entre pessoas.

Enunciado 17

– Bem, tenho umas perguntas, sabe, sobre sexo. [...] – E gostaria de fazê-las a Kate.
– Você pode perguntar para mim.

– Christian, com todo o respeito... – Não posso perguntar a você. Vou ter como respostas sua visão enviesada, sacana e distorcida do sexo. (JAMES, 2012, p. 121).

Esse excerto causa estranhamento pelo fato de a personagem mencionar uma suposta visão distorcida do que seja sexo por parte de seu amante quando se compreende que cada experiência é individual e pode variar de pessoa para pessoa. Mesmo nesse caso, o modo de relacionar-se sexualmente com pessoas são construções sociais e que podem variar no tempo e no espaço. Neste caso, o enunciado se inscreve em discursos consolidados segundo os quais as concupiscências da carne levam à queda. Baudrillard (1992) expõe que para a religião, a sedução é estratégia do diabo e constitui-se em maldição que tem se mantido inalterada por meio da moral, da filosofia, da psicanálise e da liberação do desejo. Esse jogo de sedução permeado por práticas sadomasoquistas experienciado pelas personagens reforça, mais uma vez, a concepção equivocada de sexo que tem sido protagonizada pelo discurso heteronormativo. As possibilidades de resistência aos discursos que caracterizam as práticas sadomasoquistas como doenças podem estar atreladas ao modo de existência de cada indivíduo. Sobre as práticas sadomasoquistas, Ortega (1999) explica que Foucault as desvincula do sexo, pois há, para o filósofo, maneiras diversas de multiplicar o prazer do corpo. Por essas práticas é possível obter prazer com objetos considerados estranhos por alguns, desfrutar de partes do corpo que seriam igualmente estranhas a outros. Foucault entende que essas práticas fazem parte das estratégias de gestão da vida. Ortega (1999) reitera que para Foucault as práticas sadomasoquistas são uma forma de dessexualizar o prazer para, a partir delas, criar novas possibilidades para obtenção de prazer. O sexo, entendido como órgão genital, deixa de ser o centro do prazer, pois qualquer parte do corpo pode se tornar um instrumento sexual. O prazer, nessa linha de raciocínio, seria assexual e, portanto, não culminaria, necessariamente, no orgasmo. Essas práticas eram também consideradas por Foucault como práticas desvirilizantes ou dessexualizantes, uma vez que se opõem à valorização dos genitais.

Confusa entre ser submissa a um sádico e ter um relacionamento moralmente aceito pela sociedade, Anastasia entra em conflito, pois se apaixona pelo seu dominador a ponto de lhe cobrar fidelidade, como se lê nos enunciados seguintes:

- Então não está saindo com mais nenhuma delas
- Não, Anastasia, não estou. Sou monogâmico nas minhas relações. (JAMES, 2012, p. 141).

Enunciado 19

Pela primeira vez, desejo que ele fosse normal – queria uma relação normal, que não precisasse de um acordo de dez páginas, um acoite e mosquetões no teto de seu quarto de jogos. [...] Mas agora tenho a sensação de ser um receptáculo, um vaso vazio a ser preenchido como ele quiser. (JAMES, 2012, p. 179).

O modo de funcionamento discursivo dos enunciados 18 e 19 chama a atenção para o fato de reproduzirem saberes e sentidos já naturalizados na cultura brasileira com relação ao homem e à mulher. Eles reforçam a imagem de mulher submissa ao homem, assim como o enunciado 20, a seguir. Mas eles coadunam, também, com a ideia de doença ou de perversão aliadas à prática sadomasoquista quando se afirma, no enunciado 19: *Pela primeira vez, desejo que ele fosse normal*. Sobre as práticas discursivas de exclusão tratadas por Foucault (2006b), a saber, a interdição (a palavra proibida), a separação ou rejeição (como a segregação da loucura, por exemplo) e a vontade de verdade, pode-se dizer que a sexualidade é campo fértil para materialização dos procedimentos de exclusão se se pensar na questão da segregação. No enunciado 19, por exemplo, há um esforço de separação do que é normal ou anormal, do que é moralmente aceito ou não, saudável ou perverso. Nesse caso, a personagem Anastasia veicula uma ideia de que ela não deve se submeter aos caprichos sádicos de seu parceiro porque sabe que isso não é moralmente aceito, ou, em outras palavras, porque se subjetivou a partir da interdição. A esse respeito, o enunciado autoriza a pensar que o que se perde nesse discurso de interdição, já normatizado, é aquilo que se perde por conta da incompletude da linguagem. O lugar a partir do qual o enunciador profere seu discurso, é o lugar onde os enunciados já estariam definidos, materializados e normatizados. A partir desse lugar definiu-se o que são práticas sadomasoquistas, isto é, uma vontade de verdade que fabricou a prática sadomasoquista. Assim, a interdição ou a rejeição dessa prática se constituem a partir de um discurso que revela a verdade sobre ela.

Enunciado 20

Nem sei em que categoria colocá-lo. Se eu aceitar isso... será que ele será meu namorado: Será que vou poder apresentá-lo a meus amigos; Ir a um bar, um cinema, até a um boliche com ele: Sei que não tive essas coisas no passado, mas quero ter no futuro. E não é o futuro que ele imagina. (JAMES, 2012, p. 206).

É senso comum, pelo menos na sociedade brasileira, que a mulher quando começa a se relacionar com alguém vise à estabilidade amorosa e, na maioria das vezes, ao casamento. Um pouco diferente de outras realidades de outras culturas, é senso comum, também, o uso de um anel ou de uma aliança para a firmação de um compromisso. Homens e mulheres são adeptos da prática. No entanto, o enunciado 20 reforça a imagem principalmente dessa mulher já estereotipada. Não se vislumbra nesse recorte, e mesmo em todo o romance, uma possibilidade de resistência a essa imagem de mulher. O reforço dessa imagem estereotipada de mulher, todavia, decorre de dadas práticas discursivas, considerando aí suas regras de formação, que a colocam em uma dada posição e, com isso, produzem determinados lugares a partir dos quais se fala. Tendo a mulher como referencial, objeto de que se fala, discursos imbuídos de ideais patriarcais, ou machistas para o senso comum, novamente, ganham lugar de destaque na e para a produção dessa imagem de mulher.

Outro enunciado pode exemplificar a imagem de mulher veiculada pela história de James.

Enunciado 21

Quero o amor dele. Preciso que Christian Grey me ame. Por isso sou tão reticente no que diz respeito à nossa relação. – Porque, no fundo, reconheço em mim uma compulsão arraigada para ser amada e prezada. [...] O sexo é incrível, ele é rico, lindo, mas isso tudo não significa nada sem seu amor, e o que mata mesmo é eu não saber se ele é capaz de amar. (JAMES, 2012, p. 420).

Segundo Dowling (1986), a dependência psicológica e o desejo inconsciente dos cuidados de outrem é uma força motriz que ainda persiste e mantém a mulher presa a uma rede de atitudes que a impede de utilizar plenamente seu intelecto e sua criatividade. Para essa autora, a mulher ainda espera por algo exterior que venha transformar sua vida, a que ela chama “complexo de cinderela”. Sem remissão a um sujeito fundante, psicológico ou

gramatical, esse enunciado também é um recorte de tantos outros saberes sobre a mulher e sobre o homem. A partir dele se fabrica uma subjetividade. Essa subjetividade, tal como está materializada, circula no meio social e fica disponível a quem queira ou possa assumir essa posição de sujeito.

Os enunciados reunidos nessa primeira série temática compõem os saberes sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher. Tanto o romance *50 tons de cinza* (JAMES, 2012) quanto a obra *A ilusão dos 50 tons* (ETHRIDGE, 2012) formam um conjunto heterogêneo de discursos construídos socialmente. A esse conjunto pode se dar o nome de acontecimento, pois a partir desse conjunto outros dizeres serão formulados. A análise aponta para o fato de que os efeitos de verdade em torno da sexualidade tanto do homem quanto da mulher constituem apenas um recorte em meio à dispersão. Graças aos efeitos de raridade e de acúmulo do enunciado, outros dizeres puderam ser retomados, reforçados ou rejeitados, para multiplicarem os discursos sobre os sujeitos. Em meio ao desejo de ruptura com o modo patriarcal de fabricar identidades e o desejo de curar as tendências perversas quanto ao uso da sexualidade, as obras discutidas acabam por reforçar a heterossexualidade compulsória, a partir da qual a sociedade brasileira é construída.

5.2 A “GUERRA DOS SEXOS”

Os enunciados analisados na primeira série temática veiculam saberes já estabilizados na sociedade brasileira sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher. Ancorados em discursos religiosos, em discursos da medicina ou discursos do senso comum, as obras *50 tons de cinza* e *A ilusão dos 50 tons* colaboram para reforçar estereótipos concernentes à subjetividade do homem e da mulher. Longe de serem a origem desses saberes, observou-se que os enunciadores convocam outros dizeres que são ora acolhidos e repetidos ora rejeitados na e para fabricação de subjetividades.

Desta segunda série temática fazem parte os enunciados cujo modo de funcionamento discursivo permita compreender a construção da hierarquia entre os sexos. Reportando-se, mais uma vez, ao quadro teórico-metodológico desta seção, tratar-se-á da sexualidade relacionada ao ser-poder.

Viu-se na seção quatro que as diferenças entre o homem e a mulher começam a ser vinculadas à diferença sexual no século XVIII. Naquela seção compreendeu-se que construção do mundo de dois sexos tem como base as leis da complementaridade, da essência e, por consequência, do determinismo biológico. A partir dessas “leis”, criou-se a fatal incompatibilidade física, moral ou intelectual entre o homem e a mulher.

As revistas *Época*, de 25 de março de 2013, *Veja*, de 3 de abril de 2013, e *Caras*, de 25 de abril de 2014, chamam a atenção pela multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher. Os discursos materializados nessas revistas colaboram, ainda que haja discussão crítica em alguns momentos por parte dos referidos enunciadores, para a hierarquia a partir da qual se construiu o mundo de dois sexos.

No caso de *Época* (2013), há uma seção intitulada “Especial Mulher”, cujas rubricas *Comportamento*, *Relacionamento*, *Carreira*, *Família* tratam de um suposto equilíbrio entre homens e mulheres, discutem a respeito do homem ideal, problematizam as consequências para a vida de um casal quando a mulher ganha mais que o parceiro e, por fim, tratam do fato de as mulheres ainda estarem tão sobrecarregadas em relação ao homem, mesmo diante de tantas conquistas.

Quanto à *Veja* (2013), a Carta ao leitor intitulada *Preparem os aventais* e a seção Especial intitulada *Nada será como antes* discutem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) *PEC das Domésticas*. Com essa nova lei, a reorganização familiar entra em pauta e, por conseguinte, a temática da hierarquia entre os sexos entra em questão nas discussões.

Já na revista *Caras* (2014) a psicóloga Leniza Castello Branco discute a questão de papéis definidos como masculino ou feminino. Para Branco (2014), ambos os sexos podem exercer papéis construídos socialmente para homens ou para mulheres.

Diante desse cenário, expõem-se os enunciados com o intuito de compreender o funcionamento do dispositivo da sexualidade atrelado às estratégias de poder nessas materialidades o qual corrobora a construção da hierarquia entre os sexos.

Enunciado 22

Não é possível ser um bom companheiro de jornada sem envolver-se com as novas circunstâncias que acompanham a vida da mulher e sem deixar-se transformar por elas. Os homens aceitaram o desafio e estão em plena reinvenção. Mas estão confusos, perdidos, sem saber que papel lhes cabe agora. (ÉPOCA, 2013, p. 52).

Ir em busca de um novo equilíbrio, como afirma *Época*, supõe que houve, em algum outro momento, um equilíbrio entre os sexos nas esferas pública, privada e sexual. O enunciado 22 aponta para um desafio ao que o homem estaria confrontado e, por essa razão, estaria se reinventando. Ao afirmar: *Mas estão confusos, perdidos, sem saber que papel lhes cabe agora*, *Época* (2013) não só reforça a ideia de que em algum momento houve um equilíbrio entre os sexos, mas que também, e possivelmente por isso, havia “equilíbrio”, ambos tinham papéis definidos. A referida revista não informa, ao menos explicitamente, que papéis seriam esses. No entanto, o modo de construção desse enunciado dá indícios de um “equilíbrio” sustentado por um discurso patriarcal, isto é, aquele em que o homem é provedor, chefe de família etc. Nesse modelo de sociedade, os papéis são bem definidos, sobretudo na esfera privada. Relembrem-se os papéis definidos para meninos e meninas em *Emílio, ou da educação*, de Rousseau (1995). O enunciado 23, a seguir, auxilia a compreender o anterior.

Enunciado 23

A tentativa de conquistar o novo coração feminino pode ser frustrante – para eles e para elas. As mulheres, sob o efeito de certo deslumbramento com a autonomia e o poder conquistados, impuseram uma longa lista de pré-requisitos ao parceiro ideal. Mostram-se atraídas por homens que conservam algo de dominador, característica sugerida pelo sucesso na carreira e pela ambição. Ao mesmo tempo querem um companheiro sensível, capaz de deixar transparecer suas emoções. Para os homens, restou o desafio de calibrar esses dois aspectos. Para as mulheres, o jeito é readequar as expectativas a homens reais, não ideais. (*ÉPOCA*, 2013, p. 52-53).

Não desconsiderando as conquistas femininas reforçadas por esse enunciado, problematiza-se, novamente, a contradição entre os dispositivos da aliança e da sexualidade preconizado pelo referido discurso. Primeiramente, ele corrobora a ideia de supremacia feminina, principalmente nas esferas pública e sexual. Depois, veicula uma imagem de mulher deslumbrada com sua nova condição e que, a partir disso, impõe novas condições ao homem. Neste caso, não se trata de travar uma busca pela verdade em termos de falso/verdadeiro, mas de problematizar esses efeitos de verdade em relação à mulher e ao homem. Seguindo o racioncínio desse enunciado, o homem estaria fadado ao fracasso ou à responsabilidade de calibrar os novos aspectos da relação homem/mulher.

Dentre as exigências feitas ao homem pela mulher, segundo *Época* (2013), estão perfis cujas características principais são a sensibilidade, pois as mulheres buscam homens que não respondam mais à necessidade de ter a fama de mau. O homem atual deve dizer “eu te amo” ou chorar vendo um filme, sem que isso fira sua virilidade. Outro requisito apontado pela revista é a divisão equilibrada de cuidados com a casa. Ser “bom pai”, estar presente na vida do filho e participar de reuniões escolares é um requisito para lá de desejado pelas mulheres. A vaidade masculina também não feriria sua virilidade e é aprovada pelas mulheres. A subjetividade do homem e da mulher, tal como representadas por esse veículo de comunicação, é atravessada por outras práticas discursivas. Se a mulher tem possibilidade, na atualidade, de fazer exigências comportamentais ao homem, essa possibilidade é produto de discursos que constroem socialmente um novo perfil de homem na sociedade. O novo perfil, fruto não só de uma suposta perda de papéis antes cristalizados na sociedade, mas também de investidas do mercado capitalista, como assinalou Bonácio (2009), dá lugar a efeitos de verdade sobre o “novo homem”. Tais efeitos produzem um sujeito preocupado com a vaidade, empenhado nos afazeres domésticos e preocupado com o cuidado com os filhos. A solidez do homem macho, construída graças ao perfil patriarcal da sociedade, se desfaz para dar lugar a esse novo homem. As relações de saber e de poder entram em ação para que os sujeitos sejam docilizados e virilizados em um e outro momento.

Entretanto, se no campo profissional a mulher for bem sucedida, sobretudo se ganhar mais que o companheiro, pode ser um fator complicador para o bom andamento do relacionamento. *Época* (2013) afirma que 37% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Os dados são do IBGE. A notícia, boa para uns e ruim para outros, pode desencadear conflitos, conforme o trecho a seguir.

Enunciado 24

Ele não perdia uma chance de dizer que trabalhava melhor do que eu [...] começou a dizer que, se eu ganhava mais, tinha de pagar as despesas dele também. [...] Quero alguém que esteja no mesmo patamar. (*ÉPOCA*, 2013, p. 56).

Retomando a discussão realizada na subseção 4.2, há um discurso heteronormativo embutido nesse trecho. Esse discurso permeia a sociedade brasileira. Desde a construção equivocada da concepção de sexo, conforme explicou Butler (2012), naturalizam-se as

categorias de masculino e de feminino ancoradas em um determinismo biológico. O fato de o homem ser sempre considerado como o sexo forte e a mulher como o sexo frágil desencadeia uma imagem de mulher que, pela fragilidade, não pode estar em um patamar superior ao do homem, seja no âmbito, físico, intelectual ou econômico.

Outro problema desencadeado por esse viés heteronormativo está relacionado às divisões dos cuidados com a casa e com os filhos. Como visto em outro momento, o homem foi estimulado ao casamento para que isso o transformasse em um novo padrão de masculinidade. Nesse novo padrão, a mulher seria responsável por temperar a rudeza masculina, pois foi considerada a pedra angular do equilíbrio familiar. Ela seria valorizada como aquela que iria educar os filhos. Desde então, os cuidados com os filhos e com as tarefas da casa estariam a seu cargo.

Enunciado 25

O marido gosta e quer participar. Sabe até combinar roupinhas para vestir Malu – uma habilidade rara entre pais e maridos. Mas ela ainda se ressentida de ter de pensar em todos os detalhes. ‘ele vai à farmácia comprar o que Malu precisa, mas sou eu que tem de explicar o que comprar’, diz Maria Cláudia. (ÉPOCA, 2013, p. 60).

O advérbio *até* em *sabe até combinar roupinhas para vestir Malu* dá margem à compreensão de que o cuidado com os filhos sempre coube à mãe e que, por isso, não é preocupação ou obrigação do pai saber vesti-los. O suposto pai aí descrito gosta e quer participar dos cuidados da filha e, inclusive, está apto a uma tarefa que não lhe caberia, segundo práticas sociais determinadas para o homem e para a mulher. Em outro momento foi visto que a boneca foi a protagonista no século XIX quando da educação das jovens que deveriam ser preparadas para cuidar dos filhos e para amá-los. Embora esse suposto pai até saiba combinar roupas ao vestir sua filha, o que é, em dada relação de poder/saber, uma habilidade rara para pais e maridos, ainda cabe à mãe a responsabilidade de dizer o que deve ser comprado na farmácia para o cuidado da filha. O pai não se nega a ir, mas ainda não está apto a essa tarefa, visto que desde o século XIX a mulher estaria condenada à vida privada e ela quem sempre cuidou de tudo isso.

Ver um homem vestindo seu(sua) filho(a) causa estranhamento ainda nos dias atuais. Rousseau (1995, p. 256) já preconizava: “Dai ao homem um ofício que convenha a seu sexo [...] toda profissão sedentária e caseira, que efemina e amolece o corpo não lhe

agrada nem lhe convém”. Esse discurso sobre a escolha da profissão relacionada ao sexo idealizada por Rousseau (1995) atravessa a atualidade. Assim, um discurso como o descrito anteriormente não dá origem a um discurso heteronormativo com relação à dinâmica familiar. Entretanto, ele reafirma tal discurso e fabrica subjetividades tanto para o homem quanto para a mulher.

Em entrevista à *Época* (2013), a historiadora Stephanie Coontz explica que garotos policiam outros garotos para não agirem como garotas. Sobre isso, a historiadora considera que as atitudes das mulheres a respeito da masculinidade não mudaram, mesmo depois das conquistas do movimento feminista. Sob justificativa de que a mulher tem responsabilidade na maneira pela qual o homem se comporta, ela sugere mudanças de hábitos por parte da mulher como, por exemplo, começando por não criticá-lo quando ajuda na tarefa doméstica. Normalmente, explica a autora, a mulher reivindica seu título de especialista no assunto e não aceita de bom grado o que o homem fez ou tentou fazer.

Consoante a essa ideia, Albuquerque Júnior (2011) sugere um desafio para o encontro das diferenças entre os sexos. Para esse historiador, o corpo masculino deve ser politizado, isto é, tomado como uma realidade e um problema que precisam ser colocados em pauta nas discussões feministas. Em suas reflexões, ao se questionar um discurso muito comum no Brasil, no qual se vislumbraria uma sociedade de cabras machos, propõe que sejam modificados os modos de pensar e as práticas que definem, constituem e, por conseguinte, instituem o homem. Para ele,

se os estudos de gênero afirmaram o caráter relacional das definições de gênero, dos modelos de gênero, as mensagens e práticas feministas não devem estar voltadas apenas para um lado da relação, mas devem se dirigir aos dois agentes das relações de gênero. Tomar os homens como inimigo a combater ou aqueles a quem se deve derrotar talvez só contribua para reforçar essa forma de ver o masculino presente em nossa cultura e produza um masculino ainda mais crispado, defensivo e agressivo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 41).

Sob a justificativa de que é preciso deixar de ser macho ou fêmea para ser um ser humano melhor, Albuquerque Júnior (2011) encerra suas considerações afirmando que:

As mulheres podem contribuir decisivamente para a mudança do masculino, modificando inclusive a imagem de masculino que desejam, que reclamam, que requerem. As mulheres podem começar a mudar os homens mudando o masculino que as habita, o masculino que veicula e

expressa em dadas situações, em dados gestos, comportamentos e discursos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 45).

Ainda no âmbito da esfera privada, mais propriamente sobre os cuidados com a casa, *Veja* (2013) traz à pauta a discussão sobre a *PEC das domésticas*, uma emenda constitucional que amplia os direitos trabalhistas dos empregados domésticos e, com isso, acaba por veicular efeitos de verdade sobre a hierarquia entre os sexos.

Frente a esse avanço social, as próprias empregadas domésticas são reticentes quanto à nova lei por temerem perder seus empregos fixos, pois uma vez cumpridas todas as exigências legais, a mão de obra dessa categoria encarece sobremaneira. O enunciado 26 dá visibilidade ao modo como no Brasil a hierarquia entre os sexos, na esfera privada, ainda é latente e o homem é percebido como aquele que deve estar presente na vida pública. Sobre esse aspecto é importante lembrar que os discursos midiáticos não devem ser entendidos como documentos que viriam atestar uma verdade, ou validar teorias. Ao entender os discursos midiáticos como monumento, apreende-se que eles mantêm relações estreitas com discursos de outros momentos da história. Assim, longe de atestar ou de refutar uma verdade, entendê-los como monumento faz aparecer as rupturas, as descontinuidades nas práticas discursivas com relação ao objeto tratado. Em meio a essa dispersão, há sempre um elemento e outro que retorna, que se repete para dar regularidade e fazer aparecer uma verdade sobre o homem ou a mulher.

Enunciado 26

Afinal, a sociedade brasileira caminha para ficar em sintonia com a realidade dos países mais avançados, onde ter empregada é um luxo acessível apenas aos muito ricos – enquanto na maioria dos lares a mulher, o marido e os filhos se revezam no aspirador de pó, na cozinha e na pia. (ÉPOCA, 2013, p. 11).

Em uma comunidade imaginada, no interior da qual o patriarcalismo seja dominante, não é comum ver homens dividindo tarefas domésticas com a mulher e os filhos, outro aspecto que causa, ainda, estranhamento na sociedade brasileira. O próprio nome atribuído à Emenda à Constituição *PEC das domésticas* presume que as tarefas domésticas são desempenhadas por mulheres, marcando aí o lugar de um de outro na esfera privada.

Outro discurso exemplifica o modo brasileiro de colaborar para a construção social do mundo de dois sexos. A modelo brasileira Yasmin Brunet, ao explicar como passou a cuidar da própria casa, perpetua uma imagem de feminilidade relacionada ao trabalho doméstico. A modelo, todavia, não dá origem a esse discurso sobre a mulher, ainda que se queira lhe atribuir o estatuto de sujeito gramatical que tenha proferido tais palavras. A modelo repete um enunciado dito em muitos outros momentos. Ser mais “mulherzinha”, neste caso, é também uma construção social e faz referência, neste caso, a pessoas que zelam do lar. A maneira como está construído esse enunciado leva a entender que se sua profissão exige que ela fique muito mais tempo fora que dentro de casa, ela estaria exercendo uma profissão que caberia a um homem ou, no mínimo, a uma mulher moderna, pois para ter atributos realmente femininos é preciso ser do lar. Reforça-se, aí, a lei da complementaridade instituída por Rousseau. Nessa lei, o filósofo pressupunha divisões de papéis diferentes e complementares para os dois sexos. A mulher pertenceria à esfera privada e o homem à esfera pública. Nesse modo de existência, haveria complementaridade, pois enquanto um se responsabiliza pela organização familiar o outro vai em busca de subsídios econômicos que dê conta dessa organização.

Outro efeito de verdade pode ser localizado aí. Faria (2012) explica que duras críticas aos modelos tradicionais de família ocorreram na chamada segunda onda do feminismo, momento em que duas lógicas contraditórias se complementavam: o desejo de inserção da mulher no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, o reforço de seu lugar na família, isto é, no lar.

Enunciado 27

Yasmin Brunet admite que tinha tudo para ser uma ‘patricinha’. Mas, no tempo que passou em Nova York, a modelo aprendeu a lavar, passar e cozinhar. Parte da mudança se deve ao marido, Evandro Soldati, com quem divide as tarefas da casa. ‘Ele me ensinou a ser mais mulherzinha’. (ÉPOCA, 2013, p. 76).

Ser do lar significaria abrir mão de ser “patricinha”⁴⁹? Ser “patricinha” e ser “mulherzinha” são modos de ser e de se comportar um tanto incompatíveis. Não se pode

⁴⁹ Sobre o que é ser “patricinha”, ver o blog *Patricinhas do Brasil*. Disponível em: <<http://patricinhasdobrasil.blogspot.com.br/2008/08/o-que-ser-patricinha.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

afirmar que uma pessoa que toma conta da sua casa não possa ser “patricinha”, no entanto, conciliar as duas atividades exige habilidade.

Embora Leniza Castello Branco explique que ser masculino ou feminino está além do sexo e que ambos os sexos podem exercer papéis masculinos e femininos, as reflexões da psicóloga contribuem para o reforço do ideal patriarcal. Trata-se de um discurso cujo sujeito constrói sua fala a partir do atravessamento de outros discursos patriarcais. Reportando-se ao efeito de acúmulo, este dá visibilidade a um tipo de poder, graças a sua relação com o saber, vinculado aos enunciados recortados nesta série temática. Quando postos em funcionamento, esses discursos produzem posições de sujeito a serem ocupadas tanto pelo homem quanto pela mulher. Ao ocupar essa posição de sujeito, a enunciadora naturaliza a questão dos papéis pré-definidos na sociedade. A atribuição de papéis a um e a outro de acordo com seu sexo não é problematizada.

Enunciado 28

Simbolicamente, o feminino é representado pela mãe, pela Lua. É o lado esquerdo, o sentimento, o corpo, a suavidade, a aceitação, a docilidade [...]. Já o masculino é representado pelo pai, pelo Sol. É o lado direito, o polo positivo, a mente, a assertividade, o cortar, a espada, a agressividade [...]. (CARAS, 2014, p. 62).

Quanto à esfera sexual, a autora explica que a sociedade espera que o homem e a mulher assumam seus papéis e, no casamento, se comportem de acordo com as características dos símbolos descritos. No entanto, explica ela, nem sempre isso ocorre, pois os papéis podem ser trocados ou misturados. Fazendo apologia à alternância de papéis, sob justificativa de que ambos podem cumprir tanto papéis masculinos quanto femininos, conclui-se que Branco (2014) perpetua ideais patriarcais ao dizer que:

Enunciado 29

Essas duas polaridades são importantes, completam-se e são necessárias para formar uma família. Mesmo naquelas nas quais apenas a mãe ou o pai cumpre os dois papéis. [...] Portanto, os dois sexos podem cumprir ambos os papéis ou até se revezarem, vivenciando, assim, os vários aspectos de sua personalidade. Se tiverem filhos, será saudável para eles. Quanto menos preconceito e mais flexibilidade, mais livres nos sentimentos e ficamos menos amarrados em convenções, o que só contribui para a felicidade geral. (CARAS, 2014, p. 62).

Uma leitura mais detalhada do enunciado 29 permite entender que certa regularidade a propósito da construção social da hierarquia entre os sexos como aquela oriunda das leis da complementaridade, da essência, prevalece nos dias atuais. Esse efeito de verdade com relação à sexualidade do homem e da mulher é construído graças aos discursos e práticas da hierarquia entre os sexos que têm seus pontos de origem múltiplos e difusos. Embora esse recorte dê margem para uma concepção de família em que exista apenas o pai ou apenas a mãe, a atribuição de papéis ainda é endossada pelo viés heteronormativo.

Ainda sobre esse enunciado, vale destacar a discussão de Foucault (1984a) quando da problematização moral dos prazeres, mais particularmente, quando discutiu sobre “os atos de Afrodite” (Aphrodisia). Nesse tópico, Foucault fala sobre a prática dos prazeres sexuais entre os gregos que também diziam respeito a outra variante que se poderia chamar, segundo Foucault (1984a), de “papéis” ou de “polaridade”. A esse respeito, Foucault explica:

Ao termo *aphrodisia* corresponde o verbo *aphrodisiazein*; ele se refere à atividade sexual em geral: assim, fala-se do momento em que os animais chegam à idade em que são capazes de *aphrodisiazien*, também designa a realização de um ato sexual qualquer: assim, Antístenes evoca em Xenofonte a vontade que ele tem, às vezes, de *aphrodisiazien*. Mas o verbo pode, igualmente, ser empregado com seu valor ativo; nesse caso, ele se refere particularmente ao papel dito ‘masculino’ na relação sexual, e à função ‘ativa’ definida pela penetração. E, inversamente, pode-se empregá-lo em sua forma passiva; nesse caso, ele designa o outro papel na conjunção sexual: o papel ‘passivo’ do parceiro-objeto. Esse papel é o que a natureza reservou às mulheres [...]. Mas é preciso sublinhar que, na prática dos prazeres sexuais, distingue-se claramente dois papéis e dois polos, como também podem ser distinguidos na função generativa; são dois valores de posição – a do sujeito e a do objeto, a do agente e a do paciente: como diz Aristóteles, ‘a fêmea enquanto fêmea é de fato um elemento passivo, e o macho, enquanto macho, um elemento ativo’. (FOUCAULT, 1984a, p. 59-60, grifo do autor).

Entender como a hierarquia entre os sexos foi e vem sendo construída historicamente nas esferas privada, pública e sexual, ajuda a entender que os enunciados analisados são frutos das determinações históricas e, portanto, não há um sujeito fundante ou mesmo gramatical que instituiriam os saberes. Quando se fala de hierarquia entre os sexos, não há separação estanque entre essas três esferas, pois as três estão imbricadas. Não é possível falar da mulher sem relacioná-la ao homem, assim como não é possível

falar da esfera pública sem relacioná-la à privada e nem falar da relação entre os sexos sem relacioná-la à esfera sexual.

Os discursos midiáticos em pauta funcionam como um instrumento de governamentalidade pelo fato de a governamentalidade estar diretamente relacionada ao conjunto de estratégias utilizadas para a condução de condutas. Como observado, as estratégias de poder para a condução das condutas não são oriundas de um momento histórico único. Ao contrário, elas têm seu ponto de origem múltiplo. Assim, embora um ou outro momento prevaleça para a confecção da subjetividade do homem ou da mulher, a governamentalidade é atributo da mistura das formas de governo de momentos históricos distintos. Nessa linha de pensamento, os sujeitos homem ou mulher se constituem a partir das práticas disciplinares e, aqui, pensa-se que as práticas disciplinares são configuradas pelo discurso heteronormativo. O poder se exerce sobre cada indivíduo, controlando-o e lhe impondo uma identidade. Entretanto, há possibilidade de resistência, pois a individualidade, ou a identidade imposta pelo poder, a cada um, é um efeito e também um instrumento do poder. A esse respeito, pode-se dizer que a individualidade de cada um se constrói por gestos, comportamentos, desejos, idealizações e também por verdades acerca dos sujeitos. Assim, o indivíduo é um dos efeitos do poder e do saber sobre ele. Se o poder disciplinar se exercia sobre o corpo do indivíduo e o poder pelo viés da biopolítica se exercia sobre a população, o biopoder do qual o indivíduo é investido exerce-se sobre a sexualidade. Esta se encontra entre o corpo e a população e é alvo e objeto do poder.

Vale investigar se existiriam possibilidades de resistências a esse dispositivo da sexualidade tal como representada pelos discursos midiáticos. Segundo Foucault (1984a), os movimentos feministas ou as reivindicações homossexuais, e aqui se prefere dizer de igualdade de gênero, não são os únicos meios pelos quais se pode resistir ao dispositivo da sexualidade. Para o filósofo, as possibilidades de resistências ao dispositivo da sexualidade implica em libertar-se da ideia de que o prazer está apenas no sexo e no desejo do sexo.

Com a criação deste elemento imaginário que é ‘o sexo’, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, libertá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade. [...] Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das idéias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo. [...] Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os

prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder, será com relação à instância do sexo que devemos liberar-nos. Contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres. (FOUCAULT, 1988, p. 171).

Diante do exposto, entende-se que se devem criar possibilidades de prazer para além de todas as formas organizadas no interior desse dispositivo da sexualidade que é imposto ao corpo social. A análise dos elementos da função enunciativa leva em conta, não por acaso, o efeito de raridade. O discurso raro, neste caso, é o discurso que prevalece, que se torna único. Daí se problematizar a atualidade para depreender os efeitos de verdade da hierarquia entre os sexos em discursos midiáticos.

5.3 A VIRILIZAÇÃO E A DOCILIZAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER CONTEMPORÂNEOS

Tratou-se, nas subseções 5.1 e 5.2, da análise dos enunciados cujo modo de funcionamento discursivo permitisse identificar a construção dos saberes sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher, em um primeiro momento e, depois, a construção histórico-discursiva da hierarquia entre os sexos nesses enunciados. A análise empreendida nas séries temáticas anteriores foi importante para que se possa, a partir disso, congregando outros dizeres cujo modo de funcionamento discursivo permita compreender a construção social de uma “guerra” entre os sexos no interior da qual ora se virilizam ora se docilizam um e outro.

Assim, desta terceira série temática farão parte enunciados cujo teor verta para a ideia segundo a qual a mulher teria vencido a “guerra dos sexos”. A leitura inicial desses discursos midiáticos apontou para enunciados que replicam ou deslocam a ideia de “guerra dos sexos”, esta como algo estabilizado. Entende-se que a partir da retomada e do deslocamento do arquivo que, no fio da história, foi se constituindo sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade atual, seja possível selecionar e atualizar elementos da memória desse arquivo que, por sua vez, possa fazer aparecer o modo como as diferentes práticas sociais sugerem uma representação da subjetividade do homem como aquele que teria perdido a “guerra”. Perseguindo a ideia de que ambos estão imersos em

um processo de docilização e de virilização compulsórias em momentos distintos da história, pensa-se tratar de uma estruturação do dispositivo da sexualidade que ajusta os efeitos de verdade aos acontecimentos múltiplos e independentes.

Se nas séries temáticas anteriores discutiu-se a respeito da verdade a partir da relação ser-saber e a questão da sexualidade relacionada ao ser-poder, nesta série temática se discutirá a respeito da subjetividade relacionada ao ser-si, isto é, a relação do ser-consigo, a partir dos processos de subjetivação permeados pelo discurso, pela história e pela linguagem.

A revista *Veja*, de 26 de setembro de 2012, dedicou quatorze páginas dessa edição à relação sadomasoquista tratada no romance pornoerótico *50 tons de cinza* (2012). Nesse mesmo ano, *Época*, de 8 de outubro de 2012, veiculou em sua capa o enunciado *A mulher venceu a guerra dos sexos*. Enquanto isso, Rosin (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012) publicava, no mesmo ano, o livro *The end of man (O fim dos homens)*⁵⁰. Já em 2014, o programa de entretenimento da Rede Globo de televisão, *Amor e Sexo*, exibiu, no dia 23 de outubro, um episódio intitulado *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*. O que chama a atenção nesses enunciados é uma suposta exaltação à supremacia feminina em oposição ao fracasso masculino. Diante disso, interrogam-se as condições de possibilidade que respondem pela emergência dessa necessidade que se tem de falar sobre a sexualidade de sujeitos homem e mulher, de fazer dela também um instrumento de batalha, no caso aqui analisado, a “guerra dos sexos” em discursos midiáticos.

Foucault (1988) se atentou para o fato de que desde o século XVIII o sexo é alvo de um erotismo generalizado. Os discursos sobre o sexo, entretanto, não se multiplicaram fora do poder e, muito menos, contra o poder. O sexo foi “obrigado” a ter uma existência discursiva. Ao contrário de ser alvo de interdição, “[...] focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição” (FOUCAULT, 1988, p. 29).

A proliferação dos discursos sobre o sexo prevalece nos dias atuais, a julgar pela multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher presentes em discursos midiáticos na contemporaneidade, sejam eles sustentados por especialistas como médicos, sexólogos, psiquiatras, estudiosos das teorias de gênero etc. Os discursos sobre o sexo estão sempre permeados pela vontade de verdade. A revista *Veja*, de 26 de setembro

⁵⁰ O referido livro ainda não está disponível no Brasil. Entretanto, a entrevista concedida à Revista *Época* permite compreender o objetivo da obra (CORONATO; YURI; LINS, 2012).

de 2012, por exemplo, dedicou quatorze páginas de sua edição com intuito de perguntar a mulheres qual era o segredo do sucesso do romance *50 tons de cinza*.

Enunciado 30

Vamos falar daquilo? Veja foi saber de empresárias, modelos, donas de casa e até ministras de estado qual o segredo do best-seller que hipnotiza as mulheres e incomoda os homens. (VEJA, 2012, p. 1).

Como discutido na primeira série temática, o romance *50 tons de cinza* teria feito sucesso entre as mulheres, no Brasil, principalmente pelo seu teor romântico. Sem emitir juízo de valor à referida revista, é importante frisar que *Veja* é de distribuição semanal e além de estar disponível a assinantes, ela também pode ser encontrada em locais públicos como escolas, salas de espera em consultórios médicos ou dentários, em salões de beleza. Ela é encontrada em bancas de jornais e revistas e conta, ainda, com um acervo digital. Como o sujeito é produto da relação do saber e do poder, os discursos sobre sexo e sexualidade instauram efeitos de verdades sobre os indivíduos.

Enunciado 31

O verdadeiro fenômeno da trilogia erótica Cinquenta Tons de Cinza não é vender tanto – é fazer com que as leitoras tratem abertamente e sem culpa do que gostariam de dividir com os homens na cama (VEJA, 2012, p. 105).

Considera-se que se está diante de um fenômeno a que Foucault chamou à sua época de “supersaber”, “[...] um saber de qualquer forma excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas” (FOUCAULT, 2006a, p. 58). Como o poder é um conjunto de mecanismos que incide e atua sobre a vida, retomando as reflexões elencadas na primeira seção deste trabalho, é preciso investigar as formas de resistência e a tentativa de dissociar estas relações. Os recortes 30 e 31, dispersos como estão, configuram o embate entre os sexos dando rosto ao homem e à mulher, categorizando-os a partir das diferentes práticas discursivas identitárias materializadas na mídia. No enunciado 31, o sujeito do enunciado intenta dizer que a mulher não pode ou não consegue falar sobre sexo com um homem, pelo menos não abertamente ou sem culpa. Com isso, o sujeito do enunciado traz à tona, ou pelo menos

sinaliza a possibilidade de refletir sobre o que a mulher gostaria de dividir com o homem na cama. Esse enunciado faz referência ao romance *50 tons*, assim, presume-se que são as formas ou fórmulas de fazer sexo como as descritas no livro que incitariam desejos na mulher.

O enunciado 31 promove ou repete um discurso segundo o qual assuntos tratados antes de forma velada e com culpa, como falar de sexo, agora podem, após a leitura do romance, ser tratados naturalmente, daí o livro ser considerado um fenômeno, uma vez que proporcionaria às leitoras a liberdade para falar desse assunto ainda predominante em roda de conversa entre homens. O campo associado desse enunciado atrela a mulher a uma visão conservadora, pois se desde o século XVIII há uma incitação ao discurso sobre sexo, parece que no século XXI a questão ainda não estaria bem resolvida, sobretudo para a mulher. Os enunciados 30 e 31 atribuem um poder à mulher que, agora, pode falar sobre sexo abertamente com um homem. Entende-se, assim, que há uma tentativa de virilização da mulher ao representá-la em pé de igualdade com o homem no campo sexual.

Enunciado 32

[...] cabe perguntar o que os homens do mundo inteiro já estão se perguntando: o que querem as mulheres que compõem a legião de fanáticas pela trilogia? A resposta não é simples. Entender as mulheres sempre foi um desafio enorme – e, se essa preocupação soa como chavão, é porque ela é recorrente e jamais nos abandonou [...] Será que depois de cinco décadas de luta por liberdade sexual, independência financeira, direitos iguais aos dos homens, a mulher de hoje, exaurida pela exigência de ser a mãe perfeita, a mulher magra e linda e a excelente profissional, quer mesmo é levar uma surra apaixonada do maridão? Se o estouro de Cinquenta Tons de Cinza servir como um guia para a compreensão da sexualidade feminina, tudo indica que sim. (VEJA, 2012, p. 107-108).

Para o cristianismo primitivo a mulher era responsável por lançar os homens uns contra os outros ao incitarem a luxúria e o ciúme. Por ser um sexo frágil, como era caracterizada, podia ser facilmente possuída pelo mal e, assim, tornar-se nociva. A partir dessa concepção de mulher pelo cristianismo, ela passou a ser associada à fonte do pecado original. Há um discurso corrente segundo o qual a mulher é um ser difícil de ser entendido e, não raro, esse discurso é retomado, como se viu nos enunciados 31 e 32. Mais uma vez, a exemplo dos enunciados apresentados na primeira série temática, esses últimos veiculam e acabam por naturalizar um ideal de mulher submissa. A voz que ressoa desse recorte é a voz do viril, aquele cujas características formam o protótipo do discurso heteronormativo.

Sob esse mirante, compreender a sexualidade feminina passaria pela compreensão de que toda mulher gosta de apanhar.

Há de se entender, todavia, que construções sociais e culturais produzem identidades para a mulher essencialmente masoquista. Para o senso comum, as mulheres teriam tendência para o masoquismo. A ideia de que toda mulher gosta de apanhar, como sugeria Nelson Rodrigues em uma de suas célebres frases, está ainda muito presente na memória social. A psicanálise teria contribuído para reforçar o mito, uma vez que Freud teria elaborado uma teoria na qual reforçou a associação entre passividade, masoquismo e feminilidade (NUNES, 2000). Tal ideia teria sido formulada, entretanto, pela psiquiatria e sexologia do século XIX como parte de uma estratégia de regulação do corpo feminino, com vistas a circunscrever as mulheres à esfera doméstica e à maternidade, estratégia iniciada no século XVIII quando a mulher e sua sexualidade eram assunto privilegiado dos discursos médicos (NUNES, 2000).

As lutas e, por conseguinte, as conquistas femininas, favorecem o direito de ser diferente, isto é, de mudar o curso da história. Entretanto, visto por outro prisma, tais lutas acabam por separar homens e mulheres ao reforçar aquilo que fragmenta sua união. Ao se propor uma problematização da atualidade, qual seja, uma recusa relativa de verdades construídas das subjetividades, almeja-se, dentre outros objetivos, entender a maneira pela qual o saber sobre o masculino e o feminino circula e funciona.

Descreve-se, desse modo, a positividade dos discursos midiáticos, substituindo as totalidades ideais pela raridade, já que “[...] nem *tudo* é sempre dito; em relação à combinatória ilimitada dos elementos linguísticos, os enunciados (por numerosos que sejam) estão sempre em *déficit*” (FOUCAULT, 2009, p. 135, grifo do autor) e as origens pelo acúmulo, pois neste se leva em conta o fenômeno de recorrência, o que permite colocar o que foi dito no passado, como uma verdade adquirida ou um acontecimento que se produziu, como algo que se pode modificar ou transformar.

Se por um lado, há discursos que perpetuam a imagem de mulher frágil e naturalmente submissa, outro discurso corrente, fruto do senso comum, ainda permeia as práticas discursivas midiáticas para fabricarem uma imagem de mulher que se relaciona sexualmente ou afetivamente apenas com pessoas bem sucedidas financeiramente. Lembrando o “complexo de cinderela” formulado por Dowling (1986), esse modelo de mulher espera por algo exterior que venha para transformar sua vida, com a diferença de que nesse modelo a dependência não é psicológica, mas financeira. Tais características

permeiam as construções sociais sobre a mulher, como se lê neste enunciado formulado pelo humorista Marcelo Madureira:

Enunciado 33

Queria ver se o lindo e bilionário Christian Grey fosse caixa de banco. Duvido que a Anastasia iria dar todo esse mole. [...] Anastasia (nada a ver com o governador de Minas) Steele é estudante e comerciária, tem um iPod e um Fusca. Christian Grey (grey, cinza na grafia britânica e gray, na americana, essa é a ‘sacada inteligente’, pessoal) é lindo, bilionário, tem um Audi cupê, curte ópera de Delibes, pilota um helicóptero EC 135 Eurocopter nas horas vagas e serve um finíssimo branco Pouilly-Fumé. (MADUREIRA apud VEJA, 2012, p. 108).

Com “licença” humorística, essa característica pode circular livremente. No entanto, a dose de humor não esconde o estereótipo em relação à mulher que é alicerçado por relações de saber e de poder nas quais impera uma concepção equivocada de sexo e de sexualidade. Tais construções sociais são endossadas inclusive por muitas mulheres. Novelas e séries televisivas não cessam de mostrar histórias de amor protagonizadas por casais cujo par nobreza/plebe normalmente invisibiliza a relação. Nesse tipo de relação, o amor é praticamente impossível de ser vivido, pois a pessoa que pertence à classe mais baixa da sociedade poderá ser acusada de obter favores financeiros e estaria em companhia da pessoa abastada por interesse. Embora isso ocorra igualmente com homens, ainda é mais comum a atribuição de tais características à mulher, dita “interesseira”. O enunciado a seguir reforça a dependência feminina, seja ela financeira ou psicológica:

Enunciado 34

‘Para desgosto das feministas radicais, e surpresa geral, o sucesso do livro mostrou que, a despeito de toda a independência financeira e sexual conquistada nas últimas cinco décadas, as mulheres ainda idealizam a figura masculina’, diz o filósofo Luiz Felipe Pondé. ‘Grey representa a potência, o homem provedor. Ele é o sonho de todas as mulheres ditas emancipadas’. Essa necessidade de um forte para chamar de seu, que a psicobiologia acredita ter origem nos tempos das cavernas, quando as caças do macho garantiam a sobrevivência da mulher e da prole, parece mesmo estar arraigada à psique feminina. (VEJA, 2012, p. 111).

O discurso de cunho psicologista pautado no determinismo biológico dociliza a mulher dependente do provedor e a viriliza ao ressaltar sua independência financeira e sexual, ao mesmo tempo em que viriliza o homem ao eternizá-lo como o sexo da

humanidade, mas também docilizá-lo para estar perto dessa mulher que agora não é mais sua dependente. São discursos concorrentes, haja vista não considerarem a diferença como algo positivo.

Em contrapartida, chama-se a atenção para o enunciado 35:

Enunciado 35

Para os homens, uma sociedade equilibrada será mais rica e feliz. Combater o machismo é bom para ambos os sexos. (ÉPOCA, 2012, p. 72).

Para Albuquerque Júnior (2011), a heteronormatividade pretende que homens gostem de mulheres e que as desejem sexualmente, mas ao mesmo tempo trava uma guerra entre ambos, resultando sempre na insatisfação de um ou de outro. Isso acaba por dividi-los e separá-los.

Entende-se por esse enunciado que as conquistas femininas não precisam ser vistas como ameaça, mas como algo positivo, uma vez que se fala em equilíbrio de poder econômico. Tal equilíbrio pode ser salutar para ambos, mas principalmente para eles, os homens que têm as mulheres como aliadas no campo profissional, daí a sociedade ser mais rica e feliz. A materialidade desse enunciado, aliada à imagem fotográfica dos presidentes Dilma Rousseff e Barack Obama, pode atestar tal equilíbrio. Dilma estava em seu segundo ano de mandato no ano de 2012 e, mesmo em meio a críticas de seus opositores, vivia-se um momento de expansão econômica em território brasileiro. O Brasil estava no alvo de investidores internacionais.

Ao se afirmar, no entanto, que *combater o machismo é bom para ambos os sexos*, parte-se da premissa de que há um consenso quanto à existência de uma sociedade machista. Ser machista já está posto, pois só se combate algo com o qual se opõe e se é contrário. Vale dizer que o machismo não é praticado apenas por homens, assim como o feminismo não é praticado apenas por mulheres. Homens e mulheres podem ser igualmente machistas ou feministas.

A título de exemplo, veja o enunciado a seguir, quando o futebolista argentino Conca, ao ser questionado por *Caras* (2014) sobre o fato de concordar ou não com o ditado popular segundo o qual *atrás de um grande homem tem sempre uma grande mulher*:

Enunciado 36

Com certeza. Paula é dedicada. Se preocupa com tudo em casa [...] Ela poderia muito bem ficar sem fazer nada [...] (CARAS, 2014, p. 145).

Mas, não se pode crer, ingenuamente, que o enunciado em pauta, por apresentar um sujeito-enunciador, no caso o jogador Conca, deva se submeter às relações entre o autor e o que ele disse ou quis dizer, ou disse sem querer. Descrever a referida formulação como enunciado consiste em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar um indivíduo para ser seu sujeito. Como um sujeito nunca é origem do seu dizer, mas sua posição de sujeito o convoca a dizer de um modo e não de outro, vê-se um enunciado povoado de outros dizeres. É preciso, então, entender as condições sob as quais esse enunciado foi produzido e seu funcionamento na e para instituição de efeitos de verdade sobre o comportamento feminino.

Por exemplo, quando o jogador afirma que sua mulher poderia muito bem ficar sem fazer nada, presume-se que sua situação econômica dá conta da organização familiar, tal como o homem provedor concebido no século XVIII. A profissão de jogador na sociedade brasileira é alvo de cobiça quando o assunto é a remuneração e, embora isso não ocorra com todos os jogadores das diversas modalidades de esportes, tornou-se senso comum dizer que jogador, sobretudo de futebol, como o caso de Conca, que jogou pelo Fluminense, ganha altíssimo salário. É possível presumir, também, que esse dizer reforça uma memória social patriarcal no interior da qual a mulher não deve trabalhar fora, pois nesse modelo de sociedade é preferível que ela fique em casa e tome conta de tudo para que ele, o marido, possa dar conta da organização familiar, que depende principalmente de seu trabalho.

Ainda com relação a essa formulação, vale retomar discursos rousseauianos cujos ideais iluministas podem dialogar tranquilamente com enunciados como esse, pois segundo esse filósofo, a natureza, esse princípio normativo, advoga que cada sexo tem sua especificidade e seu lugar no mundo. Rousseau não deixou de valorizar as mulheres ao atribuir-lhes a “perfeição”. Esta, porém, quanto às suas características morais e biológicas condizentes com as funções maternas e a vida doméstica, sob o argumento de que isso não era uma imposição social, mas um desígnio da natureza. É assim que o século XXI faz eco aos quatro cantos, perpetuando um discurso machista.

Na contramão, pode-se dizer, também, que combater o machismo seja “bom para ambos os sexos” pelo fato de que há homens que se sentem muito confortáveis com a supremacia feminina. Estaria o homem, já fato comprovado em determinados setores da vida pública ou da privada, gostando dessa situação, uma vez que o “fardo” já não lhe pesa tanto. Aqui, mais uma vez, reporta-se a Albuquerque Júnior (2011), pois chama a atenção para a necessidade e urgência de redefinir o masculino. No seu entender, o homem precisa libertar-se do fardo da forma hegemônica com que, ainda hoje, se define a masculinidade. O homem precisa, ainda, perceber as perdas e danos que ela acarreta.

A subjetividade do homem vem sendo delineada pelos discursos midiáticos. Mesmo quando o assunto é a mulher, é dele que se fala. Como a escrita de um não se faz sem a do outro, quando a mídia materializa discursos dos avanços femininos, o corpo masculino é a primeira superfície para a inscrição dos acontecimentos. No caso do equilíbrio social e econômico como sendo “bom para ambos os sexos”, enunciado 35, se veicula um discurso que sugere a docilização do homem. O macho do século XVIII não cabe mais frente à supremacia feminina. Se não se vence o “inimigo”, é melhor que se junte a ele, já preconiza o velho ditado.

Esse enunciado, genérico em aparência, divulgado pela mídia impressa de grande circulação, no caso a revista *Época* (2012), instaura sentidos para a relação entre os sexos ao propor ao homem que aceite a “vitória da mulher”. Esse efeito de sentido é produzido, no entanto, graças ao apagamento da voz do próprio homem. O que o homem pensa a esse respeito. O machismo a ser combatido não é praticado por todo e qualquer homem. Mais uma vez, são discursos que desprezam o atravessamento da história, as possibilidades de resistências ao que é dado como verdadeiro.

Quanto ao enunciado 36, que faz referência ao futebolista Conca, há indício de um processo inverso. O modo como foi produzido pode propor uma virilização do homem. Atrás de um “grande homem”, macho e viril, há sempre uma “grande mulher”. Cabe a esse ser viril cuidar e proteger sua família. A mulher de Conca seria, no limite, como *Sophie* nos cuidados de *Emilio* preconizados por Rousseau. Esse ditado popular também é uma construção social, mas ele circula livremente, via linguagem, como algo dado e já estabilizado. Não se questiona, por exemplo, a respeito do que “ser um grande homem” ou “uma grande mulher” significa.

Ainda nessa linha de pensamento, a rubrica denominada *Momento Social* do programa de rádio *A voz do Brasil* contou com a participação, ao vivo, de um cidadão

comum chamado Fernando Rodrigues, do Maranhão. Como interlocutora, a Ministra do Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campello, que lhe responde uma dúvida com relação ao programa *Bolsa Família*. Sua questão, transcrita na íntegra, foi: “Eu sou Fernando Rodrigues, moro aqui em Timon, no Maranhão. Ministra, eu queria saber por que o Bolsa Família vem no nome da minha mulher, não no meu”, ao que a ministra respondeu: “Fernando, o titular do Bolsa Família, que é o nome que fica no cartão, é sempre a mulher, exceto nos casos em que o pai tem a guarda das crianças. Essa foi uma decisão que levou em conta um conhecimento: A prioridade número 1 da mãe são os filhos. Essa é a maior segurança que nós temos que o Bolsa Família está chegando nas crianças. Em geral, também acaba sendo a mãe que garante a criança na escola, que garante a vacina em dia. Mas eu aproveito a sua pergunta pra lembrar que nesse mês tem uma mensagem no extrato: Todos temos que nos envolver para acabar com o mosquito da Dengue. Cada um tem que fazer a sua parte: Não deixar água parada, acabar com os criadouros e, assim, vamos ter essa vitória, o fim da Zika”. (A VOZ DO BRASIL, 2016)⁵¹.

Baseado em que a referida ministra pode afirmar que a prioridade número 1 da mãe são os filhos? Não há base legal, embora nas legislações brasileiras seja quase natural que filhos fiquem com suas mães quando da separação do casal. Mas no caso em tela não parece tratar-se de casal separado, embora essa informação não seja dada. O episódio descrito acima foi trazido para este texto para que se possa travar um diálogo com as formulações materializadas nos enunciados 35 e 36. Mais uma vez reporta-se a Rousseau quando afirmou que “Sem mãe, não há filho” (ROUSSEAU, 1995, p. 22). O cidadão Fernando Rodrigues questiona, desconhecem-se as razões, o porquê de não ter seu nome sobre o cartão desse programa social. Parte-se do princípio de que sua prioridade não é seu(s) filho(s), uma vez que “A prioridade número 1 da mãe são os filhos [...]” ou ainda de que “Em geral, também acaba sendo a mãe que garante a criança na escola, que garante a vacina em dia”. O que esses enunciados, pronunciados em rede nacional na atualidade, trazem em seu bojo? Com que memórias dialogam? O que têm a ver com os demais enunciados aqui analisados?

Eles trazem em seu bojo um discurso recorrente em território nacional de que, mesmo trabalhando fora, como é o caso da realidade da maioria das mulheres hoje, é a mãe que toma conta de seu filho. Ela quem o leva à escola, ela é que se responsabiliza pela sua

⁵¹ Disponível em: <<http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/transcricoes/a-voz-do-brasil-18-02-2016>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

vida social. A mulher tem tripla jornada, diz-se. Cuida da casa, do marido, dos filhos e ainda trabalha fora e, muitas vezes, estuda. Daí a pressupor que o pai está isento de toda essa tarefa doméstica, sobretudo no que se refere aos cuidados com o(s) filho(s), seria partir de um discurso heteronormativo naturalizado sem que se problematize sob que condições se pode afirmar a isenção do homem na esfera privada. Sem tomar partido em defesa de um ou de outro, percebe-se que ambos não têm estatuto definido e isso ocorre graças às descontinuidades históricas das quais o sujeito homem e o sujeito mulher são resultados.

Badinter (1985), ao percorrer a história das atitudes maternas, convence-se de que o instinto materno é um mito. Não há, segundo a autora, conduta alguma que seja universal ou necessária da mãe. Pelo contrário, encontrou uma gama de variações de sentimentos segundo suas ambições, culturas ou frustrações. Embora pareça cruel às convicções mais conservadoras, o amor materno é apenas um sentimento que pode existir ou não, vir a existir e desaparecer, pois não é inerente à mulher, conclui. Quanto aos pais, Badinter (1985) anuncia que eles são como mães. Amam igualmente seus filhos.

Enunciado 37

A mulher venceu a guerra dos sexos. Elas estudam mais, são mais valorizadas no trabalho e já nem querem saber de namorar para não atrapalhar a carreira. Os homens que se cuidem [...] (ÉPOCA, 2012, p. 1).

O enunciado acima, aliado ao enunciado que compõe o título da obra de Rosin (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012), *The end of man (O fim dos homens)*, forma aquilo que suscitou a pesquisa: O interesse em entender os efeitos de verdade concernentes à subjetividade do homem e da mulher cujos contornos vêm sendo delineados por discursos midiáticos. O anúncio do “fim dos homens” pela jornalista dialoga com o anúncio de *Veja* segundo o qual a mulher teria vencido a “guerra dos sexos” e expressa muito sobre a subjetividade do homem e da mulher.

Atribuindo a vitória feminina à inteligência social e à facilidade de comunicação das mulheres, Rosin (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012) explica que a força e o

tamanho dos homens, requeridos em outros momentos históricos, podem, agora, ser substituídos por atributos mais condizentes com um mundo pós-industrial. O “homem cartolina”, assim denominado pela autora para caracterizar aquele que tem dificuldade de se ajustar a mudanças, é substituído pela “mulher de plástico”, aquela que teria capacidade de adaptação.

Os enunciados, do modo como estão produzidos e materializados pela mídia, requerem uma busca pelos começos relativos. É preciso uma busca, enfim, daquilo que permitiu que isso fosse dito em um momento bem demarcado para que a multiplicação de sentidos, isto é, para que a análise do acúmulo seja possível. Segundo a autora desse livro, o homem permanece inflexível. Se ele não soube ou não consegue adaptar-se às mudanças gestadas na subjetividade de ambos os sexos, mas, principalmente, da mulher, ele deve ser disciplinado, docilizado, para ceder lugar à mulher. Ela que, desde tempos remotos, soube adaptar-se às esferas pública ou privada, conforme a necessidade, não encontra obstáculo para a ascensão.

Pela análise de Rosin (apud CORONATO; YURI; LINS, 2012), se pode concluir que aí, também, o determinismo biológico prevalece. A força bruta relacionada ao físico do homem e, por consequência, à sua disposição para o trabalho, é o que promove a vitória feminina que não necessita mais dela. Ainda a esse respeito, ao apontar os avanços da mulher nas mais variadas frentes, como sua entrada para o mercado de trabalho, sua inserção no ensino superior, seu direito a leis e a regras que igualam as oportunidades entre os sexos, a autora reconhece que a mulher não se aproximava ainda da posição dominante. Mesmo assim, para a autora isso é coisa do passado, ficou para trás, pois a mulher venceu a “guerra dos sexos”.

Essa análise da autora, um tanto superficial, promove uma “guerra” entre os sexos, pois para ela um ou outro deve ocupar a posição de dominante. Não se vislumbra, pelo que sua análise deixa ver, um ensejo de luta por equidade, isto é, de luta por um julgamento justo e luta por igualdade de direitos entre os sexos. Essa análise leva a crer que há, de fato, uma guerra entre os sexos. E se há uma guerra, é natural que uma das partes almeje a vitória.

Sílvia de Abreu, autor da telenovela *Guerra dos Sexos*, exibida pela primeira vez em 1983, pela Rede Globo de Televisão, escreveu uma nova versão exibida entre outubro e 2012 e abril de 2013. Segundo o autor, quis partir do ponto zero e escrever um novo roteiro por levar em consideração as mudanças ocorridas na economia, na política e nos costumes

brasileiros. Aí, mais uma vez, enunciados como os contidos em *Época* (2012), naturalizam uma “guerra” entre os sexos ao afirmar que:

Enunciado 38

Se há uma guerra dos sexos em andamento, ela não segue o roteiro conhecido até o início deste século. Estamos em território completamente diferente. E francamente favorável a elas. Pelo menos no mundo ocidental. (ÉPOCA, 2012, p. 70).

Ao supor que há uma guerra, reforça-se o embate entre o homem e a mulher. Se o momento atual é favorável à mulher, há indícios de que o homem estaria em busca de igualdade. No episódio *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, do programa *Amor e sexo*, o lutador Anderson Silva, os autores José Loreto e Otaviano Costa e o jornalista Francisco Reginaldo de Sá Menezes fazem um protesto simbólico para reivindicarem direitos supostamente perdidos ou nunca conquistados pelo homem com relação à mulher. Fazendo alusão à queima de sutiãs pelas mulheres em setembro de 1968, como forma de protesto à opressão sofrida por elas, os participantes do programa *Amor e sexo* também demonstram seu descontentamento com a opressão exercida pelos “papéis” pré-definidos para o homem na sociedade brasileira.

Enunciado 39

Pelo direito de ter medo de barata
 Pelo direito de chorar
 Pelo direito de rebolar
 Pelo direito de ser pequeno
 Pelo direito de ganhar menos que minha mulher
 Pelo direito de brochar
 Pelo direito de ser dono de casa
 Pelo direito de ser vaidoso
 Pelo direito de ser homem
 Pelo direito de não querer transar
 Pelo direito de ser filhinho da mamãe
 Pelo direito de discutir a relação
 Pelo direito de malhar o bumbum

Uma leitura, ainda que superficial, permite entender o quanto esses enunciados reforçam estereótipos da masculinidade. No entanto, não há como analisá-los sem

historicizá-los. Os treze enunciados estão, cada um a seu modo, perpassados pela história e, por conseguinte, pelas discontinuidades que lhes são inerentes. Vale problematizar o fato de o homem ter necessidade de reivindicar tais direitos se em nenhum código legal, em termos de lei, ou tratados de medicina, encontram-se informações atestando a negação desses direitos ao homem. Entretanto, o fato de o homem não poder ter medo de barata, não poder chorar ou não poder rebolar é uma construção imaginária moldada pelo modelo de sociedade brasileiro. Sua anatomia também entra em questão, pois a ele é interdito o direito de ter um pênis com proporções consideradas pequenas. Mas qual seria o parâmetro para o tamanho ideal? A esse respeito, também não há um código legal. São muitos questionamentos, enfim, a construção social da masculinidade.

Como já visto, Kritzman (2013) enfatiza que a virilidade não é um efeito comandado pelo corpo, mas é uma construção social e um fenômeno psicológico, os quais dão acesso à virilidade. Com isso, entende-se que a virilidade é fruto de construções sócio-históricas e das coerções impostas por uma sociedade. Kritzman (2013, p. 217) explica que “[...] a chamada masculinidade normativa se caracteriza por determinadas regras de equilíbrio e de valores físicos e morais construindo uma imagem do homem como ser viril”. Dessa imagem de homem viril, nasce a associação entre a virilidade e o órgão genital masculino. O pênis representaria, nessa perspectiva, o sexo como um dado material. A impotência sexual colocaria, assim, em dúvida a virilidade do homem.

Corbin, Courtine e Vigarello (2013) ao tratarem da construção histórica da virilidade, desde sua invenção, na Antiguidade, ao seu triunfo, no século XIX, asseveram que a virilidade é fruto de muitos modos de existência distintos e que, hoje, não poderia impor sua ascendência sem uma partilha. Para os autores, a dominação masculina persiste, mas tende a ser reduzida pelo avanço da igualdade entre os sexos. O modelo de virilidade, ao longo da história, se esvai, se apaga e fica condenado à nostalgia, invalidando o próprio termo virilidade.

Desde a Antiguidade, explicam os autores, a coragem e o heroísmo, como o “morrer” pela pátria, a necessidade de superar desafios, são impostos ao homem desde muito pequenos. Os fisiologistas contribuiriam para essa imagem de homem viril. Enquanto o vigor dos rapazes é exaltado, a covardia, o medo, a impotência, por exemplo, são alvos de desprezo.

Seguindo essa linha de pensamento, compreende-se que os ideais de virilidade inculcados no homem, desde muito tempo, resultam em um fardo o qual o homem já não

suporta carregar. Os direitos reivindicados, materializados no enunciado 39, podem ser considerados características normalmente atribuídas à mulher por ela sempre ter sido considerada o sexo frágil, como já se demonstrou em vários momentos. Um homem que tenha qualquer uma dessas características mais sobressaltada pode ter sua virilidade colocada à prova.

Relembrando o estudo realizado por Nolasco (1997) no qual partiu da pressuposição de uma crise masculina advinda de uma sociedade cujos princípios são pautados no mercado de trabalho, na economia e na tecnologia, a crise pode ser indício de uma busca, pelo homem, pela possibilidade de serem diferentes do padrão de masculinidade estabelecido para eles. Se a luta das mulheres é pela libertação da dominação masculina, o homem, por sua vez, busca libertar-se da dominação compulsória. Isso mostra o quanto o homem e a mulher são descritos sobre bases heteronormativas.

Voltando aos autores da história da virilidade, é importante entender que a virilidade não corresponde apenas a virtudes que seriam individuais. Ela está no corpo da sociedade. Ela, tal como é construída, induz efeitos de dominação e a dominação masculina sobre a mulher seria apenas um de seus elementos, daí ela não ser sinônimo de masculinidade. Assim, ela não seria o oposto de feminilidade. Uma mulher pode ter qualidades viris ao demonstrar grandeza, honra, sacrifício pela pátria, por exemplo.

Imbuído de ideais patriarcais ao discutir o tema “macho”, nesse mesmo episódio de *Amor e sexo*, Anderson Silva lista três situações nas quais o macho entra em ação, segundo suas convicções a respeito do tema:

Enunciado 40

Ser macho é você poder ouvir a sua mulher dizer para você: me empresta o cartão de crédito que eu tenho que pagar as contas;
Ser macho é você treinar jiu-jitsu com outro macho, ficar em posições desagradáveis e mesmo assim não deixar de ser macho;
Ser macho é ser você mesmo sem ter que ficar sendo macho.

Concepções de masculinidade e de virilidade se contrapõem nesse enunciado. Ainda que se diga que *ser macho é ser você mesmo sem ter que ficar sendo macho*, naturaliza-se o que é ser macho. As características do homem provedor prevalecem, pois faz questão de dizer que as “contas” da mulher são pagas pelo marido. Os homens

reivindicam o direito de libertar-se do modo de ser masculino imposto pela sociedade, mas, ainda assim, são subjetivados por outros dizeres que ainda povoam seus discursos.

5.4 A “GUERRA DOS SEXOS” NA E PELA LINGUAGEM

A série enunciativa composta por quarenta enunciados foi dividida em três séries temáticas para que se pudesse entender, em um primeiro momento, como os saberes sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher emergem em determinado momento da história ou como se repetem, se digladiam entre si para formar o saber de uma época a respeito da subjetividade dos sujeitos. Em um segundo momento, ao relacionar a questão da sexualidade ao poder que lhe é inerente na e para a constituição do sujeito, buscou-se enunciados cujo modo de funcionamento permitisse compreender como a hierarquia entre os sexos foi construída ao longo da história para, enfim, a partir da terceira série temática, momento em que se congregou enunciados nos quais a ideia de supremacia feminina se superpõe à ideia de derrota do homem, entender que os discursos midiáticos não reconstróem ou reconstituem a “guerra” dos sexos. O papel da mídia, pelo que se observou, foi o de agenciar, acolher e organizar esses saberes e fazê-los circular. A mídia, desse modo, funciona como um instrumento de governamentalidade ao colaborar para que as estratégias e táticas de poder funcionem na e para a condução de pessoas.

Vale ressaltar que enquanto a prática pode ser compreendida como aquilo que é feito, o mesmo não ocorre com o discurso, pois este não designa simplesmente o que é dito. O que os enunciadores, que têm a mídia como suporte material, disseram, são dizeres que correspondem a outros dizeres já naturalizados e estabilizados como o objeto “guerra dos sexos”. Desse modo, não se analisou pura e simplesmente os discursos midiáticos, mas enunciados que foram calados, esquecidos ou dispersados para fazerem emergir uma “guerra” que só existe graças à linguagem. Fazer a história da vontade de verdade que todo discurso faz circular, a partir dos efeitos de raridade, de exterioridade e de acúmulo do discurso, é considerar os acontecimentos em sua dispersão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certo incômodo em relação aos discursos midiáticos que naturalizam uma suposta “guerra” entre os sexos motivou a realização desta pesquisa. Esteve-se, ao longo do trabalho, calcado em duas grandes inquietações: a primeira delas tem relação à multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher cujos contornos delineiam subjetividades para um e para o outro; a segunda inquietação se deve ao fato de a referida “guerra” não ser problematizada como um construto sócio-histórico, submetendo os partícipes a um jogo, no qual ambos estão em processos de perdas.

Diante desse cenário, buscou-se compreender o modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade na e para a instituição de saberes que, por sua vez, possibilitam o estabelecimento e a naturalização de subjetividades masculinas e femininas. Para que esse entendimento fosse possível, demarcaram-se três objetivos específicos. Em primeiro lugar objetivou-se entender como o dispositivo da sexualidade institui saberes a respeito dos sujeitos tendo a mídia como agenciadora. Depois, foi-se em busca dos acontecimentos históricos que atravessam a prática discursiva midiática e instauram a hierarquia entre os sexos. Finalmente, a partir dos saberes e hierarquia instituídos, intentou-se identificar as construções sociais que ora docilizam ora virilizam o homem e a mulher.

Sobre a primeira questão, chegou-se à conclusão de que os efeitos de verdade concernentes à sexualidade dos sujeitos homem ou mulher, só podem ser formulados graças a um conjunto heterogêneo de discursos construídos socialmente. Tendo a mídia como acolhedora, esse conjunto pode ser materializado, datado e localizado. Entretanto, quando reunidos, os enunciados formam um recorte daquilo que se pode dizer em determinado momento. Quanto à segunda questão, compreendeu-se que a hierarquia entre os sexos, assim como os saberes sobre a sexualidade dos sujeitos, é construída socialmente graças a saberes oriundos de discursos religiosos, discursos da medicina, da antropologia, ou discursos do senso comum, entre outros. Fruto de pensamentos biologicistas e de correntes sexistas, a hierarquia entre os sexos prevalece nos dias atuais. Já quanto à terceira questão, a análise permitiu compreender que não há verdades a serem buscadas nas diferentes etapas constitutivas do saber. Homem e mulher são ora docilizados ora virilizados, segundo o saber que se tem sobre eles em determinado momento. Disso decorre que não há “guerra” e, se não há “guerra”, não há vencedor e nem perdedor. A

docilização e a virilização do homem e da mulher é resultado da concepção equivocada de sexo e de sexualidade. Ao apreendê-los com um dado material, como a verdade de si, acolhem como verdadeiro aquilo que lhe atribuem como sendo natural do homem ou natural da mulher sem considerar a experiência particular de cada indivíduo que só é possível pela sua sexualidade.

A segunda seção do trabalho cujo intuito foi traçar algumas características próprias à mídia e aos elementos que lhe são inerentes e que dão visibilidade àquilo que aqui foi chamado de governamentalidade, foi de suma importância para que se entendesse que não se analisou, nesta pesquisa, apenas discursos midiáticos, mas, mais que isso, se analisou discursos que foram calados, apagados, esquecidos, repetidos etc., para que outros emergissem na e a para a construção de efeitos de verdade sobre o homem e a mulher. Os contributos de Foucault, elencados na terceira seção, foram fundamentais para que se percebesse que nada do que é dito a respeito de determinado objeto é oriundo de um sujeito fundante, psicológico ou gramatical. Foi possível entender, também, que um enunciado deve sempre ser analisado em uma rede de relações, sem a qual ele não produz sentidos. A quarta seção, momento em que se buscou delinear os acontecimentos históricos que possibilitam construções sociais acerca do homem e da mulher, permitiu entender que a construção do mundo de dois sexos se deve, para além de uma concepção equivocada de sexo e de sexualidade, a um discurso heteronormativo que permeia a sociedade, segundo o qual a relação entre os sexos constitui-se sobre bases heterossexuais e falocêntricas.

A quinta seção permitiu, a partir da análise dos enunciados que, embora divididos em três séries temáticas, entender que eles formaram um enunciado maior cujo modo de funcionamento apontou para o fato de que a mudança de estatuto, em dado momento histórico, não reflete a vitória de um em detrimento da derrota do outro ou vice-versa. A análise mostrou que se diz respeito, antes, a uma nova forma de objetivação/subjetivação tanto do homem quanto da mulher, que nunca serão iguais. É, enfim, uma estruturação do dispositivo da sexualidade que ajusta os discursos de verdade sobre a “guerra dos sexos” aos acontecimentos múltiplos e independentes. Esses acontecimentos passam a corresponder, quando analisados e ordenados, neste caso pela mídia, a novas formas de subjetivação.

Assim, esta pesquisa respondeu ao incômodo provocado pela leitura de discursos midiáticos acerca da busca de igualdade entre o homem e a mulher, sobretudo entre os anos de 2012 e 2015 em que, via linguagem, legitimaram uma “guerra” entre os sexos. A

consideração inicial de que a dificuldade em lidar com as diferenças entre os sexos é fruto da falta de compreensão das singularidades inerentes a cada um ou da falta de respeito delas confirmou-se a partir da análise da série enunciativa. Desse modo, compreender que a cada época, etapa ou período, os discursos constroem verdades acerca dos sujeitos e que, por isso mesmo, não há uma única verdade a ser validada sobre um e outro, traz conforto para aquele ou para aquela que não está em busca de um vencedor ou de um perdedor, mas está em busca de equidade, isto é, em busca de igualdade de direitos independente de seu sexo e de sua sexualidade. Compreender o sexo para além de uma substância materializada em um órgão genital e a sexualidade como uma experiência individual e que, por sua vez, abre um leque de possibilidades às formas de ser vivida por um homem ou por uma mulher foi de suma importância para se afirmar, sem receio, que não há a mínima possibilidade, enfim, de haver uma “guerra” entre os sexos. O que existem são efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher.

REFERÊNCIAS

A VOZ do Brasil. Disponível em: <<http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/transcricoes/a-voz-do-brasil-18-02-2016>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero, e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: SIMILI, Ivana Guilherme. **Corpo, gênero e sexualidade**. Maringá: Eduem, 2011. p. 37-47.

ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARIFOUSE, Rafael. **Enem**: Simone de Beauvoir ganha acusações de nazista e pedófila na Wikipedia. BBC Brasil, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2015/10/29/enem-simone-de-beauvoir-ganha-acusacoes-de-nazista-e-pedofila-na-wikipedia.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BAUDRILLARD, Jean. **Da sedução**. Tradução Tânia Pellegrini. 2. ed. Campinas: Papirus, 1992.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Pulsar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BONÁCIO, Daiany. **Discurso, mídia e identidade masculina: quem é esse “novo” homem.** 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAGA, Sandro. **Falas do falo: o [sic] travesti e a metáfora da modernidade.** 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Linguística)– Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

BRANCO, Leniza Castello. Papéis masculino e feminino podem ser exercidos por ambos os sexos. **CARAS**, São Paulo, Abril, n. 1068, abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014.** Guarda Compartilhada. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.058-2014?OpenDocument>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 24 de 17 de agosto de 2015.** Brasília: CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/nota-tecnica-no-24-2015-mec>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série Legislação; n. 125).

BRITO, Luciano. **Maringá diz não à ideologia de gênero.** 2015. Disponível em: <<http://lucianobrito.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTTURI JÚNIOR, Atílio. **A passividade e o fantasma: o discurso monossexual no Brasil.** 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística)– Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

CALDAS, Dário. Apresentação. In: CALDAS, Dário (Org.). **Homens**. São Paulo: SENAC, 1997. p. 9-12.

CARAS. São Paulo: Abril, n. 1068, abr. 2014.

CARNEIRO JÚNIOR, Manoel Leite. **A metáfora do homem**. 2011. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

CATTONÉ, Jean-Philippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **CULT**, São Paulo, n. 202, ano 18, p. 22-25, jun 2015.

CONCA, Dário. **Caras**, ed. 1068, n. 17. Abr 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pai presente e certidões**. 2. ed. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: 7 nov. 2015.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da virilidade: 1: a invenção da virilidade da antiguidade às luzes**. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORONATO, Marcos; YURI, Flávia; LINS, Marina Navarro. A guerra dos sexos acabou?. **ÉPOCA**, São Paulo, Globo, 751, out. p. 68-74. 2012.

COSTA, Tatiane Cruz Leal. A mulher venceu a guerra dos sexos: representações de feminilidade e poder em discursos midiáticos contemporâneos. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PUC, 10., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4756981-A-mulher-venceu-a-guerra-dos-sexos-representacoes-de-feminilidade-e-poder-em-discursos-midiaticos-contemporaneos-1.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CULT. São Paulo: Bregantini, n. 202, ano 18, p. 22-25, jun. 2015.

DAMATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dário (Org.). **Homens**. São Paulo: SENAC, 1997. p. 31-50.

DEFLEUR, Melvin Lawrence; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução Octávio Alves Velho. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. Revisão Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.

DOWLING, Colette. **Complexo de cinderela**. Tradução Amarylis Eugênia F. Miazzi. 44. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

EMPODERE DUAS MULHERES. 2015. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 751, out. 2012.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 774, mar. 2013.

ETHRIDGE, Shannon. **A ilusão dos 50 tons**. São Paulo: Thomas Nelson, 2012.

EXAME. São Paulo: Abril. Exame.com. dez. 2013. Disponível em:
<<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/fotos-do-dia/foto-de-gisele-bundchen-amamentando-filha-gera-polemica>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

FANUCCI, Maynara. **Empodere duas mulheres**. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

FARIA, Nalu. Prefácio. In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti et al. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010. p. 9-19.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIOR, José Antônio. Mutações da noção-conceito de sujeito na análise do discurso. In: CABRAL DOS SANTOS, João Bosco (Org.). **Sujeito e Subjetividade**: discursividades contemporâneas. Uberlândia: Edufu, 2009. (Linguística In Focus 6).

FERREIRA, Izalci. **Requerimento de informação**. NGPS. 2015. 05. 19. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=039B1B5BDC90322013EECDB5FB5264DF.proposicoesWeb1?codteor=1337320&filename=RIC+565/2015>. Acesso em: 5 ago. 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e Educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2º semestre de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

FONSECA, Márcio Alves da. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 241-251.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Ditos e escritos II. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Ditos e escritos IV. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Lígia M. Pondé Vassallo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREITAS, Leila Karla Moraes Rodrigues. **Discurso, mídia e memória na (re) construção da história da sexualidade feminina.** 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio grande do Norte – UERN, Campus Avançado, 2012.

GIACOA JÚNIOR, Oswaldo. Michel Foucault e a coragem da verdade. **CULT**, São Paulo, Bragantini, n. 202, ano 18, p. 43-45, jun. 2015.

GIL, Gilberto. Super-homem, a canção. In: GIL, Gilberto. **Realce.** Rio de Janeiro: Warner, 1979. 1 CD. Faixa 3.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/8640>>. Acesso em: 30 out. 2015.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti et al. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.

GORE, Jennifer. M. Foucault e Educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-20.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Identidade: objeto ainda não identificado? In: MILANEZ, Nilton; et al. **Estudos da linguagem**. V. 6, n. 1. Vitória da Conquista: 2008, p. 81-97.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23-44.

HOMENS “QUEIMAM” CUECA E PEDEM IGUALDADE. AMOR & SEXO, Rio de Janeiro: Rede Globo (globo.com). Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/amor-e-sexo/O-Programa/noticia/2014/10/homens-queimam-cuecas-e-reivindicam-direitos-no-amor-sexo.html>>. Acesso em: 24 out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. ENEM. Disponível em: <<http://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

JAMES, Erika Leonard. **Cinquenta tons de cinza**. Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

JAMES, Erika Leonard. Queremos ser amadas. **VEJA**, São Paulo, Abril, ed. 2288, n. 39, set. 2012. p. 114.

KRITZMAN, Lawrence D. A virilidade e seus “outros”: a representação da masculinidade paradoxal. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da virilidade 1: a invenção da virilidade da antiguidade às luzes**. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 217-241.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LETICCE. BLOGSPOT. COM. **50 tons de cinza resumidos na essência da coisa**. 2012. Disponível em: <<http://leticce.blogspot.com.br/2012/11/50-tons-de-cinza-para-homens.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

LIMA, Suzana Borges Viegas de. **Guarda compartilhada:** efetivação dos princípios constitucionais da convivência familiar e do melhor interesse da criança e do adolescente. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito)– Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda:** arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

MACHADO, Arlindo. A cultura da vigilância. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária:** televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 91-108.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010.

MARINGÁ. **Lei n. 10.024, de 19 de junho de 2015.** Institui o Plano Municipal de Educação. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 2015.

MEMÓRIA FEMINISTA. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Mem%C3%B3ria-Feminista-673184746158497/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. In: **Cadernos Pagu:** Olhares alternativos. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 13-38.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a aventura do discurso e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso:** mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 67-92.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130.

NOLASCO, Sócrates. Um “homem de verdade”. In: CALDAS, Dário (Org.). **Homens**. São Paulo: SENAC, 1997. p. 13-30.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012

QUEIROZ, André. Alguma Arqueologia. In: _____. (Org.). **Foucault**: o paradoxo das passagens. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999. p. 29-38.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Vívian Matias dos. **Mulheres e homens na política de ciência e tecnologia**. Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012.

SARGENTINI, Vanice M. O. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Prefácio. In: ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. Para além do sexo, por uma estética da liberação. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 393-405.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução Wagner de Oliveira Brandão; 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VEJA. São Paulo: Abril, ed. 2288, n. 39, set. 2012.

VEJA. São Paulo: Abril, ed. 2315, n. 14, abr. 2013.

VIAGEM E TURISMO. São Paulo: Abril, ed. 207, n. 1, jan. 2013

VIEIRA, Liszt (Org.). **Identidade e globalização**: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural. Rio de Janeiro: Record, 2009.

A N E X O S